UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

AMANDA BONUCCELLI VOIVODIC

MANANCIAL DE CONTRADIÇÕES

O CONFLITO ENTRE O MORAR E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

SÃO PAULO
2017

AMANDA BONUCCELLI VOIVODIC

MANANCIAL DE CONTRADIÇÕES

O CONFLITO ENTRE O MORAR E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profª Drª Simone Scifoni

SÃO PAULO

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V961m

Voivodic, Amanda Bonuccelli
MANANCIAL DE CONTRADIÇÕES: O CONFLITO ENTRE O MORAR E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO. / Amanda Bonuccelli Voivodic ; orientadora Simone Scifoni. - São Paulo, 2017.
116 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia urbana. 2. Preservação da natureza. 3. Moradia. 4. Cotidiano. 5. Resistência. I. Scifoni, Simone, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi elaborada em tempos de grandes reflexões e definições pessoais. Foram anos de encontros e desencontros, por isso as páginas aqui escritas e as pessoas que fizeram parte desse processo, foram determinantes para eu chegar até aqui.

A Simone, não foi uma orientadora qualquer e por isso não pode ser agradecida protocolarmente. Meu obrigada a ela, é pela sempre atenta orientação teórica, mas principalmente pelo exemplo de mulher e profissional. Eu agradeço a sensibilidade e a confiança desses anos.

Agradeço aos colegas de orientação, Anaclara, Danilo e Marcela. Nossas conversas e análises coletivas foram sempre estimulantes. Agradeço aos professores do departamento que contribuíram para a minha formação acadêmica, destaco a Professora Isabel Alvarez que sempre esteve presente.

Agradeço principalmente aos moradores de Vargem Grande que abriram suas casas para mim, sempre foram muito receptivos e acolhedores, obrigada por serem a inspiração desse trabalho. Agradeço especialmente ao Fernando "Bike" por me mostrar os caminhos da cratera.

Os anos trabalhando na secretaria de Pós Graduação da FFLCH foram também muito importantes para eu decidir entrar no mestrado. De lá carrego o carinho e o companheirismo da Aline que me acompanhou sempre preocupada e prestativa.

Eu tenho muita sorte, pois amigos para compartilhar as conquistas e os momentos difíceis não faltaram e eles precisam ser agradecidos sempre. Obrigada a "Lets" que sempre me mostrou que eu podia mais e ao João pelas conversas desafiadoras. Agradeço ao "Jacaré" pelo companheirismo. A Tati pelo carinho.

Agradeço muito a Ana Paula, por me ouvir, por se preocupar de verdade em ajudar. Obrigada pelas dicas e pelo atencioso carinho.

Agradeço aos amigos de trabalho que dividiram esses dias comigo. Obrigada ao Georges e ao Henrique pelo apoio e as conversas diárias que me fizeram sempre refletir sobre o que eu estava fazendo. A Maíra por me acalmar e a Carol por me fazer rir. Agradeço muito ao Alício, que foi compreensivo em todos os momentos e possibilitou a conclusão desse trabalho.

Agradeço ao sempre companheiros de militância que compartilharam comigo uma visão de mundo e um desejo insaciável de transformação. Vocês são sempre exemplos de vida para mim.

A Ana Flávia, companheira de todas as horas, que esteve presente em absolutamente todos os momentos. Obrigada pelas inspirações diárias, pelos questionamentos desafiadores, pela leitura atenta, pelo carinho e pelo exemplo. Obrigada também o carinho de sua mãe, Shirley. Obrigada por estar aí e aqui.

Obrigada a Renata por ser um porto seguro de conversas sensatas, pelo exemplo e por me ajudar a seguir o caminho mesmo quando longe. A “Póia” por estar sempre pronta para ajudar, pelo carinho, por me ensinar a ser mais determinada. A Kathynha e ao Claudir pelo apoio, palavras de estímulo e carinho sempre.

A Ruth, amiga mais que querida, que não poderia faltar, pois nunca faltou. Obrigada pela preocupação e por estar sempre por perto.

Agradeço mais do que tudo minha família, mãe, irmã, pai. Obrigada por construírem essa vida toda comigo, por serem meus amores e minha segurança na vida. A Lourdes e ao Rubens por serem sempre tão carinhosos e atenciosos, pela torcida e por acreditarem em mim.

Ao Renan eu não tenho como agradecer com palavras, todas parecem pequenas. Obrigada por se preocupar em ajudar todos os dias, por fazer os jantares e as faxinas para eu estudar. Por ficar em casa lendo um livro para estar por perto, ou por sair entendendo a minha ausência, obrigada por voltar sempre. Obrigada pelas flores pelo apartamento e por aquela flor na escrivaninha para me inspirar. Obrigada por saber a música que me acalma e a que me concentra. Obrigada pelos colos, que foram muitos, por estar presente para enxugar cada lágrima. Obrigada por estar, nesse momento, fazendo o último cafezinho da dissertação (que ficou ruim, como sempre, mas o que importa é o carinho). Obrigada por ser meu companheiro de vida, por ser meu exemplo, uma inspiração sem fim. E como as palavras não são o bastante, vou seguir te agradecendo nos nossos dias, com muito amor.

RESUMO

A cidade de São Paulo é marcada pelo asfalto, pelo horizonte de prédios, por seus arranha-céus, torres espelhadas, pelos rios soterrados ou canalizados e poluídos, pelo excesso de carros, pelo trânsito. A urbanização da capital paulistana, induzida pela industrialização, ocorreu de forma acelerada e sem preocupação com a natureza. O movimento ambientalista, que ganhou força no mundo na década de 1960, desencadeou uma série de novas demandas, tanto do cidadão que deseja e reivindica áreas verdes e novas políticas de preservação em sua cidade, quanto do consumidor que passou a desejar produtos que gerem menos impactos ambientais, como sacolas biodegradáveis e meios de transporte menos poluentes. Atualmente, essas demandas transformam o urbano em São Paulo e o verde se tornou elemento de valorização do espaço. Essa pesquisa busca compreender como a demanda pelo verde transforma o espaço e a vida dos moradores na periferia da cidade, com base nas políticas públicas de preservação no bairro de Vargem Grande, localizado na zona sul, no distrito de Parelheiros. Vargem Grande, que é um loteamento considerado irregular pelo Estado, se estabeleceu em 1989 dentro da Cratera de Colônia. A Cratera foi tombada pelo órgão de proteção ao patrimônio cultural do Estado de São Paulo como patrimônio geológico em 2003, por se tratar de área formada pelo impacto de um corpo celeste na Terra. Além disso, o bairro fica dentro da área de proteção aos mananciais da represa Billings e da Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari Monos. Existem mais de 17 leis que estabelecem como essa área deve ser ocupada. Vivem no bairro em torno de 50 mil pessoas, é com base no relato dos moradores sobre o cotidiano em Vargem Grande que buscamos compreender como se dá a relação entre essas políticas e a luta por moradia na cidade e como o discurso de preservação da natureza influencia na produção e reprodução desse espaço e da vida dos moradores.

Palavras-chave: Geografia urbana. Preservação da natureza. Moradia. Cotidiano. Resistência.

ABSTRACT

The city of São Paulo is known, among others, for its asphalt, for its sky-line of buildings, for its skyscrapers and mirrored towers, for its buried or canalized and polluted rivers, for the excess of cars and for its traffic. The urbanization of the capital of the state, which was induced by industrialization, occurred in an accelerated manner and without concern for nature. Environmental movements, which gained worldwide traction in the 1970s, unleashed a series of new demands, both by the citizen who desires and claims green areas and new policies of conservation in his or her city, and the consumer who came to desire products that causes less environmental impact, like biodegradable bags and less pollutant means of transportation. Nowadays, these demands have been transforming the urban aspects of São Paulo and the green feature has become an element of space valorization. This research aims to comprehend how demands for a green environment transform the space and life of the dwellers in a working-class suburban area of the city, based on the public policies of conservation at the Vargem Grande quarter, located in the south zone, in the district of Parelheiros. Vargem Grande, a division of land into lots considered illegal by public power, was established in 1989 inside the Colônia Crater. The crater was put under government trust by the cultural heritage protection agency of the State of São Paulo as geological patrimony in 2003, for being an area formed by the impact of a celestial body on Earth. Besides that, the quarter is located inside the wellspring conservation area of the Billings dam and the Environmental Protection Area (EPA) of Capivari Monos. There are more than 17 laws that determine how this area should be occupied. Around 50 thousand people live in the quarter. Based on the report of some of the dwellers about their everyday life we seek to comprehend how these policies and the struggle for housing in the city relate to each other, and how the discourse on nature conservation influences the production and reproduction of both the space and life of its inhabitants.

Keywords: Urban geography. Nature conservation. Dwelling. Everyday life. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A linha amarela representa a área da Cratera de Colônia e a linha vermelha Os limites do bairro Vargem Grande.....p. 21

Figura 2: Avenida das Palmeiras, Vargem Grande, São Paulo.....p. 21

Figura 3: Avenida das Palmeiras, Vargem Grande, São Paulo.....p. 22

Figura 4: Panfleto de propaganda imobiliária destacando o verde próximo ao edifício e a proximidade com o Parque Vila Lobos.....p. 46

Figura 5: Projeto do arquiteto Carlos Bratke para as margens da represa Guarapiranga.....p. 49

Figura 6: Localização da APA Capivari-Monos na cidade de São Paulo.....p. 59

Figura 7: Gráfico do Plano de Manejo da APA Capivari-Monos.....p. 60

Figura 8: Divulgação do potencial turístico de Parelheiros.....p. 66

Figura 9: Área de atuação da Habisp.....p. 73

Figura 10: Projeto de implantação do Museu a céu aberto.....p. 74

Figura 11: Rede hídrica ambiental.....p. 75

Figura 12: Equipamentos existentes e uso do solo.....p. 75

Figura 13: Projeto Museu da Cratera.....p. 76

Figura 14: Proposta de rotas de acesso ao Museu aberto.....p. 77

Figura 15: Proposta de parques.....p. 77

Figura 16: Situação atual.....p. 78

Figura 17: Situação após a implantação do projeto.....p. 78

Figura 18: Proposta de Museu aberto 1.....p. 79

Figura 19: Proposta de Museu aberto 2.....p.79

Figura 20: Proposta de Museu aberto 3.....p. 80

Figura 21: Proposta de Museu aberto 4.....p. 80

Figura 22: Proposta de Museu aberto 5.....p. 81

Figura 23: Proposta de Museu aberto 6. .....p. 81

Figura 24: Proposta de Museu aberto 7.....p. 82

Figura 25: Proposta de desocupações.....p. 82

Figura 26: Proposta de destino para as desocupações.....p. 83

Figura 27: Notícia fotocopiada do processo de tombamento do Condephaat.....p. 87

Figura 28: Jogo de futebol no campinho construído recentemente no espaço de lazer, chamado bosque.....p. 97

Figura 29: Aula feita ao ar livre.....p. 98
Figura 30: Divulgação de atividade econômica feira em casa.....p. 103
Figura 31: Cine da esquina.....p. 105
Figura 32: Festival Agita Cratera.....p. 106
Figura 33: Rua de Vargem Grande alagada em Março de 2014.....p. 108
Figura 34: Terreno irregular, com muitos desníveis e buracos.....p. 108
Figura 35: Muro da EMEI Vargem Grande I.....p. 109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Cratera de Colônia na cidade de São Paulo.....p. 20

Mapa 2: Uso e ocupação do solo na Cratera. Fonte: Plano de manejo do PNMCC.....p. 61

Mapa 3: Situação Fundiária da Cratera da Colônia. Fonte: Plano de manejo do PNMCC..p. 68

Mapa 4: Expansão do PNMCC. Fonte: Plano de manejo do PNMCC.....p. 70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Legislação na Cratera de Colônia.....p. 57

Tabela 2: Loteamentos clandestinos e favelas.....p. 72

LISTA DE ABRAVIATURAS E SIGLAS

ACHAVE	Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APA	Área de Proteção Ambiental
BIRD	Banco Mundial
CEU	Centro Educacional Unificado
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CNUMAD Desenvolvimento	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e
Condephaat Turístico	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e
EACH-USP	Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
HABISP	Sistema de Informação Habitacional
ISA	Instituto Socioambiental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração ao Crescimento
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PNMCC	Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
SEMPLA	Secretaria Municipal do Planejamento
SHDU	Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPturis	São Paulo Turismo
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
UC	Unidade de Conservação
UNIFAG	União de Favelas do Grajaú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
1. O URBANO PERIFÉRICO E A FORMAÇÃO DE VARGEM GRANDE 20
1.1 A exploração do trabalhador na indústria e a expansão da periferia 25
1.2 Loteamento e autoconstrução: a apropriação do espaço na negatividade do urbano 29
1.3 Financeirização econômica na urbanização crítica 32
2. O PAPEL DA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA NA URBANIZAÇÃO CRÍTICA 35
2.1 A crise ambiental no contexto global 39
2.2 O urbano e a valorização do verde 45
3. AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NA PERIFERIA E A NEGAÇÃO DO URBANO 52
3.1 O Patrimônio e a legitimação da negação do urbano 85
4. A PRESERVAÇÃO NO COTIDIANO DE RESISTÊNCIA 92
4.1 Cotidiano e memória 96
4.2 Rodas de memória 100
4.3 A relação cotidiana com a preservação 102
4.3.1 A vida das Mulher no cotidiano desigual 102
4.3.2 A cultura da e na Cratera 105
4.3.3 A natureza no cotidiano 106
CONSIDERAÇÕES FINAIS 110
BIBLIOGRAFIA 113

INTRODUÇÃO

As páginas dessa dissertação foram escritas com a preocupação de contribuir para a compreensão da produção do espaço na metrópole de São Paulo. Para isso, vamos investigar a relação entre a luta por moradia e as políticas de preservação da natureza.

O crescimento urbano na capital paulistana se deu marcado pela segregação socioespacial. Assim, bairros mais afastados do centro surgiram para abrigar os trabalhadores da indústria, que possuíam baixos salários. Vilas operárias, casas alugadas, loteamentos irregulares, ocupação de terrenos ociosos e favelas, são exemplos dos tipos de moradia que esses trabalhadores encontram para construir suas vidas. Em torno dessas moradias, esses bairros têm em comum a falta de infraestrutura e serviços urbanos.

Quanto mais São Paulo cresce e se industrializa, mais a expansão periférica da cidade se intensifica. A expansão do urbano seguiu o padrão de relegar a população empobrecida as suas franjas. Esse processo tem uma particularidade importante em São Paulo, o urbano atinge áreas de mananciais. O urbano chega aos mananciais como um modo de vida, que se caracteriza nos loteamentos ou condomínios fechados, como uma lógica do viver segregado ou auto-segregado. A cidade não chega, necessariamente, em toda a área de mananciais, como expansão da área edificada, mas o urbano está lá, como modo de vida, como conteúdo.

Na zona sul, a urbanização ocupa áreas às margens das represas Billings e Guarapiranga, duas importantes fontes de abastecimento de água para a cidade. Além dos mananciais, o extremo sul de São Paulo ainda abriga áreas de Mata Atlântica preservadas, cachoeiras e diversos córregos e comunidades indígenas.

O crescimento urbano desigual deixa as suas marcas e contradições nas paisagens. A represa que fornece água à cidade, é a mesma que recebe dejetos de conglomerados subnormais formados pelo processo de gentrificação. Então, para compreender os conflitos sociais e ambientais que estão presentes nesses espaços, vamos nos debruçar sobre a realidade de Vargem Grande, bairro do município de São Paulo que conta com 50 mil moradores. Grande parte do seu entorno é ocupado por Mata Atlântica e também está muito próximo da represa Billings, elementos que tornam a área peculiar e importante. E, a partir da complexa formação desse bairro, vamos construir nossos questionamentos, hipóteses, respaldando-nos em autores de diferentes áreas.

Os moradores, que para se estabelecer precisaram desmatar essas áreas e estão próximos aos mananciais da represa, são com frequência tratados como “invasores” e “criminosos”. Essas

palavras chegaram até nós muitas vezes durante a pesquisa: em textos de jornais e revistas, em programas de televisão, reuniões com o poder público, na fala de moradores de áreas mais centrais e também de áreas um pouco mais afastadas do manancial — ou de ocupação mais antiga e já regularizadas —, de moradores mais antigos do mesmo bairro ao falarem da família que precisou construir recentemente um barraco ou uma casa na rua da frente.

A criminalização dessas pessoas é construída e reproduzida pelo senso comum na cidade. Os moradores das favelas e loteamentos, que estão sobre áreas de mananciais, são considerados irregulares pelo poder público e acusados de invadir as terras que não são deles. Também são acusados também de devastar a natureza para se beneficiar e de devastar um bem comum, importante para todos, mas em benefício próprio. Vale lembrar que, muitas vezes, essas terras são do Estado, outras vezes são propriedades privadas ociosas.

O problema de expansão do urbano e ocupação das áreas ainda preservadas é uma realidade antiga, mas a primeira pergunta que se faz necessária é, porque essas pessoas ocupam essas áreas? Com certeza, não é a primeira escolha da população urbana, morar longe das áreas centrais, longe de onde são oferecidos mais empregos, longe de hospitais e escolas. Não é a primeira escolha morar em áreas não asfaltadas, sem saneamento básico.

Mas, se não sendo escolhas individuais, qual é o processo urbano que produziu aquele espaço? Porque as pessoas ocupam áreas distantes, sem infraestrutura? Por que derrubar essas árvores é um problema, se a cidade não foi toda construída em área da Mata Atlântica? Por que é crime poluir essas represas, quando passamos todos os dias pelos rios Tietê e Pinheiros? Quem decide quando a urbanização de São Paulo e os eu crescimento começa a ser um problema? Esses são questionamentos estão no entorno da problemática da habitação irregular e, alguns deles, aparecem no discurso dos moradores da área estudada por nós.

Com esse cenário e essas primeiras questões, que também são nossas, nos debruçamos diversas dinâmicas do bairro Vargem Grande, no distrito de Parelheiros. Vargem Grande é um loteamento considerado irregular pelo poder público e que apresenta muitas particularidades quando se trata da problemática da preservação ambiental. O bairro fica dentro da Cratera de Colônia, que é Patrimônio Geológico da cidade e está dentro da área de proteção aos mananciais da represa Billings e APA Capivari Monos. São mais de 17 leis de preservação que se sobrepõem sobre a área que ele está localizado.

Essas medidas legais trouxeram para os moradores diversas restrições. O conflito estava colocado, de um lado o empobrecimento do trabalhador e uma crescente demanda por moradia que não obteve resposta do poder público. Os moradores foram empurrados para as áreas de

mananciais, as regiões mais baratas da cidade, pela valorização das áreas centrais e pelo encarecimento do aluguel e do custo de vida. Do outro lado, uma degradação da natureza da qual essa população local é culpabilizada e as políticas de preservação são implantadas pelo poder público.

Essa é a nossa questão central, pretendemos compreender como se dá o conflito entre a necessidade de moradia na periferia e a proteção da natureza a partir do estudo de caso de Vargem Grande. Para isso algumas perspectivas parecem fundamentais:

a) Os conteúdos da demanda por moradia, a partir das suas causas, sua trajetória dentro do processo de urbanização e suas contradições. Esse debate será importante para desconstruir a culpabilização dos moradores desses loteamentos na degradação da natureza, mostrando como a própria elite urbana lucrou com esse movimento a partir da espoliação urbana.
b) Os conteúdos do discurso da necessidade de preservação e da degradação da natureza que é apropriado pela lógica de reprodução do capitalismo. Com base nessa perspectiva, buscamos entender o papel das políticas de preservação no urbano, tendo como hipótese que, apesar da necessidade real de preservação, a atuação do Estado separa os problemas ambientais dos problemas sociais e reproduz a lógica da segregação social e da pobreza, tornando a legislação ambiental e urbana mais um instrumento de espoliação do trabalhador à medida que segue a lógica do capital na reprodução do espaço urbano.
c) Entre as políticas de preservação da natureza, é necessário o destaque para a preservação via patrimônio cultural. Em Vargem Grande, o tombamento da cratera se torna um forte argumento para a intensificação da legislação ambiental e constrói a alternativa do turismo. A fim de entender como essa alternativa econômica é construída, e para quem ela é construída, torna-se fundamental o questionamento de como o patrimônio natural passa a ser uma nova bandeira de proteção na zona sul.
d) A realidade complexa de Vargem Grande só existe por causa da resistência dos seus moradores em se manter na cidade de São Paulo, em lutar pela casa própria, e conquistar maior qualidade de vida. O cotidiano desses moradores é profundamente marcado pelas contradições da urbanização que os levaram até lá e pelas atuais políticas de preservação. Por isso, entender como os moradores se mobilizam para superar as dificuldades e realizar o seu cotidiano se torna um questionamento importante nessa pesquisa. As contradições da precariedade de infraestrutura urbana, e a presença da natureza, é sentida primeiro no cotidiano desses moradores. Entendemos que ter a

oportunidade de analisar o cotidiano é essencial para responder nossos questionamentos, mas também é um privilégio, pois é nele que o conflito entre a realização da vida e as políticas de preservação se concretizam.

Partindo dos estudos em Vargem Grande, pretendemos compreender os conteúdos do processo de produção do espaço na periferia de São Paulo, sob a perspectiva da atuação dos diferentes sujeitos. Procura-se entender a organização do movimento social através da afirmação do direito à moradia e a atuação do Estado com a criação da legislação protetora.

Passos da pesquisa

Essa investigação foi construída com base em estudos bibliográficos, análises documentais e trabalhos de campo. Foram feitas análises documentais dos processos que legitimam a irregularidade do espaço, como as leis de zoneamento, de preservação ambiental e de tombamento da área. Procuramos compreender como essas leis e a aplicação delas foram mudando ao longo dos anos de existência do bairro, os avanços na regularização e os novos entraves.

O trabalho de campo foi essencial para o nosso estudo. Sem ele só saberíamos o que está no papel, na legislação, nos jornais e propagandas. Não é preciso ir até Vargem Grande para perceber que a realidade está bem distante do que se lê, mas indo até lá foi possível encontrar uma realidade muito mais rica e complexa.

Em um primeiro momento da pesquisa, fizemos algumas visitas ao bairro onde conversamos com os moradores e tentamos conhecer melhor o dia a dia deles. Participamos de algumas atividades culturais no bairro, como o aniversário de Vargem Grande em 2014, 2015 e 2016; o Sarau da esquina organizado desde o começo de 2014 e que acontece mensalmente; e, mais recentemente, o Festival Agita Cratera, que ocorre uma vez a cada dois meses. Fizemos também uma visita aos pontos turísticos que são divulgados como atrativos, o objetivo foi conhecer quais aspectos são valorizados na região e a relação dessa política de incentivo ao ecoturismo com Vargem Grande.

Além das atividades no bairro participamos das reuniões do Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, essa experiência foi muito importante para vermos a relação do poder público com os bairros que ocupam as áreas da APA, os projetos de preservação e de atividades

econômicas para o território preservado. Também foi possível notar a forte presença do agente privado nessa relação, muitas vezes vimos as empresas da região mediando a relação do Estado com os moradores do bairro.

O segundo passo nos trabalhos de campo foi a realização das rodas de memória. Organizamos duas reuniões com os moradores com o objetivo de ouvir relatos de suas vidas. Foram quatro reuniões onde, com base em cada relato, procuramos reconstruir a história do bairro através da perspectiva da luta e resistência dos moradores.

A roda de memória vem também da limitação da pesquisa em que se propõe evidenciar a riqueza da resistência cotidiana em Vargem Grande sem estar presente o dia-a-dia dos moradores. Por isso, vamos utilizar a memória para reconstruir essa história.

Caminhos da dissertação

Para abordar a problemática estudada organizamos essa dissertação em quatro capítulos. No capítulo 1 fizemos o movimento de inserir Vargem Grande no processo de urbanização de São Paulo. Para isso, abordamos dois momentos da cidade: a **industrialização paulistana** para compreender como ela foi indutora da urbanização da cidade, o papel da formação da classe trabalhadora industrial e suas condições de trabalho na expansão da cidade para a zona sul e como os loteamentos irregulares estão inseridos nesse movimento; e a **financeirização da economia**, momento em que o setor terciário moderno se torna central para a cidade, substituindo parcialmente a indústria e transformando o espaço urbano, através da requalificação de diversos bairros. Nosso estudo buscou ver como esse processo intensificou o movimento de expansão da periferia, expulsando a população mais pobre de bairros tradicionais que já estavam distantes do centro.

O objetivo é entender Vargem Grande como fruto da lógica urbana dentro do sistema capitalista e verificar como a ocupação, muitas vezes irregular, dessas áreas faz parte dessa lógica, sendo um elemento importante para reprodução do capitalismo no urbano. Essa perspectiva se faz importante, pois parte da compreensão de que não é possível entender os problemas de degradação da natureza e os conflitos gerados a partir dela, separados das questões econômicas e sociais.

No capítulo 2 analisamos a conjuntura global que as políticas de preservação, que atuam em Vargem Grande, estão inseridas e como a demanda por preservação da natureza está inserida nas atuais transformações do urbano em São Paulo. O objetivo é compreender o papel dessas

políticas na urbanização da cidade. A nossa hipótese é que, na atualidade, o discurso de preservação da natureza é um elemento central para o setor imobiliário, atuando na revalorização dos espaços na cidade e expulsando cada vez mais a população mais pobre para a periferia. Ao mesmo tempo, na periferia o discurso de preservação do verde atua como elemento de negação da cidade para essa população.

No capítulo 3 vimos os conteúdos desse processo na periferia, analisando as políticas de preservação em Vargem Grande, a atuação do Estado e como elas chegam ao bairro.

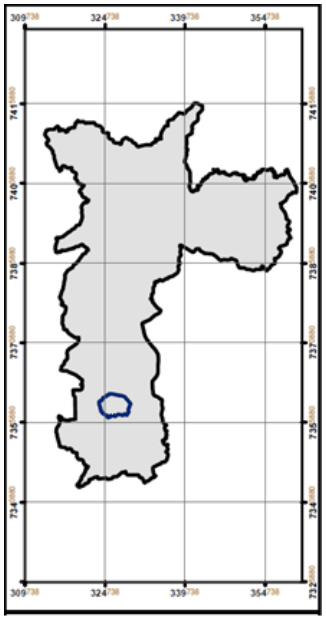
No capítulo 4 abordamos como as políticas de preservação e o discurso de preservação da natureza está presente no cotidiano dos moradores de Vargem Grande, com base em entrevistas, observações de campo e rodas de memória. A análise dos conflitos sociais, políticos e ambientais dentro do cotidiano de quem mora na periferia se faz importante, pois acreditamos que é nesse nível da vida que se dá, atualmente, as contradições da reprodução do capitalismo, assim como a resistência a essa dominação. Buscamos, então, compreender como se dá essa dominação através do debate ambiental e como as resistências aparecem nesse processo.

Com base nessa estrutura de análise faz-se possível a compreensão do conflito entre a demanda por moradia em São Paulo e o discurso ambiental através dos sujeitos envolvidos, o poder público, com as políticas públicas e a população da periferia de São Paulo, com os moradores de Vargem Grande.

1. O URBANO PERIFÉRICO E A FORMAÇÃO DE VARGEM GRANDE

Vargem Grande está localizado no distrito de Parelheiros na zona sul da cidade de São Paulo. O bairro foi construído a 40 quilômetros da Praça da Sé. Chegar a suas ruas não é fácil, saindo do centro da cidade de carro, leva-se em torno de 2 horas, de transporte público, da zona oeste, a opção mais fácil é a linha esmeralda da CPTM até o Terminal Grajaú, de onde sai uma linha de ônibus que funciona 24 horas por dia com intervalos de vinte minutos. Saindo do metrô Butantã, esse trajeto leva em torno de 2h30 minutos. Há mais um ônibus que entra em Vargem Grande, ele sai do Terminal Santo Amaro.

No caminho a paisagem é muito diversa, os prédios altos com seus espelhos vão ficando para trás, mesmo sem a verticalização é possível ver a cidade se adensando. As ruas estreitas e tortuosas sobem e descem separando sobrados, casas simples, barracos, mercadinhos, açougues, pequenas e grandes lojas. Passamos pelo Grajaú e chegamos a Parelheiros. Aos poucos a cidade parece estar chegando ao fim, o verde vai substituindo o concreto, as casas aparecem distantes umas das outras, há placas de preservação ambiental, chácaras e galinhas, bois e vacas. Depois de muitas curvas é possível ver, ao longe, a Cratera de Colônia e dentro dela Vargem Grande.



Mapa 1 - Localização da Cratera de Colônia na cidade de São Paulo.

Figura 1 – A linha amarela representa a área da Cratera de Colônia e a linha vermelha Os limites do bairro Vargem Grande.

Vargem Grande é um bairro formado por aproximadamente 50 mil pessoas[1], são moradores que caminham e conversam por suas ruas enquanto em frente à farmácia alguém anuncia no microfone as promoções do dia, moradores que pegam o ônibus N639/11 para trabalhar e/ou estudar fora da cratera, que fazem compras no supermercado Ayumi na Rua das Palmeiras, sempre embalados ao som das músicas das lojas de roupas e calçados. São 50 mil pessoas que ali vivem e todos os dias produzem o espaço da e na Cratera de Colônia. São 50 mil pessoas que vivem e produzem o espaço da e na cidade de São Paulo.

Figura 2 - Avenida das Palmeiras, Vargem Grande, São Paulo.

[1] A quantidade de habitantes em Vargem Grande varia nos documentos oficiais da prefeitura, adotamos 50 mil, por ser o mais recorrente.

Figura 3 - Avenida das Palmeiras, Vargem Grande, São Paulo.

Esse bairro é um dos tantos que formam a extensa periferia da capital paulista, a sua origem e os caminhos formados por suas ruas fazem parte da história e da geografia de São Paulo. As relações estabelecidas por seus moradores extrapolam as bordas de 125 metros de altitude da cratera, estão inseridas na rede de relações urbanas, influenciando e sendo influenciadas por essa totalidade.

Neste primeiro capítulo buscamos compreender a formação de Vargem Grande dentro da totalidade do urbano. Nosso objetivo é chegarmos às raízes dos conflitos existentes no bairro para conseguir compreender a forma e os conteúdos da tríade de relações que forma a nossa problemática de pesquisa: *sobrevivência – preservação ambiental – patrimônio*.

Para percorrer esse caminho, vamos trabalhar o crescimento urbano partindo da indústria para entender a trajetória dos moradores de Vargem Grande, que antes faziam parte dos bairros que compunham a antiga periferia urbana, podemos citar o Jardim Ângela, Santo Amaro, Grajaú, Jabaquara e o Ipiranga como exemplos. Para desvendar esse movimento e a consolidação da periferia urbana industrial, vamos inseri-lo dentro do conceito de urbanização crítica, formulado pela geógrafa Amélia Luísa Damiani.

A formulação da urbanização crítica nos é central, pois coloca o urbano como revelador das contradições vividas no sistema capitalista. A autora afirma que:

> Sobre a urbanização crítica, a base de reflexão envolve a consideração do sentido histórico do fenômeno da pobreza urbana em nossa época. O argumento fundante é que o urbano revela as contradições cruciais que vivemos, não se definindo como um aspecto secundário, um epifenômeno, ou um, fenômeno eventual, nem como uma fuga das questões que movem nossa história. Por que crítica? Porque revela o limite das possibilidades históricas latentes. (DAMIANI, 2009, p. 37).

Revelando os limites e possibilidades históricas, a urbanização crítica nos mostra como a intensa exploração do trabalhador, que possui precárias condições para a sua reprodução — para morar, comer, se vestir —, é uma contradição intrínseca ao processo produtivo e não uma exceção a ela. A negatividade do trabalho e a produção da pobreza são elementos fundantes do capitalismo, conforme pontua a autora. A crise da urbanização é produzida a partir de um processo histórico de crise do trabalho, contida a crise do capital. De acordo com Damiani (2009), a situação precária do trabalhador, com grandes índices de desemprego, empregos temporários, instáveis e com baixos salários leva o operário a negatividade absoluta do trabalho.

> Trata-se de uma economia contraditória, que, enquanto tal, nega as capacidades humanas possíveis, que ela mesma virtualmente coloca. Esta economia se realiza negando o que ela mesma impulsionaria. Seu aspecto positivo, o acrescentamento da riqueza social – traduzido como progresso tecnológico potencialidades culturais, científicas e artísticas desenvolvimento social e individual – é negado quando se põe. Realiza-se como negado. Potencialmente existe, no momento em que se torna real, se realiza invertido. Como miséria e crise, destruição, desumanização, barbárie. (DAMIANI, 2009, p. 38).

No urbano esse processo se espacializa na produção de espaços empobrecidos, na São Paulo industrial, esses espaços seguem um padrão periférico de expansão. São as áreas mais distantes do centro que esses trabalhadores precarizados conseguem ocupar para morar.

Para compreender a reprodução dos espaços empobrecidos da cidade vamos utilizar a noção de *urbano periférico* formulado pela geógrafa Rosalina Burgos (2008). A autora reafirma a periferia urbana como condição social da pobreza evidenciando que o padrão periférico de crescimento urbano é a espacialização de um momento específico do desenvolvimento econômico, marcado pela exploração dos trabalhadores da indústria. A periferia, como distante do centro, é uma forma importante para se compreender a negatividade do urbano e como o desenvolvimento econômico da cidade foi marcado pela expropriação — exploração — espoliação dos trabalhadores.

Burgos constrói a noção de urbano periférico para refletir sobre a complexidade das condições de vida da população empobrecida, que estão por toda parte da cidade de São Paulo, desde o centro até a periferia. A autora nos mostra como as transformações no mundo do trabalho se refletem na espacialização fragmentada da metrópole e do "lugar" da população empobrecida.

A noção de urbano periférico é muito importante para o nosso trabalho, pois apesar de estarmos tratando de uma forma de urbanização sob o padrão periférico ela só existe por causa da complexificação da periferia, como condição social e não um espaço contínuo e homogêneo.

Os moradores de Vargem Grande vivem a urbanização periférica. Vieram para São Paulo, de outros estados do país, em busca de trabalho na indústria, processo que inicia-se na década de 1930, e aqui sofreram com a urbanização crítica desse espaço, vivendo no cotidiano a marca da segregação socioespacial e compreensão de que o urbano não é para todos (DAMIANI, 2004). Esses moradores ocuparam bairros periféricos buscando alternativas para a sua reprodução enquanto trabalhadores, construindo suas casas em áreas irregulares, em favelas, e outras formas de moradia marcadas pela instabilidade, sempre em bairros com estrutura urbana precária. Esses bairros são a espacialização da exploração do trabalhador na indústria e desse momento histórico. A negatividade do urbano está nas histórias desses moradores de Vargem Grande, mas o bairro foi construído em um segundo momento histórico, de fragmentação da metrópole.

Vargem Grande é um bairro fruto da intensificação da urbanização periférica, que só pode ser entendido a partir da compreensão de seus momentos. Primeiro momento: a ocupação dos bairros centrais pela população empobrecida, após a saída dos habitantes com renda mais alta desses bairros. Burgos destaca que nesse momento essa população voltou a viver o centro. Segundo momento: o processo de gentrificação, a valorização e requalificação desses bairros que, ao mesmo tempo em que reforça a população empobrecida nos centros, intensifica o padrão periférico de crescimento urbano, levando a população da periferia para mais e mais distante. A autora relaciona esse momento com a urbanização crítica.

> Deste processo, as periferias urbanas tornaram-se expressões mais complexas e completas da denominada urbanização crítica, contendo as marcas da continuidade e aprofundamento das relações de expropriação, exploração e espoliação urbana, sempre repostas na produção e reprodução do espaço urbano. (BURGOS, 2008, p. 32).

Vamos então, a seguir, entender como a urbanização crítica se concretiza em São Paulo e como a formação de Vargem Grande está localizada nesse movimento do urbano. Para refletir sobre o urbano periférico, como condição social e sua espacialização em diferentes formas e conteúdos nos diferentes momentos históricos, vamos dividir nossa reflexão em dois momentos; o primeiro marcado pela industrialização, a atração de mão de obra migrante e a exploração dos trabalhadores que deu origem a muitos loteamentos da periferia de São Paulo; o segundo momento, é o crescimento do setor terciário moderno na cidade, a valorização e revalorização dos bairros tradicionais que levou a intensificação da ocupação periférica em muitos casos de forma irregular.

1.1 A exploração do trabalhador na indústria e a expansão da periferia

Ana Fani Alessandri Carlos (2012) afirma que a cidade é meio, condição e produto do modo de produção capitalista, nesse sentido, para ela ser predominantemente o lugar do concreto, do artificial, do construído, é estabelecida uma relação particular com a natureza.

Henri Lefebvre (1999) coloca a natureza no primeiro plano nos problemas urbanos e destaca que o processo de industrialização foi fundamental para a devastação da natureza na cidade. A industrialização em São Paulo foi um elemento indutor da urbanização (LEFEBVRE, 2001), a indústria fez da cidade um grande polo de investimento e destino de força de trabalho. Diversos imigrantes estrangeiros, migrantes de várias regiões do país, assim como pessoas libertas da escravidão, foram para a cidade.

São Paulo que antes era conhecida pela sua estrutura agrária logo se transformou na maior metrópole nacional, passando o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Frederico Bertolotti (2011) enfatiza que, com a indústria, São Paulo foi palco dos seus produtos sedutores e da exploração de mão de obra que faz parte do seu modo de produção. Assim, com o crescimento urbano, a industrialização trouxe para São Paulo as contradições inerentes a esse sistema.

A urbanização é expressão dessas contradições, desde seu início foi marcada pela segregação socioespacial, manifestando no espaço as diferenças de classe, produto do modo de produção capitalista baseado na indústria. Junto ao aumento da densidade demográfica, a cidade foi marcada pela expansão da sua periferia, lugar da moradia dos trabalhadores empobrecidos pelo mesmo processo modernizador que possibilitou o enriquecimento de muitos (BERTOLOTTI, 2011). A expansão da periferia na metrópole paulistana expressou a contradição entre o crescimento urbano, a exploração da mão de obra e a obtenção cada vez maior de lucro.

O surgimento dos loteamentos irregulares evidencia o processo de precarização da vida dos trabalhadores, que marca a industrialização da cidade e que têm, na década 1980, o seu ápice por causa da crise econômica. Entre 1985 e 1990 são 182 novos loteamentos, 32 mil lotes que cobrem 36 milhões de m² (KOWARICK, 2000, p. 51). O progresso econômico baseado na exploração do trabalhador gerou a riqueza de poucos e a pobreza de muitos. O trabalhador não ganhou o necessário para a sua reprodução. Entre as suas atividades essenciais está o morar, para a classe operária paulistana, o morar foi sinônimo de precariedade e aluguel. Na década de 1980 a crise econômica e a intensificação da pobreza fizeram do aluguel uma solução cara e instável (KOWARICK 2000, p. 22).

Para compreender os conflitos atuais de degradação ambiental e de segregação social na zona sul da cidade, é importante compreender a industrialização de São Paulo e a urbanização dessa região, momento importante no qual o crescimento demográfico e a necessidade da construção de uma infraestrutura que pudesse atender as novas demandas do modo de produção, marcam a urbanização de Santo Amaro.

Em um primeiro momento, do início do século XX até 1935, Santo Amaro era município autônomo e passava por um grande investimento em infraestrutura. A primeira iniciativa, a linha férrea possibilitou a ligação de São Paulo à vila de Santo Amaro, fornecedora até então de alimentos e materiais. A demanda por geração de energia foi suprida com a construção do lago artificial da Guarapiranga, de 1906 a 1909, pela Light (ISA, 2008). Essa intervenção foi uma primeira grande mudança na zona sul de São Paulo: os terrenos que seriam inundados foram desapropriados mesmo com protesto dos proprietários. Foi apenas posteriormente à sua criação que a represa se tornou fornecedora de água, até então a responsável pela manutenção das condições de saneamento do reservatório era a própria Light. A implementação da linha de bonde na região intensificou a ligação entre os núcleos urbanos e valorizou o loteamento das chácaras ali existentes.

Foi em 1935 que Santo Amaro perdeu sua autonomia política do município e se tornou bairro do município de São Paulo e, simultaneamente, foi realizada a retificação e reversão do rio Pinheiros e represamento do rio Jurubatuba, projeto da represa Billings, inundada em 1927, para aumentar a geração de energia (ISA, 2008). Esse processo proporcionou a expansão da ocupação urbana na direção sul. Entre 1925 e 1940 houve grande investimento em infraestrutura, com abertura de estradas e com o "Projeto Interlagos", que consistiu na abertura da Avenida Washington Luís, em 1928, e Interlagos, a construção do Aeroporto de Congonhas e a implementação do loteamento "Cidade Satélite de Interlagos", com hotéis, igrejas, autódromo, residência, comércios e indústrias. A intenção era construir um balneário urbano à beira da represa, explorando seu potencial recreativo (ISA, 2008).

O segundo momento, de 1935 a 1970, trata da formação de bairros populares e dos conflitos de moradia na cidade. Em 1940 são constituídos na zona sul os bairros de Cidade Dutra e a Capela do Socorro, os primeiros bairros populares que começaram a ser locais para a habitação dos trabalhadores do Parque Industrial Jurubatuba e empresas prestadoras de serviços. A infraestrutura que levou água e luz para as indústrias também gerou a acessibilidade dessas terras que, nas décadas seguintes, permitiu a migração de muitos trabalhadores para esses bairros. A contradição da necessidade de alojar tanto as elites como a classe trabalhadora é uma

questão da cidade, e a partir da década de 1940 com a intensificação dos processos de industrialização e crescimento populacional gerou uma crise habitacional nacional que deu início as primeiras favelas e auto construção loteamentos em São Paulo (ISA, 2008).

As favelas eram a alternativa para os trabalhadores empobrecidos, a exploração acentuada não permitia que estes arcassem com o custo de moradia. Essa situação colocou para o Estado a urgência de lidar com as necessidades básicas de reprodução da força de trabalho, sem que isso tivesse como consequência a diminuição na acumulação de capital, é então que o poder público decide continuar garantindo os lucros do modo de produção, não interferindo nas precárias condições de vida dos trabalhadores. Como o poder público não tinha a intenção de garantir melhores possibilidades de moradia, optou por ignorar a expansão das moradias precárias e irregulares.

Com a valorização das regiões mais centrais os trabalhadores foram obrigados a buscar terrenos mais acessíveis, movimento que levou ao crescimento horizontal da cidade. Nos anos 1950 a expansão da estrada de ferro Sorocabana para a zona sul conduziu a ocupação popular dos bairros para essa região. Foi no período de 1949 a 1962 que a área urbanizada da cidade dobrou e se iniciou a ocupação sobre os mananciais. Na década de 1960 essa ocupação se manteve veloz.

Em um terceiro momento, a partir dos anos 1970, com a urbanização nessas regiões já consolidadas são tomadas algumas iniciativas para o controle da situação. A Lei de proteção de mananciais (Lei estadual nº 898/75 e 1.172/76) e a Lei de Parcelamento do Solo (Lei Federal nº 6766/79) visavam controlar o crescimento da cidade. Em 1974 já se verificava ocupação densa ao longo dos braços da represa Guarapiranga, em especial na margem esquerda, onde se situa a Capela do Socorro e essas leis foram apenas protocolares, pois não intervieram de fato nessa realidade já constituída.

Foi nos primeiros anos da década de 1970 que a urbanização das áreas de mananciais chegou a um ponto crítico. A CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) foi obrigada a realizar operação de remoção da mancha anaeróbia presente na represa e consequência da falta de coleta e tratamento de esgotos que havia intensificado a poluição do Rio Tiete e de seus afluentes comprometendo a qualidade da represa Billings (ISA, 2008). As leis de proteção aos mananciais consideravam a ocupação urbana da bacia o principal fator para a má qualidade da água e para evitar a ocupação e preservar o ambiente ora restringiam totalmente novas ocupações, ora propunham ocupações pouco adensadas. Os loteamentos que não se enquadravam se tornaram irregulares a partir de sua promulgação, posteriormente à

aprovação da Lei Estadual de Proteção aos mananciais. Até 1980, a mancha urbana teve sua área ampliada 33,65%. O território foi ocupado de forma mais adensada, irregular e precária, atendendo a uma população que não se encaixava nas alternativas de moradia oferecidas pelo mercado de terras formal.

Apesar das leis estabelecidas, a urbanização da zona sul de São Paulo se deu com a ausência do poder público na condução do desenvolvimento urbano metropolitano em termos de instrumento para controle do crescimento e da especulação imobiliária. Não houve, então, qualquer medida para reverter o quadro de precariedade da população empobrecida, sem fornecimento de saneamento ou viabilização de condições de boa habitação não era possível qualquer outra medida.

Nos anos 1970, as áreas de mananciais, com fazendas e chácaras, pareciam atraentes para um mercado rentável de habitação de baixa renda, os loteamentos irregulares eram vendidos sem o mercado imobiliário se responsabilizar por qualquer necessidade de infraestrutura. A rentabilidade do negócio de terras só aumentou com a proximidade das áreas industriais. A construção de novos loteamentos interessava principalmente os proprietários de terra. Diversas foram as reações para a impossibilidade de parcelar o solo por causa das leis estabelecidas; os proprietários fizeram vistas grossas para a ocupação e depois lutaram para regularizar o lote e lucrar; foi construída toda uma estrutura de loteadores clandestinos que viabilizavam e tornavam ainda mais precária e incerta a vida da população que não possuía outra alternativa.

Em um contexto de aumento das ocupações precárias e péssima qualidade de vida da população pobre, algumas medidas foram tomadas pelo Governo Federal para impedir a abertura de lotes irregulares através da criminalização dos loteadores, o que, no entanto, contribuiu para reduzir ainda mais a oferta de lotes populares. Essas leis devem ser entendidas em um momento de crescimento urbano sem infraestrutura, nesse sentido ficava por conta dos empreendedores privados seguir as regras estabelecidas e controlar essas ocupações. O Estado era apenas um fiscalizador, e as leis pouco foram respeitadas nas décadas posteriores.

Nessas primeiras décadas de industrialização houve mudança brusca na cidade de São Paulo, transformando sua forma e seus conteúdos e trazendo diversas contradições entre produção e natureza. A metrópole industrial foi marcada desde a sua origem pela segregação espacial, foi construída baseada na intensa exploração da classe trabalhadora, muitos migrantes que vieram atraídos pelo grande investimento aplicado na cidade aqui chegaram sem estrutura alguma e continuaram assim, pois nada além de salários precários lhes foi oferecido.

No capitalismo a força de trabalho possui demandas básicas, para se reproduzir enquanto trabalhadores precisam comer, morar, vestir-se, consumir o mínimo. Para isso ser possível em São Paulo a alternativa encontrada pelos trabalhadores empobrecidos foi as moradias irregulares na periferia da cidade, pois aluguel ou a compra de uma casa própria não cabia no orçamento (KOWARICK, 1993).

A expansão horizontal da cidade fez parte do projeto modernizador da indústria e não uma consequência não planejada. No urbano, a modernidade foi expressa através da valorização das áreas centrais, ao mesmo tempo em que a urbanização das áreas próximas aos mananciais gerou grande degradação ambiental também possibilitou uma expansão do capital através da exploração da mão de obra e do mercado ilegal de terras.

Tanto a ausência do poder público, quanto a políticas de moradia e qualidade de vida para os trabalhadores não impediram a viabilização de infraestrutura necessária para a expansão da indústria, com redes viárias e possibilidade de emprego. O próprio processo de retificação dos rios e construção das represas foi movido pelos interesses e demandas da indústria e não seguiram as necessidades de preservação ambiental ou da qualidade de vida dos moradores, resultando na falta de tratamento dos esgotos e ausência de coleta de lixo.

Os problemas ambientais consequentes de todo esse processo só começaram a aparecer em São Paulo com força e organização dos movimentos ambientalistas na década de 80 e que foram abafados pela resposta do neoliberalismo que trouxe para a gestão pública a necessidade das cidades adotarem medidas de desenvolvimento sustentável. Para São Paulo continuar se desenvolvendo enquanto uma metrópole foi importante esquecer as consequências da construção da cidade ter sido baseada na reprodução do capital, no interesse de dos proprietários fundiários e do capital e não das necessidades dos seus moradores. Em vez de resgatar essas contradições a lógica individual foi legitimada e a culpa da degradação ambiental foi compreendida como sendo dos moradores que ali foram conduzidos a viver pela reprodução da cidade.

1.2 Loteamento e autoconstrução: a apropriação do espaço na negatividade do urbano

Para compreender a intensificação da precarização da vida por meio dos atuais movimentos da metrópole e a atualidade da luta pelo espaço travada pelos moradores de Vargem Grande, precisamos abordar o papel das autoconstruções em loteamentos irregulares na periferia de São Paulo, dentro do contexto de urbanização da metrópole. O direito à moradia

é um dos elementos básicos para reprodução da vida, para garantir a sobrevivência um indivíduo na sociedade capitalista precisa receber um salário que seja o bastante para comer, beber, vestir, respirar, morar. O modo de produção vigente ao mesmo tempo em que, para a sua própria reprodução, precisa garantir esses elementos, possui a prioridade da acumulação de capital. Um dos pilares desse processo é a exploração de mão de obra, quanto menos o trabalhador receber maior será o lucro. A partir desses cálculos, foi estabelecida uma relação de precarização da vida com a grande massa de trabalhadores despojados de bens que só possuem a força de trabalho para garantir a sobrevivência (BERTOLOTTI, 2011).

Em São Paulo esse processo se deu de forma mais intensa com a industrialização. As oportunidades abertas com a modernização do processo produtivo trouxeram muitos migrantes para a cidade que vivenciaram a exploração do trabalho e a precarização da vida. Com baixos salários o trabalhador precisou buscar alternativas para diminuir as despesas em meio a essa cidade estranha, em constante valorização, que deixava cada vez mais claro que aquele espaço não era deles, não era para eles.

Viver no centro perto da fábrica, do comércio, do transporte público estava cada vez mais caro, o gasto com o aluguel significava na época, 25% da renda familiar (BONDUKI, 2002), nessa conjuntura a cidade foi se expandindo para seus extremos formando uma grande periferia constituída em grande parte de favelas e loteamentos irregulares. As autoconstruções se tornaram a principal alternativa para se fixar e conquistar o seu direito à moradia, pois vinham com a promessa de que as despesas com a casa própria logo acabariam.

Segundo Kowarick (2009) essa modalidade de produção do espaço urbano teve seu início em 1930, mas foi nas décadas seguintes que ela se expandiu de forma acelerada e deu origem ao "padrão periférico" caracterizado pelos lotes que desrespeitavam os regulamentos exigidos pelo poder público e pelas autoconstruções de moradia.

A autoconstrução em regiões irregulares se tornou uma peça chave para o sistema capitalista, pois permitiu a reprodução do trabalhador sem prejudicar o lucro das indústrias e sem o investimento do Estado em programas de habitação. A conquista da casa própria proporcionava aos trabalhadores a sensação de ascensão social sem a promoção de distribuição de renda, ou a elevação de salários (BONDUKI, 2002). Pelo contrário, as despesas mensais com moradia saíram do orçamento o que permitiu a diminuição dos salários que já eram precários, intensificando a pobreza na cidade de São Paulo (KOWARICK, 1993).

A obtenção da casa própria leva os trabalhadores a estarem mais propensos a todo tipo de sacrifício, os gastos para erguer a casa são grandes, porém eram vistos como um

investimento para a aquisição de um patrimônio que compensaria qualquer compressão nas despesas mensais (BONDUKI, 2002). Os moradores desses loteamentos se sujeitam a morar precariamente e dobram o expediente no final de semana para trabalhar na construção das suas casas. Esses e outros sacrifícios são aceitos com a certeza de que são temporários. A apropriação do espaço urbano pelos trabalhadores simbolizava a conquista do lar, a vivência cotidiana da família, a proteção dos perigos das ruas, o abrigo na velhice. Além disso, uma casa podia crescer por etapas na medida em que a situação econômica fosse mais confortável (BONDUKI, 2002).

A massificação dos loteamentos como alternativa de habitação popular se deu com perda da qualidade de vida e instituiu um modo de vida paulistano, ser cidadão em São Paulo passou a ser caracterizado pelo:

> [...] lote bagunçado, da quadra clandestina, da rua semi-oficializada, do ponto de ônibus sempre cheio, do tempo infinito até o trabalho – base do modo de vida paulistano, tornando-se uma referência cultural estruturadora do cotidiano dos habitantes da cidade. Participar desse processo tornou-se sinal de incorporação à cidade e à cidadania, e também a aspiração máxima de ascensão social acessível aos trabalhadores de baixa renda. (BONDUKI, 2002.p. 283).

As condições para a massificação dessa forma de morar não se deram por acaso. Bonduki (2002) coloca que a forma que tanto o Executivo como o Legislativo trataram – ou deixaram de tratar - foi decisiva para a expansão das autoconstruções. Era justamente a falta de serviços urbanos que favorecia os baixos preços e os longos financiamentos na venda do lote. A irregularidade dos terrenos do ponto de vista da legislação urbana era o argumento para o poder público não se sentir obrigado a investir nesses bairros. Porém, Kowarick (2009) deixa claro que:

> Obviamente a clandestinidade ou ilegalidade era apenas formal, pois os órgãos públicos não só tinham conhecimento desta modalidade de expansão urbana, como acabaram por aceitar que ela se torna-se a regra dominante no processo de ocupação do solo, Tratava-se de um "laissez faire urbano", produtor de enorme especulação imobiliária. (KOWARICK, 2009. p. 165)

O setor imobiliário privado foi muito privilegiado nesse processo, os serviços urbanos se tornaram ferramenta para a especulação, quando as melhorias chegavam os preços do lote ou do aluguel subiam. A infraestrutura que poderia proporcionar melhores condições vida para a população mais empobrecida se tornou motivo para a sua expulsão para as áreas mais distantes das cidades, pois não poderia pagar pelo "preço do progresso" (KOWARICK, 2009).

Kowarick (2009) aponta ainda que dados recentes indicam que mais da terça parte dos

favelados reside na parte sul da capital, e que, de cada 10 loteamentos clandestinos, seis ocorrem nessa região. A população da cidade de São Paulo teve um aumento expressivo entre os anos 1991 a 2000, atingindo quase 250 mil pessoas. É possível destacar as áreas de proteção dos mananciais que recebem um vasto contingente populacional que se dirige às favelas e loteamentos clandestinos.

1.3 Financeirização econômica na urbanização crítica

O segundo momento importante para compreendermos a lógica de urbanização que a formação de Vargem Grande está inserida, é a restruturação produtiva e as transformações da cidade de São Paulo, consequentes desse processo. Desde os anos 1970 o setor terciário vem crescendo na cidade e aos poucos está substituindo a indústria como principal atividade econômica e fonte de emprego. As indústrias buscaram terrenos e mão-de-obra mais baratas para diminuir os custos da produção, assim se realocaram na região metropolitana de São Paulo e em outras regiões do país, como o Nordeste, região de investimento no setor industrial nos últimos anos.

São Paulo, não deixou de ser importante para a produção industrial, a capital do Estado manteve o papel de comando, muitos escritórios e centros administrativos, de indústrias no interior da cidade e de outros estados, estão por trás dos espelhos das Avenidas Paulista, Faria Lima, Berrini, entre outras. Além disso, Sandra Lencioni (2003), destaca como esse processo é relativo, como a concentração de indústrias brasileiras sempre esteve em São Paulo apesar de se deslocar para outras regiões essa atividade segue sendo importante para a capital, Lencioni (2003) denomina esse movimento como Desconcentração Industrial.

O setor de serviços tomou conta da cidade, com destaque para o financeiro e para as atividades de alta tecnologia. Ana Fani destaca as transformações no processo produtivo e os novos conteúdos e caminhos da financeirização da economia em São Paulo:

> No caso da metrópole paulistana, o processo de reprodução do espaço, no contexto mais amplo do processo de urbanização, marca não somente a desconcentração do setor produtivo e a acentuação da centralização do capital, mas também dá um novo conteúdo para o setor de serviços (basicamente os que se desenvolvem são o financeiro e o de serviços sofisticados e com ele umas série de outras atividades de apoio como a informática e a de serviços de telecomunicação), fazendo com que o movimento de transformação do dinheiro em capital percorra agora, preferencialmente outros caminhos. (CARLOS, 2011, p. 112).

O urbano sofre diversas transformações para realizar a reprodução do capital nesse novo momento.

Ana Fani Carlos nos traz ainda a importante de compreender o espaço como mercadoria em qualquer momento do capitalismo:

> [...] a cidade, como forma do espaço, é uma produção social e histórica. Ela traz por conteúdo relações sociais fundados no processo de trabalho (em sua totalidade), que é fonte de valor, numa produção que se realiza a partir da metamorfose da natureza. Assim, o espaço, tal qual exposto nesta pequena obra, apresenta-se como uma das grandes produções humanas, e em constituição permanente na medida em que, singular, o produto (de um determinado momento) é sempre a condição de uma nova produção, não se separando, portanto, processo de produção e de reprodução. Em movimento constante de reprodução, o espaço ganha sempre novo sentidos pela acumulação e trabalho. (CARLOS, 2011, p. 91).

Mas é na financeirização que o espaço urbano se torna central para a reprodução do capital. Um elemento importante para compreender esse processo é a raridade dos espaços rentáveis para o sistema produtivo. A raridade de espaços nas regiões centrais faz com que os espaços já produzidos sejam transformados, sejam desconstruídos e reconstruídos.

Há uma requalificação dos bairros, um exemplo é o reaproveitamento de espaços que antes eram o lugar da indústria na cidade, como o bairro da Mooca, que está repleto de casarões que hoje são utilizados para novos usos, alguns são supermercados, outros são casas para festas noturnas, lojas de discos, entre outros usos.

A verdade é que na última década era perceptível as transformações da cidade e a presença da construção civil, os guindastes e as obras estavam por toda parte. Novas centralidades foram construídas, via Operações Urbanas, projetos elaborados com base na parceria público privadas que tornaram grandes avenidas da cidade em centros de negócios, as Avenidas Faria Lima, Berrini e Água Espraiada são alguns exemplos de lugares que passaram por essa transformação.

A transformações desses espaços trouxeram a valorização e o encarecimento desses bairros e do entorno deles, a população mais pobre que morava nesses lugares e mesmo nos bairros já mais afastados como, Jaguaré, Freguesia do Ó, Jaguaré, Santo Amaro — que também foram requalificados —, não conseguiram continuar em suas casas, pois ou eles foram desapropriados para as novas construções ou o custo de vida foi encarecido.

A requalificação e valorização dos espaços urbanos foi planejada também com a função de gentrificação de muito bairros. A cidade, que na década de 1980 foi negada pela população

de renda mais alta, por causa da poluição, do trânsito, a falta do verde e da violência urbana, foi revalorizada tornando um espaço para o investimento dessa classe social.

A gentrificação gerou a reprodução da periferia e a expansão dos limites da urbanização, a pobreza foi intensificada com o processo de financeirização da cidade, a população mais pobre escolheu dois caminhos, ficar no centro e resistir, dentro de condições ainda mais precárias, ou ocupar os espaços mais e mais distantes do centro.

O bairro Vargem Grande é fruto desse processo, os moradores e esse espaço carregam na memória e no cotidiano a negatividade do urbano sob suas diversas formas e em seus diversos momentos. É sob essa perspectiva que no próximo capítulo vamos compreender como o discurso de preservação ambiental está inserido nesse processo, contribuindo para a valorização dos espaços centrais e para a expulsão da população mais pobres dessas áreas e na periferia sendo ele a atual negatividade do urbano.

É com base no discurso da necessidade de preservar o urbano que a urbanização crítica e seu recado "o urbano não é para todos" intensifica a pobreza na periferia da cidade. Em Vargem Grande os argumentos para a não regularização do bairro e a negação dos serviços públicos envolvem o discurso da necessidade de ser preservar a natureza. No próximo capítulo vamos buscar compreender como essa relação é construída e se reflete nas políticas de preservação em Vargem Grande.

2. O PAPEL DA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA NA URBANIZAÇÃO CRÍTICA

Para compreender o papel que o discurso de preservação da natureza possui na reprodução do espaço na periferia, vamos fazer dois movimentos: o primeiro, inserir as políticas de preservação da natureza em Vargem Grande no contexto de crise ambiental global; o segundo, desvendar os conteúdos dessa problemática global no urbano, refletindo sobre como o discurso de preservação da natureza transforma o espaço.

Percorrendo esses caminhos, buscamos compreender como o capitalismo se apropriou da crise ambiental no âmbito global, construindo um novo mercado do verde e erguendo uma cortina de fumaça ideológica em torno do desenvolvimento sustentável, que desvia a crítica da relação social com a natureza — construída no capitalismo — e esconde a raiz dos problemas ambientais.

Com base nesse debate, procuramos desvendar as consequências dessa apropriação no âmbito urbano, investigando como o discurso de preservação da natureza, dentro da lógica do capitalismo, contribui para a reprodução desse sistema produtivo, intensificando as contradições inerentes a ele, intensificando a pobreza e produzindo um espaço marcado pela desigualdade e pela segregação socioespacial, reproduzindo a urbanização crítica.

No âmbito da cidade de São Paulo, vamos nos voltar para a tríade — *preservação da natureza — patrimônio*, tentando entender a relação daqueles que possuem suas vidas marcadas pela luta por moradia e pela negatividade do urbano, com a preservação da natureza e o patrimônio. Como a necessidade de preservação aparece na vida dessas pessoas? É importante já deixar claro que ao separar a preservação da natureza e a preservação via patrimônio estamos identificando que essas políticas preservacionistas apresentam origens distintas e papeis diferentes nessa trajetória.

A construção de Vargem Grande, desde a sua origem, foi marcada por esses temas. Nos anos 1988 e 1989, que deram início ao loteamento, as políticas de preservação da natureza já existiam, entre as leis que mais eram discutidas na região estava a proteção dos mananciais. A expansão urbana já havia chegado em outros mananciais e era um problema que estava dentro das preocupações do poder público. Além disso, os estudos científicos já haviam começado pelo Instituto de Geociência da Universidade de São Paulo, a perspectiva de se ter uma cratera formada por um astroblema em São Paulo instigava os cientistas e abria as possibilidades de parcerias com universidades estrangeiras, como em Paris e no Japão. O loteamento era visto

como uma ameaça a essas descobertas científicas, a manchete da notícia pública no Diário Popular, em 19 de julho de 1990, expressa essa relação: "Ciência e miséria disputam a cratera[2]".

Na organização dos moradores, a preocupação com a preservação da natureza também era presente. O primeiro boletim da UNIFAG tinha um tópico intitulado: "O cuidado com o local de moradia e com o meio ambiente". Segundo o estudo de tombamento, presente no processo do Condephaat, o boletim diz:

> Preserve o quanto possível as árvores do seu lote e plante árvores frutíferas e ornamentais. Não ponha o trator para destruir tudo, jogando na rua madeiras, raízes e tocos. Limpe a rua diante do seu lote, cortando as madeiras e queimando-as. A associação completará o serviço removendo o que sobrar. Cuide das áreas verdes que foram reservadas para o lazer de sua família. Transforme-as em pequenos parques. SABE COMO SE CONHECE O ASSOCIADO CONSCIENTE? Pelo cuidado que ele tem com o seu lote e com as áreas de uso comum. SAIBA QUE O QUE É DE TODOS É TAMBÉM DE CADA UM. Portanto supere a oposição entre INDIVIDUAL E COLETIVO. Comece a educar-se para viver numa sociedade civilizada na qual todos cooperam fraternalmente, e todos saem ganhando. (CONDEPHAAT, n°32938, 1995).

O boletim nos mostra, além da preocupação com o meio ambiente, a compreensão de que a natureza é um bem comum, que faz parte do coletivo e que cada um deve fazer a sua parte, refletindo os discursos preservacionistas e também uma perspectiva individualista da ação de preservação, cada um deve fazer a sua parte pelo coletivo.

Os moradores mais antigos do bairro, em pesquisa de campo, contam que quando o terreno foi comprado era de conhecimento de todos, que a área era reservada para preservação por estar próxima ao manancial da represa Billings, mas que sabiam de casos de outras ocupações nessas áreas que tinham sido regularizadas e, por isso, optaram pela compra. Maria Henrique Sipriana, presidente da UNIFAG e responsável nominalmente pelo loteamento diz em depoimento dado em 5 de outubro de 1989 e registrado no processo de estudo de tombamento do Condephaat que:

> [...] Nós discutimos a possibilidade de divisão de uma fazenda localizada na Estrada da Colônia, n° 3.000, denominada Vargem Grande, Colônia, Parelheiros, a fazenda tinha 122 alqueires e pertencia a João Rimsa e sua mulher; que houve muita discussão com relação à aquisição da área, porque nós sabíamos da restrição da construção no local, por se tratar de área de construção no local, por se tratar de área de proteção de mananciais; mesmo assim, a assembleia dos associados decidiu comprar a área para as finalidades mencionadas; eu esclareci bem meus associados a respeito das proibições, e até levei advogado e arquiteto para explicar a eles do que se tratava; cheguei até a solicitar manifestação da assembleia, de todos os presentes, para que

[2] Estudo de tombamento do Condephaat processo n° 32938/95.

> erguessem as mãos para eu ficar sabendo se haviam entendido do que se tratava a "área de proteção aos mananciais", eu percebi que muito embora muitos deles tivessem dúvida, a maioria, entretanto, havia entendido do que se tratava, porém eles próprios disseram que já estavam cansados de ficarem desprotegidos, sem lugar para morar ou despejados dos locais onde conseguiam ficar por uns tempos; daí então foi que se decidiu pela compra da área. A área foi comprada por quatrocentos e oitenta mil cruzados novos pagos em quatro parcelas [...]. (CONDEPHAAT, nº 32938, 1995)

É importante refletirmos sobre o porquê as ocupações nos mananciais na zona sul ocorreram e ocorrem até os dias atuais, mesmo com extensa legislação protegendo essas áreas. Atualmente, são 17 leis que estabelecem como o espaço de Vargem Grande deve ser ocupado, as atividades que podem ou não ser desenvolvidas e como lidar com os eventuais conflitos.

Analisando essas leis, foi possível verificar que em alguns momentos elas são contraditórias entre si. Essas contradições podem gerar problemas nos momentos que os direitos são reivindicados e na resolução dos conflitos. Qual delas está correta? Quem decide isso? Seguindo quais interesses?

Quando o loteamento começou, o terreno ocupado Vargem Grande era considerado área rural. O zoneamento permitia o uso residencial, exclusivamente para habitação unifamiliar de recreio e em lotes de, no mínimo, 20 mil metros quadrados. Assim, mesmo que a área toda fosse ocupada, só poderia ser dívida em 141 lotes. Porém, a diretriz em âmbito estadual era outra. Através da Secretaria de Negócios Metropolitanos,[3] o Estado expediu sucessivos documentos com orientações para os interessados em lotear a área. O primeiro documento permitia a divisão de 595 lotes de 500 metros quadrados, a segunda análise e orientação falava em 829 lotes de 500 m², a terceira e, 512 e por último 717 lotes de 500 m².

As divergências entre as leis são apenas algumas das questões que complexificam a problemática. A fiscalização é outro tema importante para ser debatido, em muitas regiões reclama-se da falta dela, em outras a fiscalização é maior ou menor. Essa variação pode ocorrer por falta de verba, para garantir que a lei saia do papel, por falta de efetivo, entre outros elementos. É importante questionarmos, dentro das condições limitadas do poder público, quem decide e com base em quais elementos, qual área será fiscalizada e a ocupação revertida e quais áreas são ignoradas, quais são posteriormente regularizadas?

Um exemplo mais atual, que nos mostra que o conflito entre as leis ainda não foi resolvido, é a Lei específica da Billings. Aprovada em 2009, ela dá abertura para a regularização e viabilização de infraestrutura básica nos loteamentos irregulares como Vargem Grande. Essa

[3] Posteriormente incorporada à Secretaria de da Habitação e do Desenvolvimento Urbano.

lei entra diretamente em conflito com o tombamento geológico da área, com o Código Florestal e com a lei de proteção aos mananciais. Após sua aprovação, em 2009, os moradores de Vargem Grande esperam a regularização do bairro, mas até 2017 nada foi feito.

Atualmente, com a crise da água em São Paulo, é possível ver como as leis estão abertas a interpretações e disputas. Com a necessidade, cada vez mais latente, de conseguir alternativas para o fornecimento de água, as moradias na região são questionadas e projetos de construção de moradias populares e de regularização dos bairros são menos aceitos. Em 23 de fevereiro de 2015, a manchete da Folha online dizia: "Justiça suspende construção de casas populares próximas a represa Billings"[4], o jornalista Sidney Gonçalves do Carmo relembra na notícia que a medida é tomada no momento que a represa Billings é vista como uma alternativa ao abastecimento de água na cidade.

É importante refletir de forma crítica sobre as leis de preservação da natureza em Vargem Grande. Elas são necessárias? Se sim, porque? Em que momento elas surgem? Com quais objetivos? Como elas são colocadas em práticas? Como lidam com a ocupação desse espaço pelos moradores do bairro? Essas questões se fazem importante diante do momento em que vivemos, em que a preservação da natureza é pouco questionada. Quem pode ser contra um parque? Quem pode ser contra as medidas elaboradas para deixar um mundo mais saudável para as gerações futuras?

Nesse trabalho compreendemos que a relação construída que transformam a natureza devem ser transformadas, mas acreditamos que tudo deve ser questionado, para ser entendido e para saber se estamos no caminho certo. Para nós, se torna muito importante entender a conjuntura por trás das políticas de preservação, quando é possível ver que o discurso de preservação da natureza é um novo mercado bastante lucrativo no capitalismo. Nas próximas páginas, vamos tentar buscar as raízes da questão da degradação da natureza para compreender como o capitalismo se apropriou dessa crítica e de que forma as políticas de preservação servem para reafirmar a lógica desigual desse sistema, intensificando a pobreza, na medida que não o questiona o processo produtivo na sua raiz.

[4] Sidney Gonçalves do Carmo. Folha de São Paulo. *Justiça suspende construção de casas populares próxima à represa Billings*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1593558-justica-suspende-construcao-de-casas-populares-proxima-a-represa-billings.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2015.

2.1 A crise ambiental no contexto global

Na atualidade, a relação entre desenvolvimento e degradação da natureza é um tema central. Ela ocupa a agenda internacional dos países, através de encontros e reuniões, ela faz diversos países repensarem a matriz — alguns países europeus, como a Itália, vêm sendo referência nessa área —, ela está presente entre as sete metas estabelecidas pela ONU para o Milênio. Essa temática pode fazer a diferença em campanhas eleitorais, como ocorreu nas eleições dos Estados Unidos em 2016, quando Donald Trump se colocou como entusiasta da indústria do petróleo e conquistou importante setores econômicos que se viam prejudicados com o discurso da preservação.

A industrialização é um importante marco na relação sociedade e natureza, a intensificação da produção, a partir do século XIX, transforma a relação com a natureza, os seus elementos se transformam essencialmente em recursos naturais, mercadorias que se tornarão outras mercadorias. Essa lógica de produção tem como consequência o avanço no desmatamento das florestas, a intensificação da emissão de gases poluentes na atmosfera e a expansão das áreas urbanizadas, são algumas das diversas outras transformações que poderiam ser citadas aqui.

Nas últimas décadas, discute-se que a vida na terra, sob o modo de produção capitalista, está gerando consequências catastróficas. Um exemplo é o derretimento das calotas polares e o aumento do nível dos oceanos que poderia gerar o avanço das águas no continente, destruindo cidades, e contribuindo para o desequilíbrio no ecossistema marinho. Essas questões colocam a humanidade em alerta e alimentam a compreensão de que é necessária uma mudança na forma que vivemos.

François Chesnais e Claude Serfati (2003) fazem um debate essencial, apontando que o conteúdo de uma eventual crise ambiental está presente no capitalismo desde a sua origem:

> Se nós (entendido, aqui, como civilização humana) entramos numa fase da história do capitalismo em que as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capitalismo financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera, os mecanismos que levaram a essa situação estavam presentes desde as origens do capitalismo. (CHESNAIS, SERFATI, 2003, p. 40).

Compreender a degradação da natureza, como uma condição do capitalismo, é importante para chegarmos a raiz dos problemas. Enquanto a produção for cada vez mais e mais intensa, o consumo for estimulado, necessidades criadas, a obsolescência for programada, a exploração do trabalhador for a base e a pobreza for condição para reprodução, não há outra

relação com a natureza possível. Essa compreensão nos é muito cara, à medida que essa pesquisa busca compreender e desconstruir uma relação de conflito entre pobreza e a degradação da natureza, quando ambas são produtos do mesmo processo, o modo de produção do sistema capitalista.

A gravidade da crise ambiental nos faz pensar se esse não seria um limite para o capitalismo. François Chesnais e Claude Serfati (2003), apontam que chegamos a uma crise para a humanidade, mas questionam se essa é uma crise para o capital. Os autores lembram que o capitalismo teve muito sucesso até a atualidade superando as suas crises.

Quando se trata desse modo de produção, o ditado "cada crise uma oportunidade" é uma realidade e verificar como essas crises são apropriadas para serem superadas é fundamental para se compreender esse sistema. No nosso caso, entender como o modo de produção se apropriou da crise ambiental para compreender como a pobreza é reproduzida nesse processo.

As contestações à degradação da natureza não são novidade, os movimentos ambientalistas não são novos e para entender como essa problemática se tornou central, seus conteúdos e as políticas alternativas construídas é necessário conhecermos um pouco dessa história.

Carlos Walter Porto Gonçalves (2011) faz uma importante análise dos movimentos ecológicos. Ele aponta que a década de 1960 foi fundamental para o fortalecimento do movimento ecológico. Seu crescimento se deu na Europa, junto aos movimentos feminista, negro e LGBT. Esses movimentos têm em comum o direcionamento de seus questionamentos ao modo de vida, eles não fazem exclusivamente críticas ao modo de produção. São críticas presentes no cotidiano que apresentam raízes histórico-culturais. O autor afirma que "É como se observássemos um deslocamento do plano temporal (História, futuro) para o espacial (o quadro da vida, o aqui e o agora)" (GONÇALVES, 2011, p. 12).

Esses movimentos ganharam espaço nos países desenvolvidos após os trabalhadores conquistarem diversos direitos: regularização da jornada de trabalho, férias, décimo terceiro salário etc. Gonçalves argumenta que essas conquistas levaram à institucionalização do movimento dos trabalhadores, pois o Estado se tornou o responsável por gerir essas conquistas.

No Brasil o movimento ecológico emerge na década de 1970, década que o país estava sob um regime ditatorial e apresentou grande de desenvolvimento na indústria, nesse período a elite nacional fez uma aliança importante com o capital estrangeiro. Gonçalves (2011) nos mostra a especificidade desse desenvolvimento em relação a forma que a elite dominante brasileira lidava com a natureza.

> Esse desenvolvimento se fazia ainda num país onde as elites dominantes não tinham respeito seja pela natureza, seja pelos que trabalham. A herança escravocrata da elite brasileira se manifestava numa visão extremamente preconceituosa em relação ao povo, que seria "despreparado". Quanto ao latifúndio, bastava o desmatamento e a ampliação da área cultivada para se obter o aumento da produção e isto nos levou a uma tradição de pouco respeito pela conservação dos recursos naturais, a não ser nas letras dos hinos e nos símbolos da nacionalidade. (GONÇALVES, 2011, p. 14).

Na década de 1970 foram tomadas, por pressão internacional, as primeiras medidas para preservar a natureza no país. Foram estabelecidas exigências para a realização de investimento no Brasil pelas empresas estrangeiras. Assim, antes do enraizamento do movimento ecológico no país, foram criadas instituições para gerir o meio ambiente. O interessante é notar que o objetivo dessas instituições era garantir que o investimento estrangeiro continuasse a chegar ao Brasil. Essas instituições são guiadas pela lógica internacional de atração de investimentos e não pela preocupação com o meio ambiente.

Outro elemento importante para a temática da preservação da natureza no Brasil se deu no final de 1970, quando os exilados políticos, que haviam vivido a experiência dos movimentos ambientalistas europeus, começaram a voltar para o país.

> São essas, portanto, as três fontes mais importantes de preocupação ecológica no Brasil: o Estado, interessado nos investimentos estrangeiros que só chegam caso se adotem medidas de caráter preservacionista; o movimento social gaúcho e fluminense, se bem que nessas lutas ocorressem em todo o Brasil – vide a luta nacional da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEB, liderada por Walter Lazarini, contra os agrotóxicos usados indiscriminadamente e a elaboração de seu "Receituário Agronômico"; e finalmente, a contribuição dos exilados políticos que chegaram em finais de 1970. (GONÇALVES, 2011, p. 16).

Assim, é possível compreender que os movimentos ecológicos no mundo já se desenvolvem sem fazer uma crítica ao modo de produção, direcionando seus questionamentos para o modo de vida, para os indivíduos e seus costumes, para o consumo e não para a quantidade de mercadoria produzia.

"Ideias de "economizar" riquezas naturais são argumentos para explicitar sustentabilidades, "desenvolvimento sustentável", inclusão social, cidades sustentáveis, cidades saudáveis, planejamento ambiental, gestão ambiental, vinculados ao mundo do consumo, desvinculados de análise da produção." (RODRIGUES, 2009, p. 170).

No Brasil, o fato das medidas preservacionistas, terem sido implementadas antes da consolidação do movimento ecológico já aponta duas tendências importantes para essa pesquisa, a primeira é a preservação da natureza a serviço do desenvolvimento do capitalismo

e a segunda é a institucionalização da gestão da preservação. A demanda é do capital e a gestão é feita pelas instituições controladas pela elite.

Com esses elementos, podemos refletir sobre a trajetória da problemática da natureza no mundo. Arlete Moysés Rodrigues (2009), nos traz que internacionalmente, a preocupação com a natureza foi difundida por estudos e relatórios como o "crescimento zero", as Conferências sobre meio ambiente da ONU em 1972 e 1992, o relatório Nosso Futuro Comum e principalmente as propostas da Agenda 21 que têm o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. A autora nos coloca que:

> [...] A agenda 21 aponta o tempo – um século- e não o espaço como fundamental para pensar as questões ambientais problemáticas.
>
> Estes documentos representam os interesses de Estados, de corporações multinacionais que buscam a permanência de suas condições de produção e consumo, manutenção da divisão territorial do trabalho com o objetivo, não explicito, de garantir sua reprodução ampliada. (RODRIGUES, 2009, p. 171).

Compreender como o conceito de desenvolvimento sustentável é fundamental, pois ele saiu dos documentos da ONU e está presente nos diversos âmbitos da vida. As empresas são sustentáveis (e com isso pagam menos impostos), os prédios de última tecnologia são inteligentes e sustentáveis, o consumo precisa ser também, são diversas as mercadorias que apresentam na embalagem o selo de "sustentável", a vida deve ser sustentável.

Mas o que é o sustentável? Henri Acselrad (2009) diz que sustentabilidade é um desenvolvimento infinito, que é um esverdeamento dos projetos visando resgatar a proposta do desenvolvimento. A indefinição desse conceito não é por acaso. O autor afirma que a noção de sustentabilidade está sujeita a lógica das práticas:

> [...] articula-se efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Tal consideração remete a processos de legitimação e deslegitimação de prática se atores sociais. (ACSELRAD, 2009, p. 45).

A sustentabilidade é o discurso da eficiência, é a racionalização dos desperdícios, ela potencializa o modo de produção capitalista e não o desconstrói. A construção desse discurso foi fundamental para desviar a crítica das bases do sistema capitalista.

Chesnais e Serfati apontam que:

> "Por trás da palavra "ecologia" e "meio ambiente", ou ainda nas expressões "questões ecológicas" e "questões ambientais", encontra-se nada menos que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países." (CHESNAIS e SERATI, 2003 p. 39).

Enrique Leff (2000) coloca que são as próprias condições de reprodução do capital, nesse momento, que requerem um equilíbrio ecológico, através da reciclagem de recursos não renováveis e da reprodução desses recursos. Com as evidências de que esse modo de produção é contraditório para a própria produção, pois destrói a sua fonte de lucro. Foi necessário para a sobrevivência do sistema capitalista, procurar alternativas que não permitissem à difusão de críticas contundentes a forma de reprodução social imposta pela mercadoria. A consciência ambiental foi então abatida por diversas estratégias e pela construção do discurso da sustentabilidade.

O discurso do uso responsável dos recursos naturais tem o objetivo de não comprometer a sobrevivência de gerações futuras, colocando a possibilidade do desenvolvimento econômico ser feito de forma sustentável. É importante desmistificar esse debate, ressaltando que o discurso da sustentabilidade retira o foco dos conflitos entre as classes sociais, tornando a problemática uma questão abstrata, um problema futuro baseado no questionamento da qualidade de vida das futuras gerações (RODRIGUES, 2006). Enfoca a eficiência, os recursos naturais devem ser explorados de maneira racional, não podendo haver desperdícios, visa produzir mais com menos através da maximização da técnica, assim seria possível dar continuidade no progresso. Todas essas metas e iniciativas são voltadas para garantir a continuidade do modo de produção capitalista e não questioná-lo, essa estratégia permite o avanço do sistema de produção que gerou a crise sem alterar os seus fundamentos ou solucionar seus conflitos.

Nessa perspectiva ser sustentável se torna mais necessário do que a proteção ambiental em si, pois seu conceito é construído como síntese daqueles que defendem a qualidade de vida e buscam o bem-estar de todos. Porém a sustentabilidade é difundida no mundo capitalista pelo poder público e pelas grandes empresas privadas que se legitimam como defensoras da natureza sem transformar a lógica desigual, em que convive a fartura e carências, que é a maior responsável pela degradação da natureza. Com o discurso da sustentabilidade a preservação ambiental deixa de ser uma necessidade de transformação social, mas se torna algo distante, um protocolo a se seguir sem questionamentos.

Como insistiu Lefebvre (1991) a produção da natureza transcende condições e processos meramente materiais, mas está relacionada à produção de um discurso sobre a natureza por um lado e, por outro, de imagens e símbolos inscritos nessa coisa chamada “natureza” (pureza, um código moral, originalidade, sobrevivência, ambiente selvagem). A sustentabilidade é uma nova forma de desenvolvimento que visa diminuir os conflitos com a natureza para garantir a

realização do capital, longe de ser a solução para as contradições produzidas, pois a degradação ambiental é apenas um elemento da desigualdade gerada por esse modo de produção. Nesse sentido Acselrad diz que:

> Associar a noção de sustentabilidade à ideia de que existe uma forma social durável de apropriação e de uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, por exemplo, significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento (ACSELRAD, 2009 p. 51).

A totalidade das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista é outro aspecto fundamental e a sua fragmentação é estratégica. O termo "modernização ecológica" ficou conhecido pelas estratégias neoliberais para enfrentar o impasse ecológico sem considerar qualquer articulação com a desigualdade social, resumindo a uma questão técnica e legitimando o livre mercado como melhor instrumento para resolver a problemática ambiental (ACSELRAD, 2009). Discutir os problemas ambientais separados dos problemas sociais torna míope qualquer solução proposta além de dispersar qualquer movimento contestatório, pois não permite a compreensão da raiz dessas questões (BERTOLOTTI, 2011). Gonçalves (2011) enfatiza que historicamente a dominação do homem sobre a natureza tem sido a história do homem sobre o homem.

A distribuição dos recursos naturais e a maneira como esses são usados ocorre de maneira desigual, é uma minoria que ao longo da história teve posse e poder de decidir como a natureza seria explorada e era quem se beneficiava com isso. Porém a difusão da consciência ambiental responsabiliza todos os homens e mulheres, de igual modo, pelas causas da deterioração da natureza. Para além da responsabilização comum os prejuízos causados pela crise ambiental atingem de diferentes formas classes sociais distintas. Os mais pobres e mais carentes de infraestrutura estão mais suscetíveis aos problemas ambientais. A poluição dos rios e a falta de água encanada em algumas regiões de São Paulo é expressão dessa fragilidade. Nesse sentido, Acselrad (2009) faz um estudo comprovando as "coincidências" recorrentes entre a desigualdade social e a desigualdade ambiental, dessa discussão surge também à reivindicação dos movimentos ambientalistas por "justiça ambiental".

> A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o "meio ambiente" é considerado em sua totalidade, incluindo em suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. (ACSELRAD, 2009).

2.2 O urbano e a valorização do verde

O espaço urbano não fica distante desse debate. A cidade é meio, condição e produto do modo de produção capitalista (CARLOS, 2012), nesse sentido para ela ser predominantemente o lugar do concreto, do artificial, do construído, é estabelecida uma relação particular com a natureza.

Lefebvre (1999) coloca a natureza no primeiro plano nos problemas urbanos e destaca que o processo de industrialização foi fundamental para a devastação da natureza na cidade. O modo de produção, baseado na utilização intensiva dos recursos naturais, a indústria automobilística e o consumo de carros sendo difundido no modo de vida, a concentração populacional e a expansão da cidade, geraram diversos problemas urbanos, - a poluição do ar e da água, o trânsito, o excesso de sons, a falta de infraestrutura básica para algumas regiões, não garantindo saneamento adequado, coleta de lixo, a raridade do verde.

Esses elementos começaram a ser obstáculos para a qualidade de vida na cidade e um sentimento de negação do urbano foi sendo construído através de um movimento de construção de residências mais afastadas do centro urbano e pela demanda de espaços verdes. Lefebvre (2001) coloca que essa negação do urbano foi capitalizada pelo *direito a natureza*, os espaços verdes, praças e parques se tornaram elementos de valorização e importantes para a reprodução do urbano. A raridade dos espaços naturais trouxe essa demanda para a pauta da cidade. O *direito a natureza* é uma reivindicação que esconde os verdadeiros problemas da cidade, ele separa os parques e áreas verdes das outras demandas, deixando a luta pelo *direito a cidade* secundarizada e fragmentada.

Lefebvre (1999) diz que é inerente ao espaço urbano a reunião do espontâneo e o artificial, da natureza e a cultura. Não existe cidade sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos, sem evocação do oceano os das florestas. A partir da raridade, o acesso a esses elementos referentes a natureza se torna um privilégio na cidade. É comum vermos panfletos de propaganda imobiliária valorizando o imóvel por estar localizado perto de uma praça ou parque, por possuir vista para espaços verdes. Aos poucos o verde se torna um elemento valioso, de prestígio. A garantia por qualidade de vida pode ser logo acessada, se você possuir dinheiro para morar nos novos prédios e bairros. Nesse processo, a natureza ganha valor de troca e se torna uma mercadoria comprada e vendida.

Figura 4: Panfleto de propaganda imobiliária destacando o verde próximo ao edifício e a proximidade com o Parque Vila Lobos.

Nesse cenário, a necessidade de uma cidade sustentável se coloca como urgente. Internacionalmente em 1992 é apresentada a Agenda 21[5] que até hoje é a diretriz de sustentabilidade das cidades. Para São Paulo a necessidade de "pensar globalmente e agir localmente", traz a formulação da sua *Agenda 21 Local*, em 1997 na gestão do ex-prefeito Celso Pitta.

Acselrad (2009) diz que a sustentabilidade é uma proposta de desenvolvimento para as cidades e traz semelhanças entre a cidade-empresa e a cidade-sustentável, que visam construir um futuro sustentável e promover a produtividade.

Para uma cidade corresponder aos padrões internacionais e ser uma cidade modelo que

5 A Agenda 21 Global foi construída com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992.

seja capaz de competir no mercado internacional, é necessário mostrar a imagem que agrega a modernização tecnológica. Em outras palavras, é necessário visar uma cidade harmoniosa (SANCHEZ, 2009), com alta qualidade de vida e principalmente apresentar compromisso com a sustentabilidade. Essa lógica nos leva a construção de novos valores, de novas formas de ser e viver na cidade. O governo municipal possui o papel de construir nas cidades uma imagem publicitária, nesse sentido alguns discursos são recorrentes para isso, a competitividade urbana, a gestão urbana empresarial e a "cidades sustentáveis" são alguns exemplos de discursos que inserem as cidades nos padrões neoliberais da economia global. Sanchez (2009) sintetiza as "cidades sustentáveis" e competitivas através da presença cada vez mais frequente de obras de requalificação/revitalização, processo marcado por parcerias público-privadas.

Em São Paulo, exemplos de requalificação urbana em São Paulo, que o verde foi importante e que gerou a reprodução da periferia urbana, foram a Avenida Berrini e Água Espraiada.

A valorização do eixo Marginal Pinheiros, Avenida Luís Carlos Berrini e Água Espraiada foi um investimento de grande porte na cidade e é parte fundamental para a construção da "nova cidade" (FIX, 2001). A região se tornou símbolo da metrópole moderna, as grandes avenidas que viabilizam o acesso são compostas por prédios que abrigam o terceiro setor de alta tecnologia, são transnacionais que alugam andares ou prédios inteiros para suas subsedes.

Para completar esse cenário os bairros em volta também são "reformados" a região conta com áreas residenciais de alto padrão, shoppings, áreas de lazer e cultura formaram-se bairros como o luxuoso Panamby. Para tanto, foram necessárias algumas flexibilizações, a lei de zoneamento da região não permitia construção de grandes estruturas como shoppings, mas essa lei foi flexibilizada para o empreendimento. Essa flexibilização é uma característica importante desse momento na cidade, pois com a centralidade do mercado imobiliário e o crescimento da cidade sendo planejado seguindo essas necessidades fez diversas leis e regulamentos caírem oportunamente. A área foi a mais valorizada nos últimos anos, com 57,5% enquanto a Avenida Paulista teve valorização de 24,3% e a Avenida Faria Lima 13,1% (FIX, 2001).

O verde tem um papel nesse cenário. O bairro Panamby conserva uma área natural, mantendo a taxa verde de 44 metros quadrados por habitante, muito acima da média da cidade que é apenas 2,8 e quatro vezes maior que a recomendada pela Organização Mundial da Saúde (FIX, 2001). Para a Prefeitura aprovar o empreendimento do bairro Panamby o fundo de investimento imobiliário doou uma área de 130 mil metros quadrados para a implementação de

um parque no próprio bairro. Esse acordo foi feito através de um instrumento jurídico chamado "Operação interligada" que mais tarde se tornou as atuais "Operações urbanas" (FIX, 2001). A autora ainda coloca que a área mesmo sendo pública é administrada pela fundação privada Aron Birmann. O parque Burle Marx foi construído na área, porém com diversas restrições ao seu uso, não pode entrar bicicletas, automóveis, vendedores ambulantes e não é permitido pessoas que "agridam a moral e os costumes dos usuários do parque". O Burle Marx expressa o caráter contemplativo e restrito que a natureza possui nessa "nova cidade", o parque está lá, a área é pública, mas a gestão é privada, a entrada é restrita e quem definiu o seu uso não foi a população de São Paulo. O parque que deveria ser de utilidade pública, que derrubou a Lei de Zoneamento para os empreendimentos no bairro se tornou um dos grandes atrativos imobiliários do Panamby, que passou a ser anunciado pelos agentes imobiliários como a "mais bela reserva da cidade".

Nessa perspectiva quem se beneficiou? A população de São Paulo? As imobiliárias? Ou os poucos que tem acesso ao belo parque? A necessidade de preservação ambiental e o verde na cidade foi nesse caso uma importante ferramenta, mas para intensificar a valorização, os lucros imobiliários e a pobreza, a segregação social e a falta de acesso ao público. A natureza é para poucos. Para os poucos endinheirados que podem comprar um apartamento no bairro Panamby e ter acesso aos shoppings e ao parque sem "infringir a moral".

É fundamental compreendermos o papel do Estado, que é sujeito dessas políticas urbanas, por ele são estabelecidos projetos e o espaço é planejado, é o Estado que possui o poder de tirar o que é antiquado e impróprio e autorizar o novo, o moderno, o bonito e pronto para ser vendido. Fix (2001) coloca que o volume dos investimentos necessários para essa transformação da cidade é superior aos recursos da Prefeitura. Para garantir os megaempreendimentos são estabelecidas parcerias entre o público e o privado. Carlos (2003) reforça que o Estado se relaciona com esse processo por meio dessas parcerias e frequentemente entra com os riscos e as empresas privadas ficam com o lucro.

O Estado possui a função de promover as obras, regular, induzir e viabilizá-las. Ele cria condições que facilitam a instalação da oferta de infraestrutura pela própria iniciativa privada. Um exemplo de como isso ocorre é a já citada flexibilização nas leis feita pela Prefeitura, ação que começou na década de 1970 e se expandiu com as Operações Urbanas, outra iniciativa importante para se destacar é a desapropriação da população mais pobre que é legitimada e viabilizada pela prefeitura seguindo as demandas das empresas privadas. Por outro lado, não são as empresas transnacionais que entram com os gastos, mais de 80% dos

megaempreendimentos são investimentos de fundos de pensão. As empresas apenas alugam os imóveis tornando esses investimentos arriscados, pois nada garante a permanência delas no local.

Essas obras não se tratam apenas de abrir ruas e avenidas, elas estão de fato transformando a cidade, valorizando áreas que são voltadas para o capital privado, elas mudam a função da cidade paulistana que se volta para o terceiro setor. Os arquitetos que estão à frente dessas obras defendem que estão colocando "ordem nessa cidade desordenada" (FIX, 2001), o arquiteto Júlio Neves diz que "depois de ordenar a ocupação dessa região, poderemos pensar em fazer o mesmo em outras áreas tornando a vida do paulistano muito melhor" (FIX, 2001, pg. 29). Nessa perspectiva que o arquiteto Carlos Brakte já planeja a expansão dessas ações, tendo projeto que chega nas áreas de mananciais, Carlos Brakte possui projeto para fazer da represa Guarapiranga um espaço do "primeiro mundo" aliando preservação ambiental e valorização da região:

> A proposta parte de um anel viário que seria ao mesmo tempo um grande coletor de esgotos dos mais de 180 córregos afluentes da represa. Esse coletor levaria a água desses afluentes para sistemas de tratamento antes de seu despejo na represa. Como forma de financiamento e principalmente como indutor do uso de suas margens, a proposta é que se instalem nas áreas adjacentes vários equipamentos urbanos como: centro de serviços e negócios, bairros tipo marinas aterradas sobre a represa ou recôncavos cavados nas bordas, Museu Náutico com parque temático da navegação, Iatismo ou vela com hotel específico, hotéis tipo resort, praias artificiais para laser popular, áreas para pesquisas ecológicas e por fim até um aeroporto no município de Embú Guaçu próximo a zona sul de São Paulo. (BRAKTE, sd.)

As imagens a seguir ilustram o projeto do arquiteto:

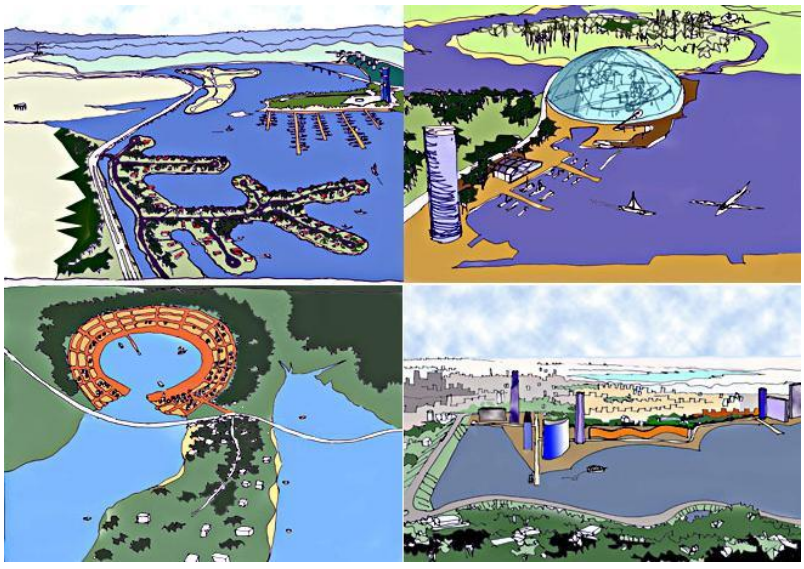


Figura 5: Projeto do arquiteto Carlos Bratke para as margens da represa Guarapiranga. Fonte: BRAKTE. Disponível em: < http://www.carlosbratke.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

Os projetos e o discurso de planejamento da cidade são preocupantes, afinal não são eles que conhecem as necessidades da população de São Paulo. São projetos bonitos, porém não pensam nas condições sociais que os traços do lápis estão passando por cima. Qual é o planejamento desses arquitetos para a população empobrecida que vive em torno da represa Guarapiranga? Não há. E não deve haver, pois não é função das empresas privadas planejarem a cidade. Ao mesmo tempo, em que as políticas públicas e a reprodução da cidade intensificam a pobreza e colaboram com a reprodução acelerada da periferia os problemas ambientais também são agravados.

Para se chegar a esses lucros exorbitantes e se construir a cidade do capital financeiro na região da Marginal Pinheiros foi necessário passar por cima do que já estava construído, não porque tinha problemas, mas porque o espaço urbano se tornou central para a reprodução do capital. Essas grandes obras são utilizadas para renovar e requalificar espaços, descartando o velho e o pobre que são empecilhos para a construção dessa "nova cidade".

Para compreender o conteúdo dessas transformações é necessário questionar: o que tinha lá antes desses prédios deslumbrantes? Para a implementação do empreendimento em toda a área foi feito a desapropriação das favelas que estavam localizadas na Avenida Água Espraiada, eram 68 núcleos de favelas que abrigavam 50 mil pessoas.

Uma delas era o Jardim Edite, formada no início dos anos 1970, quando a região ainda era rodeada de mata, localizada entre a Marginal Pinheiros e a Avenida Luís Carlos Berrini era formada por 3 mil famílias em um terreno de 68 mil metros quadrados, ao lado do centro empresarial nações unidas e do megaempreendimento World Trade Center (FIX, 2001). Nos terrenos em volta de onde ficava o Jardim Edite foram construídos um shopping, um hotel de luxo e a outra parte foi comprada pela Rede Globo. Os empresários dizem que: "A retirada dos favelados representa um ganho imobiliário "fabuloso" (FIX, 2001).

Para os 3 mil moradores da favela foram dadas algumas alternativas, eles poderiam escolher entre comprar uma moradia financiada e construída pela prefeitura no Jardim Educandário próximo à divisa de Taboão da Serra, a 15 quilômetros da favela. Menos de 5% fez essa opção (FIX, 2001). Os moradores reclamaram da falta de divulgação e das dificuldades até chegar na moradia, como a situação precária do alojamento provisório onde os moradores podem ficar por anos. Outro problema é o pagamento por 25 anos a prestação de 57 reais para um apartamento de sala e cozinha que não conseguirá abrigar famílias maiores. O terreno da Prefeitura era mesmo insuficiente para todas as famílias, sem considerar que ele se encontra em uma área perto de diversos conjuntos habitacionais e favelas, em uma encosta de morro que já

apresenta deslizes de terra.

A segunda opção dos moradores era a ajuda em dinheiro de 1.500 reais, a prefeitura dizia que esse valor era para auxiliar na mudança sem o caminhão, pois esse seria doado pela prefeitura. A terceira opção era a passagem de volta para a "terra natal". A prefeitura alega não saber o destino da maioria dos moradores. Muitos deles moravam em casas de alvenaria há 10 ou 20 anos.

Diante dessas alternativas muitos optaram por ir para favelas distantes, como o Jardim Ângela, Cocaia ou Grajaú (FIX, 2001). Eles se encontram também em Vargem Grande, em entrevista com os moradores do bairro, eles disseram que os antigos moradores do Jardim Edith ocupam as casas mais distantes da rua central e mais próximas do solo pantanoso.

Grande parte foi encontrou um lugar as margens das represas Billings e Guarapiranga. Essas áreas são protegidas pela Lei Estadual de Proteção aos mananciais que existe desde 1979, porém vem sendo intensamente ocupada pelos moradores que como os moradores do Jardim Edith não tem alternativa.

Sobre esse movimento Mariana Fix diz que:

> Soubemos pelas falas tanto da coordenadora da remoção (prefeitura), como do representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente no Cades (Governo do Estado), que havia conhecimento por parte do poder público de que a população removida estava indo para a região dos mananciais, e que nada foi feito para evitar que isso acontecesse. (FIX, 2001).

É contraditório que as obras da Avenida Água Espraiada tenham sido aprovadas e legitimadas pelo relatório de Impactos Ambientais. Esse processo de expulsão da população pobre das regiões mais centrais não é novidade na urbanização da metrópole paulistana, porém esse movimento se intensificou com as iniciativas de revalorização dos bairros. Assim, a dita reordenação da cidade protagonizada pela iniciativa privada aprofunda continuamente a exclusão. Por trás da ocupação intensa nas áreas de mananciais, vemos o exemplo de uma política pública que empurrou os favelados para as novas ocupações clandestinas, há uma inversão, o poder público que deveria garantir a proteção desses mananciais promove a sua ocupação sem infraestrutura.

3. AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NA PERIFERIA E A NEGAÇÃO DO URBANO

Vimos que a valorização do verde pode ter um papel importante na reprodução da metrópole, contribuindo tanto para a sua expansão da periferia, como para o aumento populacional e o adensamento desses espaços. Agora, queremos verificar como esse processo ocorre na periferia, com base nas políticas públicas de preservação da natureza em Vargem Grande.

Nas últimas décadas os mananciais das represas Billings e Guarapiranga receberam parte da população empobrecida em seus loteamentos e favelas. O loteamento de Vargem Grande foi organizado pela União de Favelas do Grajaú – UNIFAG, por volta de 1988. Foram 1200[6] famílias que pagaram mensalmente uma contribuição à associação. Depois de longas caminhadas, pois muitos vieram de outros estados brasileiros e essa não era a primeira parada, eles tinham conquistado a casa própria. Alguns dos moradores mais antigos do bairro contam que, naquela época, não tinham dimensão que a luta pela regularização do loteamento seria tão longa. Em jornal distribuído na zona sul[7], Marina Amaral descreve o momento de chegada dos moradores.

> Eles desembarcaram aos magotes de ônibus e caminhões. As panelas repletas de macarronada, arroz e feijão seguiam com as mulheres. Os homens, à frente, abriam picadas na mata a golpes de facão. Na paisagem verde a perder de vista, ninguém duvidava que finalmente teria um pedaço de terra para criar os filhos sem medo da expulsão que marcava suas vidas – primeiro pela seca do sertão nordestino, onde a maioria havia nascido; depois, pelas máquinas que destruíram seus barracos a mando da justiça. (REDE BRASIL ATUAL, 2010).

A área ocupada hoje por Vargem Grande foi destinada, ainda no século passado, com autorização de D. Pedro I, à ocupação de imigrantes alemães, algumas dessas famílias ainda vivem em sítios, na porção sul da cratera. Há a avaliação, por parte do Estado, apresentada no estudo de tombamento da cratera, processo nº 32939/95 de que essa ocupação contribuiu para a preservação dos dados científicos e ambientais da região.

Em 1973 uma grande área da cratera – localizada à noroeste e centro da estrutura - foi comprada pela Sociedade Brasileira de Melhoramentos Ltda. A empresa fechou no ano seguinte

[6] Esse número foi fornecido pela ACHAVE, atual associação de moradores do bairro, em alguns documentos esse dado é outro.
[7] O jornal "Brasil Atual. Zona Sul" é distribuído na região pelo mandato do Deputado Estadual Luiz Cláudio Marcolino.

e o terreno foi dividido em sete proprietários. Em 1977, um industrial e negociante de terras na região adquire essas parcelas de terras de negócios que incluem parte da Cratera.

Em meados da década de 1970 foram criados diversos mecanismos legais que buscavam coibir a expansão do uso urbano nas áreas próximas aos mananciais de recursos hídricos, principalmente no entorno da Billings e da Guarapiranga.

Ao comprar, à vista, o terreno de aproximadamente 3 milhões de metros quadrados por 300 mil cruzados novos, de João Rimsa, empresário alemão, a UNIFAG e os futuros moradores sabiam que suas casas estavam localizadas em uma área de proteção ao manancial da represa Billings e que seria necessárias negociações para a regularização do bairro. Mas estavam otimistas, até então, o discurso ambiental não possuía tanta força e as leis, ainda muito gerais e sem fiscalização ou qualquer outro controle, não eram sempre efetivas. Nas conversas de campo os moradores dão exemplos de bairros em condições semelhantes que conquistaram a regularização. Nesse cenário acreditava-se que o registro oficial de compra era o bastante para a regularização e para a garantia de infraestrutura básica pelo poder público.

Os anos seguintes foram de uma luta incansável diante de um Estado que se mostrava intransigente. Os moradores contam que ouviram repetidas vezes da prefeitura “não negocio com invasores”. O Estado justificou, a sua indisponibilidade para negociar a regularização do loteamento, lembrando que a área é de proteção aos mananciais e de interesse científico. Além disso, ela ainda apresentava baixa densidade populacional e um loteamento poderia atrair mais e mais pessoas.

O mesmo discurso não foi atribuído para a Casa de detenção de Parelheiros, concluída em 1989. O presídio, de segurança máxima, foi construído para 500 ocupantes. A obra pública não contou com a reforma do sistema de tratamento de efluentes líquidos, que é insuficiente para o volume de esgoto produzido pelos seus quase 1000 ocupantes, entre presos e funcionários. Isso mostra as incoerências das ações públicas na área, que contribuíram para a visão dos moradores de que seria possível obter a regularização, afinal o próprio estado estava implantando ali um equipamento de grande porte.

O Estado, além do primeiro a ocupar a cratera irregularmente, não respeitou as próprias leis e não garantiu as mínimas condições para não degradar os recursos hídricos, já que o desmatamento já estava efetivado. No estudo de tombamento da cratera é mencionado que a opinião corrente na região é que o loteamento tem mais responsabilidade com seu esgoto do que o presídio.

A primeira denúncia do loteamento –ocorreu em 16 de dezembro de 1988, pelo jornalista Claudio Julio Tognolli, na Folha de S. Paulo. Nessa matéria, a SEHAB afirmava que a legalização da área só poderia ser realizada em 20 aos 30 anos. No mesmo texto Maria Enrique Sipriana diz que a escritura sai em 5 anos.

A possibilidade de regularização era uma questão em disputa entre a UNIFAG e o poder público. Logo após a denúncia a Promotoria Municipal redigiu uma medida cautelar que apesar de ressaltar que trata-se de um "loteamento irregularizável, pois afronta os dispositivos da legislação municipal (Lei 9.142), da estadual (Lei 1.172/76, de proteção aos mananciais hídricos) e legislação federal (Lei 6.766/79 e 4.771/65, Código Florestal.)", ela também acena, no mesmo documento, a possibilidade de "aprovação do loteamento condicionar todas as medidas cerceadoras legais às ações da loteadora enquanto estiverem sem aprovações nos termos da legislação vigente".

Em Assembleia da UNIFAG de 1989 delibera-se que:

> 1. O bairro deve ser bem planejado, não favela, com critérios de preservação ambiental;
>
> 2. Para a ocupação, primeiro resolver água, esgoto, lixo, luz, via central acascalhada, creche, mini posto com farmácia e atendimento médico, plantas das casas com vários modelos;
>
> 3. Estudo de viabilidade e plano global de ocupação da gleba com alternativa de modelo de ocupação e preservação do meio ambiente para debater com o governo;
>
> 4. Maquete;
>
> 5. Plano de emergência (ocupação imediata pelos mais carentes);
>
> 6. Registro definitivo da escritura;
>
> 7. Constituição da cooperativa – após registro da escritura, propriedade deve ser passada para os que quitaram o carnê ficando a UNIFAG como procuradora e administradora deste condomínio.
>
> 8. Valor do carnê 100 Cruzados Novos. Quem não pagar duas mensalidades vai para o fim da fila do sorteio. Quem não pagar será considerado desistente. Em toda assembleia será sorteada prêmio entre os que pagam em dia. Quem não quitar o 1º carnê de contribuições para aquisição da gleba até 31/05 é considerado desistente. Autorização de liberação de 350 carnês para substituir os desistentes pelo valor de 1.200 Cruzados Novos.
>
> 9. UNIFAG vai criar novo grupo ara compra de nova área. (CONFDEPHAAT, nº 32938/95).

Após essa Assembleia a UNIFAG solicita à SEHAB a formação de um Grupo de Trabalho formado pela UNIFAG, SEHAB e Secretaria de Negócios Metropolitanos. “a ser constituído dentro de uma semana para encontrar uma solução que permita a ocupação ordenada da gleba de Parelheiros. A diretoria da entidade afirmou que “Se não formos atendidos não nos responsabilizamos para conter a população que nos próximos dias precisa dispor de sua área para morar”. A SEHAB responde à UNIFAG dizendo que: “sim enviaremos um representante do GT. Tão importante quanto implantar uma política habitacional que responsa ao drama que vive hoje grande parte da população de SP, é a proteção da qualidade da água que abastece vasta região da cidade”. (CONDEPHAAT, nº 32938, 1995)

A UNIFAG foi autuada com diversas multas, a primeira já em junho de 1989. Essa multa foi autuada sem nenhum representante do poder público ter tido qualquer acesso ao local e sem ser de seu conhecimento a área total do empreendimento.

Nas negociações que se seguiram os representantes do poder público alegam que os lotes teriam que ser maiores que 10.000 m² - 141 lotes para 141 famílias. Afirmam também que não há a possibilidade de aplicação dos regulamentos de habitação de interesse social, pois o artigo 19 da Lei municipal 3.412/81 determina a área como zona rural.

Em setembro de 1989 ocorreu a primeira reunião entre a municipalidade de São Paulo e a UNIFAG, por solicitação da associação. Estavam presentes: SEHAB, SEMPLA, Administração regional da Centro-Sul. Os representantes da UNIFAG, Maria Sipriana e cinco associados não compareceram, apenas o advogado e fez presente dizendo que Sipriana estava doente. A reunião foi remarcada e se efetivou apenas em novembro de 1989, entre SHDU, PMSP. Na ocasião, o representante da SHDU fez à UNIFAG duas propostas: 1. Desapropriação e cadastramento; 2. Permuta (área mais próxima a malha urbana: com alteração da legislação de Proteção aos mananciais). As propostas ainda seriam apresentadas ao governo estadual e municipal. A UNIFAG se comprometeu a levar as opções para a próxima assembleia de moradores para eles tomarem uma decisão.

Em dezembro de 1989 ocorreu uma reunião entre SHDU, PMSP e UNIFAG, nesse momento, foi informado que no Grajaú há uma área para atender de 1.700 famílias a 2.000 famílias.

O interessante é que a área proposta também pertencia a uma área de manancial, também protegida, mas já mais já em zona urbana. Em nova reunião a UNIFAG rejeitou a área, mas aceitou a permuta, ficando pendente a solução de 1700 restante (a demanda é de 3500). Em março de 1990 a assembleia decide não aceitar a permuta e tirar Sipriana da presidência.

Nesse ano houve uma ofensiva da mídia contra a ocupação, manchetes como: "Sem-teto ocupa cratera de 3 milhões de anos" e "Ex-favelados enfrentam fiscais em Parelheiros"[8].

Em 1991 o deputado Adriano Diogo solicitou estudos para o tombamento da cratera. Há então, a formação de processo 40-002.254.91-5, solicitando fazer cessar a ocupação da área de proteção ecológica dos mananciais e em cratera de interesse científico e que seja tombada pelo Patrimônio Histórico.

Após a solicitação do tombamento da cratera as medidas do poder público são mais duras. A PMSP solicita medida cautelar inominada (procedimento preparatório de ação ordinária com preceito criminatório negativo), com pedido de liminar contra a UNIFAG, justificando que a área é de interesse científico. É importante destacar que essas medidas não foram tomadas em relação à Casa de Detenção, que também está dentro da área de tombamento, também não foram tomadas medidas para adequar a liberação do esgoto do local para diminuir os impactos ambientais da construção.

As negociações para regularização do bairro, as multas e os processos, continuaram. Na atualidade a regularização foi prometida, com a aprovação da Lei específica da Billings, em 2009, mas nada saiu do papel.

Nas últimas décadas não se parou de pressionar o poder público, na década de 1990 o bairro cresceu de forma acelerada por causa de políticas de valorização e expulsão dos pobres das áreas mais centrais, a associação de moradores A atual associação de moradores de Vargem Grande, A CHAVE, afirma que entre 1993 e 1996, na gestão do Prefeito Paulo Maluf, foi o período de maior crescimento. Tornou-se cada vez mais difícil para a prefeitura ignorar a luta e persistência dos moradores.

Mesmo sem regularização do bairro em 1992 foi conquistado a rede elétrica, em 1995 a coleta de lixo, em 2000 a rede de água e em 2007 a rede de esgoto e em 2009 a pavimentação. Muitos desses serviços não chegaram a todos os moradores, outros não foram concluídos até hoje, a rede de esgoto e a coleta de lixo, por exemplo, ainda são parciais, o asfalto chegou a apenas duas ruas.

Essa luta foi confrontada ao longo dos anos pela criação de novas leis. Atualmente são 17 leis que estabelecem como o espaço de Vargem Grande deve ser ocupado, as atividades que podem ou não serem desenvolvidas, como lidar com os eventuais conflitos, etc. Nessa primeira análise foi possível verificar que em alguns momentos essas leis são contraditórias entre si.

[8] Reportagens da Folha de São Paulo e do Diário Popular mencionadas no estudo de tombamento do Condephaat.

Essas contradições podem gerar problemas nos momentos que os direitos são reivindicados e na resolução dos conflitos.

Vamos olhar mais atentamente essas leis para entender o papel e a ação efetiva do poder púbico em Vargem Grande.

Tabela 1 - Legislação na Cratera de Colônia.

Lei	**Data**
Legislação Federal	
Código Florestal: Lei Federal nº 4.771, substituída pela Lei Federal nº 12.651	15 de setembro de 1965, substituída em 25 de maio de 2012
Lei de Crimes Ambientais: Lei Federal nº 9.605	12 de fevereiro de 1998
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Lei Federal nº 9.985	18 de julho de 2000
Lei da Mata Atlântica: Lei Federal nº 11.428	22 de dezembro de 2006
Legislação Estadual	
Lei de uso do solo para a proteção dos mananciais: Lei Estadual nº 898, alterada pela Lei Estadual nº 3.746	18 de dezembro de 1975, alterada em 9 de julho de 1983
Delimitação das áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água: Lei Estadual nº 1.172, alterada pela Lei Estadual n° 11.216	17 de novembro de 1976, alterada em 22 de julho de 2002
Aprovação do Regulamento das Leis nº 898, e nº 1.172: Decreto Estadual nº 9.714	19 de abril de 1977
Lei de Recuperação e Proteção dos Recursos Hídricos - Lei Estadual nº 9.866	28 de novembro de 1997
Definição da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas: Lei Estadual nº 12.233	16 de janeiro de 2006
Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, e dá outras providências correlatas. Lei Estadual nº 13.579	13 de julho de 2009
Regulamentação de dispositivos da Lei nº 13.579: Decreto Estadual nº 55.342	13 de janeiro de 2010
Resolução de Tombamento da Cratera de Colônia SC 60/2003	
Legislação Municipal	
Resolução de Tombamento da Cratera de Colônia pelo CONPRESP nº 04/95	29 de novembro de 1995
Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Capivari-Monos: nº 13.136	09 de julho de 2001

Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo:- Lei nº 13.430, substituído por Lei nº 16.050	13 de setembro de 2002, substituído em 30 de Junho de 2014.
Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Parelheiros	
Zoneamento Geoambiental da APA Capivari-Monos: Lei nº 13.706	05 de janeiro de 2004

Elaboração da autora.

Entre todas as políticas de preservação que foram formuladas para a região, durante nossa pesquisa, verificamos que a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Capivari Monos é a que se faz mais presente.

A APA foi instituída pela Lei Municipal n° 13.136 de 09 de julho de 2001. Ela abrange 25.100 hectares, isso corresponde a 1/6 do município de São Paulo. Nessa área estão estabelecidos 58 mil habitantes[9] nos bairros Engenheiro Marsilac, Evangelista de Souza, Barragem, Cidade Nova América, Vargem Grande, Ponte Alta, Embura do Alto, Ponte Seca, Gramado e Mambu. Vargem Grande é o bairro mais populoso e adensado da APA, com mais da metade do total de habitantes.

A figura a seguir mostra os limites dessa unidade de conservação.

[9] Segundo pesquisa de 2008 da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

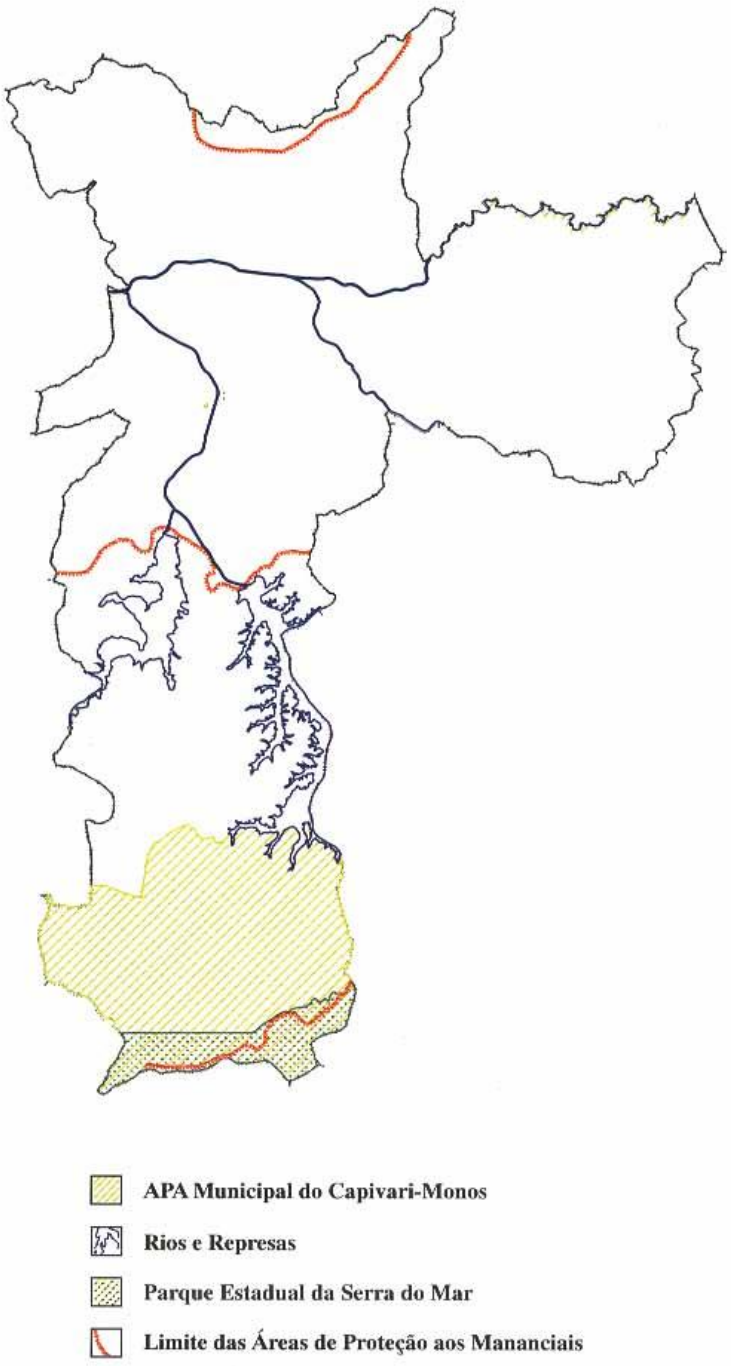


Figura 6: Localização da APA Capivari-Monos na cidade de São Paulo. Fonte: sítio eletrônico da APA Capivari Monos. Disponível em: <http://www.apacapivari.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 05 maio 2013.

Essa Unidade de Conservação tem como objetivo: promover o uso sustentável dos recursos naturais, proteger a biodiversidade, os recursos hídricos e os remanescentes de Mata Atlântica, proteger o patrimônio arqueológico e cultural, promover a melhoria da qualidade de vida das populações, manter o caráter rural da região e evitar o avanço da ocupação urbana sobre a área protegida. É importante destacar que quando a APA foi criada os bairros urbanos

já estavam estabelecidos na área e que a princípio o projeto da APA não fala em remoções, apenas na contenção do avanço das áreas urbanas.

Ao verificarmos o levantamento de usos do solo na área da APA foi possível averiguar que a ocupação urbana não atinge 2% das atividades desenvolvidas. No gráfico e mapa a seguir temos também as demais atividades e a distribuição delas no território.

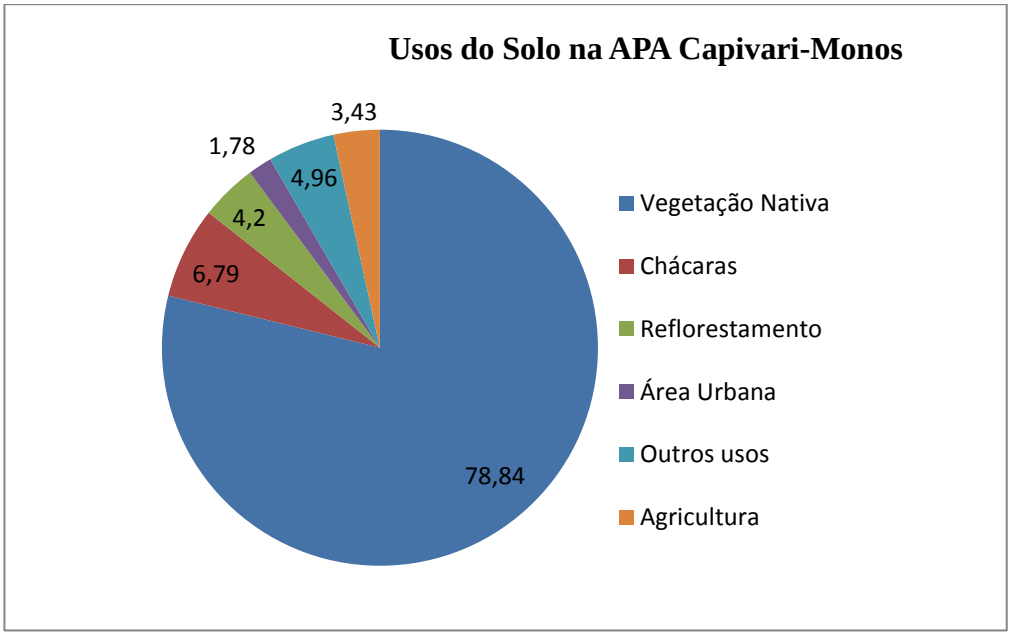
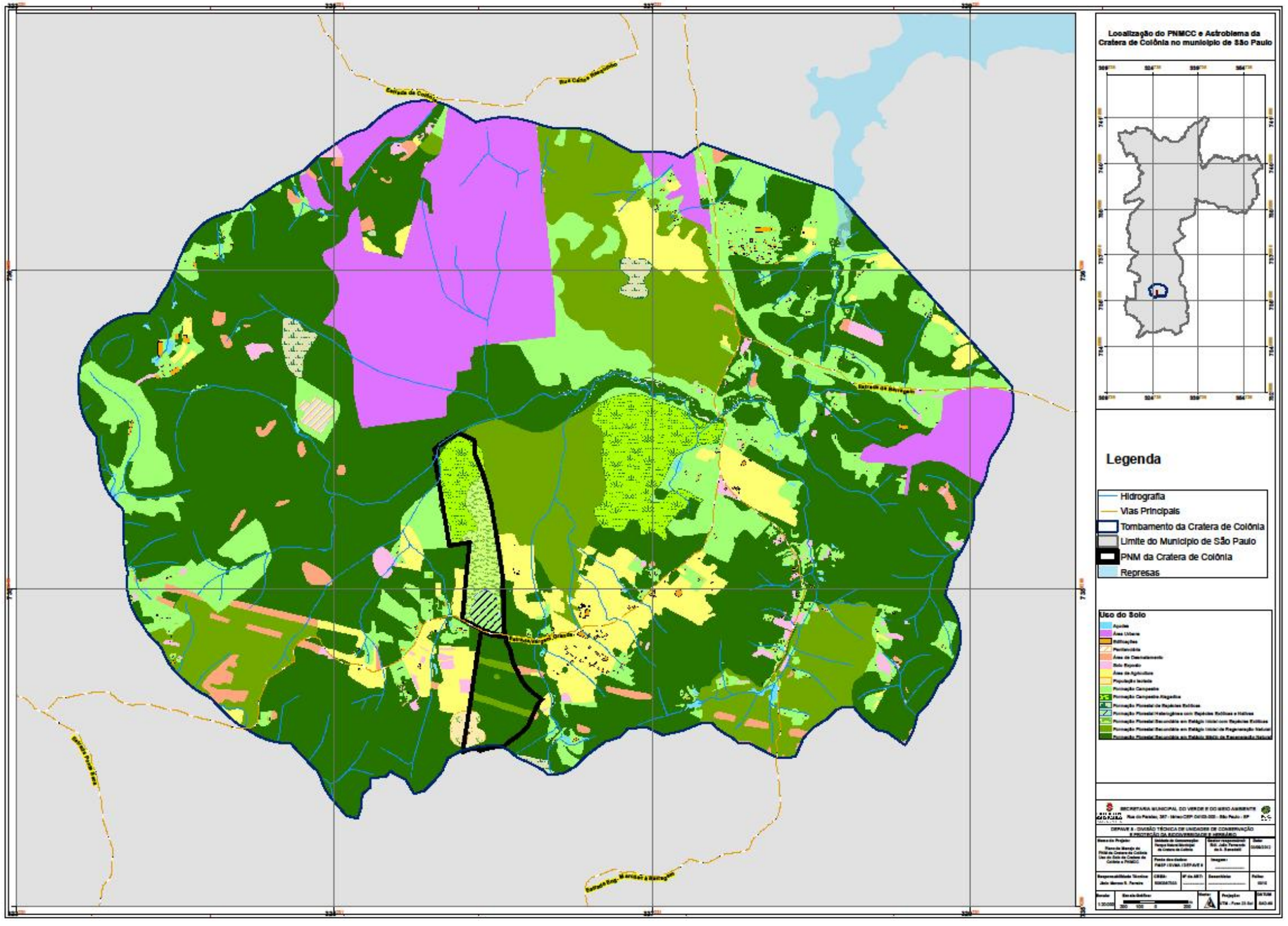


Figura 7: Gráfico produzido com os dados do Plano de Manejo da APA Capivari-Monos.



Mapa 2: Uso e ocupação do solo na Cratera. Fonte: Plano de manejo do PNMCC.

Apesar de ser uma atividade pouco significativa no que tange a área de ocupação do solo, a área urbana é destacada, nos documentos e ações propostas pela gestão da APA, como o uso que mais preocupa os objetivos de preservação ambiental. Essa preocupação é justificada pelo crescente aumento populacional dos bairros presentes no território da UC, de 2000 a 2008 houve um aumento populacional de 80% passando de 32.625 habitantes para aproximadamente 58.50010. Mas é fundamental a informação de que apesar desse aumento as áreas urbanizadas cresceram apenas 0,49% o que indica o adensamento dos bairros já existentes na época da criação da APA. Nesse quadro Vargem Grande é destacada:

> O maior adensamento se deu no bairro de Vargem Grande, já bastante povoado na época da criação da APA. Nele se concentram, atualmente, investimentos consideráveis em infraestrutura urbana e de saneamento. É o único bairro da APA onde a rede de esgoto está sendo implantada.

Os dados apontam para um intenso adensamento populacional na região. A discrepância entre o aumento de pessoas e a área ocupada nos instiga a buscar os motivos desse modelo de crescimento. Será resultado das políticas de preservação e da fiscalização? Outra hipótese possível é a pouca infraestrutura disponível estar concentrada nos lotes já ocupados o que leva os novos moradores se adensarem nessas áreas.

Como vimos na citação anterior o documento diz que em Vargem Grande há "investimentos consideráveis em infraestrutura urbana e saneamento", nesse sentido é importante compreendermos o que o poder público está classificando com "consideráveis". Os levantamentos da SVMA nos traz a relação da infraestrutura disponível na APA.

São 18 escolas, sendo 4 municipais, 12 estaduais e 2 do município de Embu Guaçu; 3 creches municipais diretas ou conveniadas; 10 Unidades Básicas de Saúde; 4 Organizações de assistência social; 4 bases comunitárias da Polícia Militar; e 1 base do Destacamento Ambiental da Guarda Civil Metropolitana. Em Parelheiros apenas 60% dos domicílios possuem abastecimento de água; 17% possuem saneamento. Quanto à coleta de Lixo há a avaliação que esse serviço avançou desde 2003, mas enfrenta dificuldade de acesso nas regiões mais distantes.

Também foram levantadas as instituições organizadas pela sociedade civil: 11 associações de moradores; 2 ONGs de proteção ambiental; 3 ONGs de meio ambiente e desenvolvimento humano; 3 ONGs de meio ambiente e cultura; 2 ONGs de cultura; 3 ONGs de assistência social; e 2 associações indígenas.

[10] Dados da Secretaria do Verde e Meio Ambiente presentes no Plano de Manejo da APA Capivari-Monos.

O plano de manejo destaca como positivo a atuação do Programa Saúde da Família que foi implantado recentemente na região. Quanto a educação a maior parte da estrutura está sob responsabilidade do Estado, são só duas escolas municipais, uma em Vargem Grande e outra no Jardim Silveira. Como são poucas escolas para uma área muito grande, muitos alunos necessitam percorrer distâncias muito grande todos os dias no trajeto casa-escola-casa, além disso, o transporte público é bastante precário para atender essa demanda, assim o plano afirma que todas as escolas contam com transporte escolar gratuito.

O poder público também faz a avaliação que há na região pouca oportunidade de emprego e para diminuir as distâncias percorridas pelos moradores, que precisam buscar atividades remuneradas nas regiões mais centrais, se faz necessário o investimento em criação de empregos próximos. A agricultura e o turismo são as atividades sinalizadas pelo Plano como alternativas de investimento e incentivo, mas há o alerta de que elas devem ser praticadas em bases sustentáveis para serem atividades econômicas compatíveis. O cultivo orgânico é destacado pelo documento como uma das tendências.

Entendemos que ao longo de todo o plano de gestão da APA o turismo é colocado como uma alternativa para a região, a SVMA afirma que essa atividade já está em crescimento, mas ainda há um potencial imenso a ser explorado.

No levantamento feito foram registrados 15 atrativos naturais e 7 atrativos culturais, a maioria está situada em propriedades particulares e são acessíveis preferencialmente com monitores locais. Para receber pessoas a região conta com 14 hospedagens, mas a maioria delas é para grupos fechados e cientistas. Para trabalhar na promoção e melhoria da infraestrutura e dos atrativos turísticos o Conselho Gestor possui uma Câmara Técnica de Turismo Sustentável que está trabalhando junto ao SEBRAE e à SPturis.

É fundamental notarmos que apesar do plano de manejo do parque destacar Vargem Grande por seu adensamento o zoneamento determinado para a área é característico de áreas com assentamentos pouco adensados e de uma área que necessita de “caráter corretivo” para se adequar a novo zona. Apesar desse diagnóstico para além da fiscalização não há nos documentos na APA políticas públicos que transformem Vargem Grande, nem através da regularização do bairro nem pela recuperação ambiental.

A APA é gerida por um Conselho Gestor deliberativo e paritário entre o poder público e a sociedade civil, instaurado em 2002 com o objetivo de refletir e decidir sobre as melhores formas de alcançar as metas estabelecidas. As reuniões do Conselho são abertas ao público e

ocorrem na primeira quarta-feira de cada mês, às 9h30, na Subprefeitura de Parelheiros[11]. A eleição dos representantes ocorre a cada dois anos. Na gestão 2012-2014 a representação das Associações de Parelheiros foi feita por uma representante da ACHAVE, associação de moradores de Vargem Grande.

O Plano de Manejo da APA apresenta a região de forma bastante atrativa, ele contrapõe as suas belezas a realidade da metrópole. O convite ao turismo e a construção da APA como espaço de lazer e fuga da cidade são elementos presentes do começo ao fim do documento, assim como nos *sites* da prefeitura e panfletos de divulgação

> Lugar surpreendente a metrópole paulistana, com belas cachoeiras acessíveis por trilhas na mata, rios limpos, fauna e flora preservadas, patrimônio histórico e aldeias indígenas às margens da represa Billings. Sua gestão é voltada para a sustentabilidade ecológica, social, econômica e cultural, buscando a proteção ambiental com participação da comunidade, de modo a fortalecer o protagonismo desta na construção de um futuro socialmente justo e ambientalmente saudável.

Durante a pesquisa participamos de algumas reuniões desse Conselho Gestor e o mesmo entusiasmo com a possibilidade de construir uma área turística na região apareceu nesses espaços. Faz parte do Conselho um Grupo de Trabalho intersecretarial, responsável por fazer a ponte entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a Secretaria de Turismo. Na reunião de junho de 2014 o chefe de gabinete da subprefeitura disse que há muita verba sendo destinada à Parelheiros, só para o Polo Turístico estavam previsto 15 milhões de reais, para o hospital mais 200 milhões. Ele também deixou claro como as atividades de turismo têm o objetivo de destinar à Parelheiros outra função que não a de moradia irregular, valorizando a região e contendo as ocupações. As suas palavras foram: "A valorização de Parelheiros pelo Turismo é importante, assim o preço do terreno fica mais alto e inibe as ocupações. "

A parceria com a iniciativa privada é outro elemento que aparece, sempre aliada ao Turismo. As perspectivas do investimento nas atividades turísticas apareceram com muita frequência nas reuniões e foram recebidas sempre com muito otimismo dos representantes do Conselho. Um dos investimentos que foi discutido nesse período foi o Parque Natural da Cratera de Colônia e a perspectiva de abri-lo ao público.

Criado em 2000, como área de compensação das obras da hidrelétrica de Furnas, o parque permanece fechado até hoje, ele não possui sede, e nem estrutura básica para receber

[11] Essas informações estão presentes no site da prefeitura. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/apa_capivarimonos/index.php?p=41966>. Acesso em: 28 abril 2014.

pessoas. Na última reunião que ele foi citado, em abril de 2016, foi apresentado um plano de trilha para a visitação, mas no debate foi deixado claro que essa trilha, não teria guia, nem estrutura como banheiro, só teria placas de sinalização.

A proposta é muito distinta do que está proposto no Plano de Manejo do Parque. O Parque Natural da Cratera de Colônia é uma área de proteção integral, por isso estão previstas monitoramento para todas as atividades. Quanto ao Turismo ele prevê que o parque e seu entorno tenham trilhas, passeios a cavalo, cachoeiras, piscinas naturais, centros espirituais, casarões históricos, unidades de conservação estaduais e municipais para visitação festas e eventos tradicionais, cemitérios e estações férreas com planos de reativação para passeio. Apesar de citar esses elementos que possibilitariam a atividade turística o parque possui difícil acesso.

O Parque Natural é apenas um exemplo, mas bastante simbólico, da relação entre o papel e a prática da atuação do poder público na região de Parelheiros. São diversos os documentos que falam sobre a iniciativa do Turismo como uma alternativa para a região. Mas em nossas pesquisas dentro do bairro, pouco foi visto dessas iniciativas sendo efetivadas.

É interessante notar, com base nesse exemplo, que a mesma preocupação com a degradação da natureza que se tem ao falar dos loteamentos irregulares nos mananciais, não aparece nas previsões de investimento no turismo. Apesar de nos planos de manejo estar presente essa preocupação quando se trata do turismo é sempre de forma muito superficial, sem nenhuma medida de restrição concreta. Por exemplo, quando se fala da parceria com a iniciativa privada não se estabelece de ponto de partida nenhuma exigência para a exploração turística da região.

A imagem a seguir é um dos panfletos que se encontra na internet que mostra o potencial turístico.

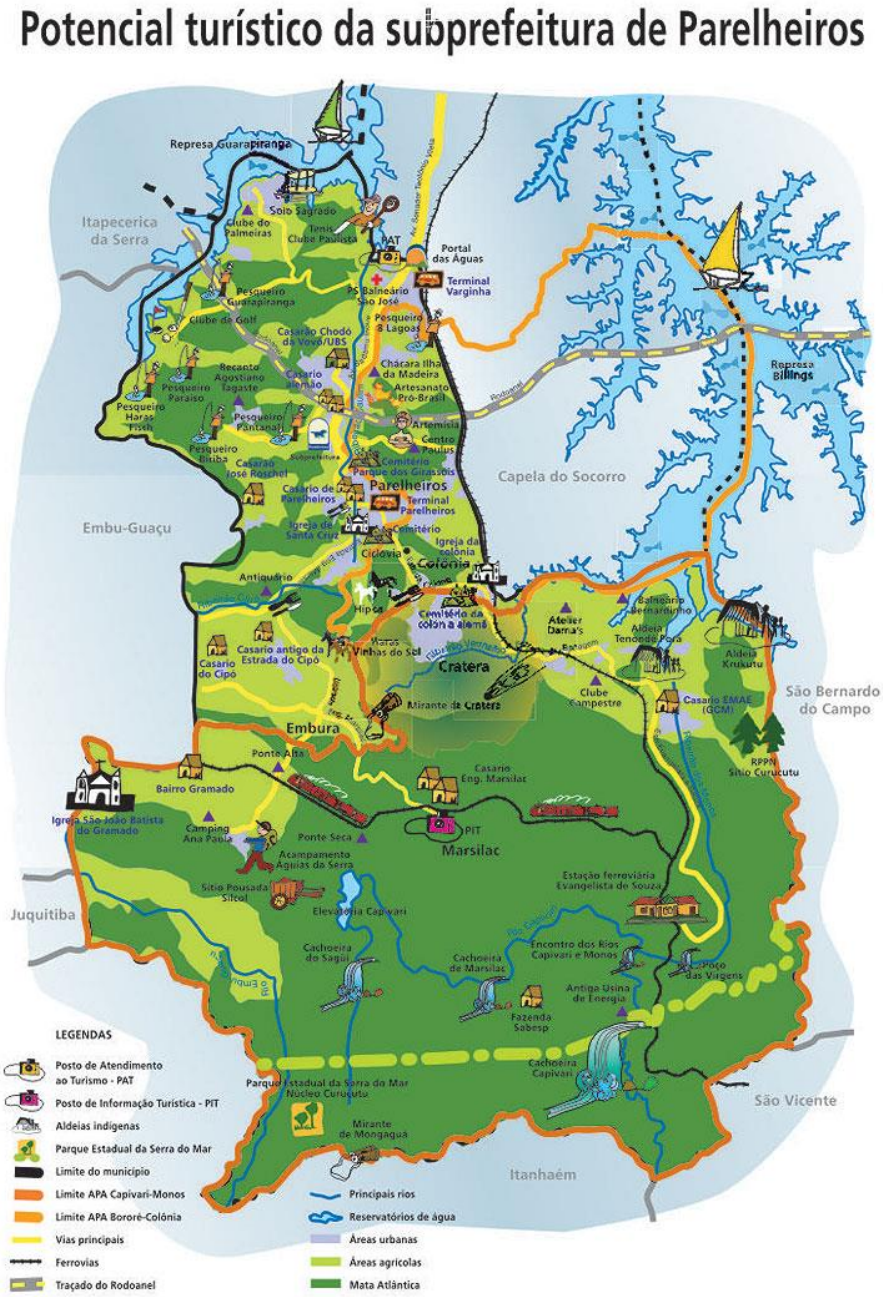


Figura 8: Divulgação do potencial turístico de Parelheiros.

Outro elemento importante é como os moradores do bairro recebem a perspectiva do incentivo ao turismo, todas as conversas, entrevistas e reuniões que participamos, poucas vezes, se questionou os benefícios que o turismo poderia levar aos moradores, eles citam o aumento das vendas nos comércios e a visibilidade para o modo de vida deles como positiva. Os poucos que apresentaram dúvidas mostraram que não acreditam que podem fazer parte desses projetos, Ana Luiza, jovem moradora de Vargem Grande e comerciante no bairro disse em uma conversa:

“Nunca vi turismo para visitar pobre, logo vão expulsar a gente daqui”. A frase de Ana Luiza, nos mostra como a negação do urbano está presente na periferia, através da compreensão de que se o “desenvolvimento” chegar até o bairro, não há mais espaço para eles, reafirmando a lógica da urbanização crítica de que não há urbano para os mais pobres.

Apesar dos planos do poder público de tornar Parelheiros um polo turístico da cidade, a nossa avaliação é que essas iniciativas ainda não são efetivadas, pois o setor privado ainda não demonstrou interesse nesses projetos. Com a crise política e econômica do país o setor imobiliário foi bastante afetado e a sua expansão foi desacelerada.

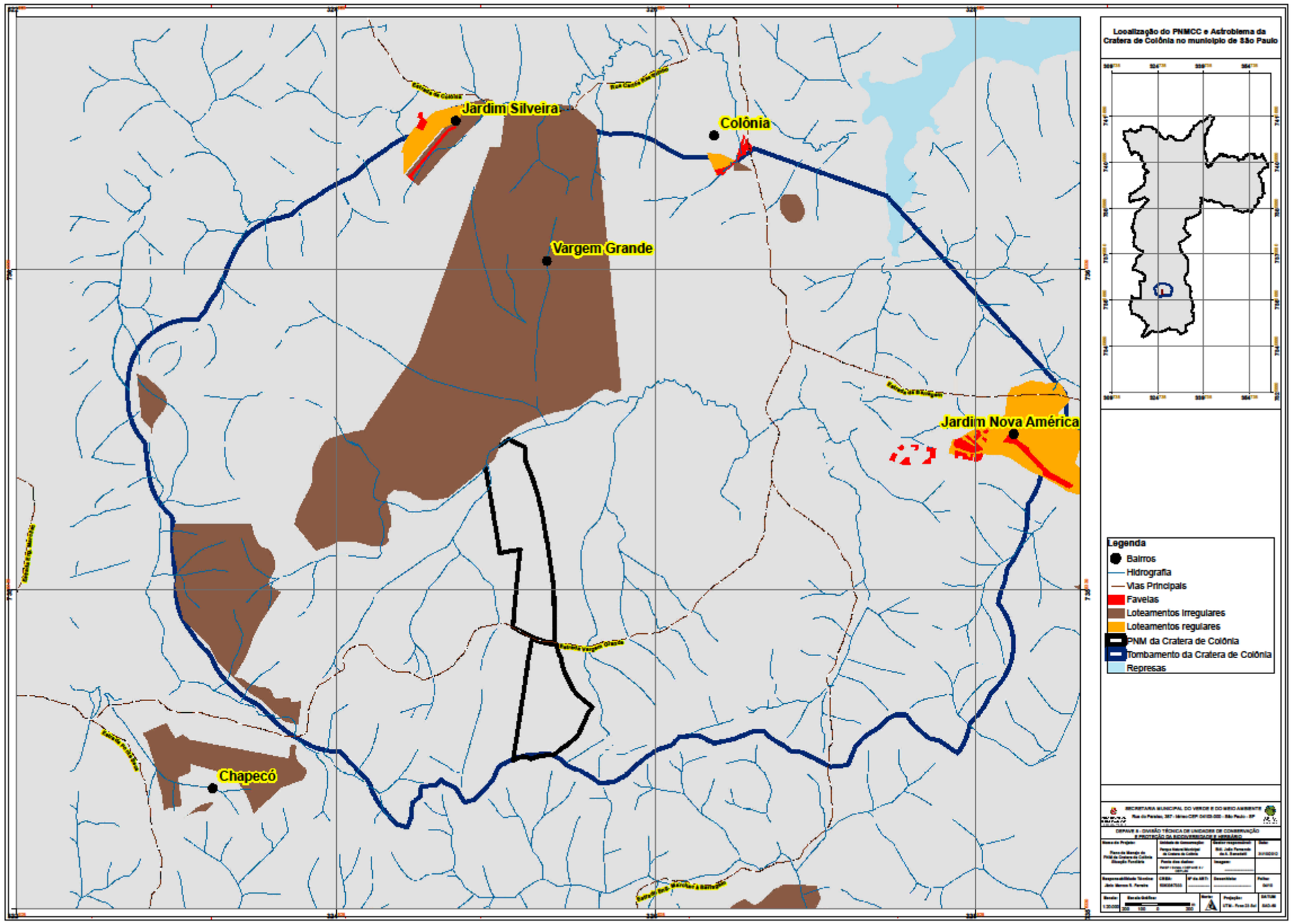
As outras políticas de preservação da região seguem trazendo restrições para Vargem Grande, impedindo a sua regularização e tornando a vida dos moradores bastante instável. O Parque Natural da Cratera de Colônia, já citado aqui, é um exemplo, como vimos não há qualquer investimento nele até a atualidade, são 15 anos de promessas e expectativas, porém no papel o plano de manejo do parque faz diversas avaliações sobre a existência do loteamento e a inviabilidade de ele continuar ali.

Ele culpabiliza a construção desordenada do bairro por uma série de problemas ambientais, mencionando a falta de saneamento básico e de coleta de lixo como exemplos de causadores desses problemas.

> Sua localização em área extremamente sensível, tanto em função de ser um astroblema, quanto área de manancial, determinou sua inclusão no Programa Mananciais. Este programa prevê a implantação de sistema de abastecimento de água, coleta de esgoto, urbanização e realocação de famílias em áreas de risco ou insalubres. A execução do projeto está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB e já se encontra na 2ª fase de implantação. Maiores detalhes poderão ser obtidos no capítulo Programas e Projetos em andamento. (PMSP, 2012)

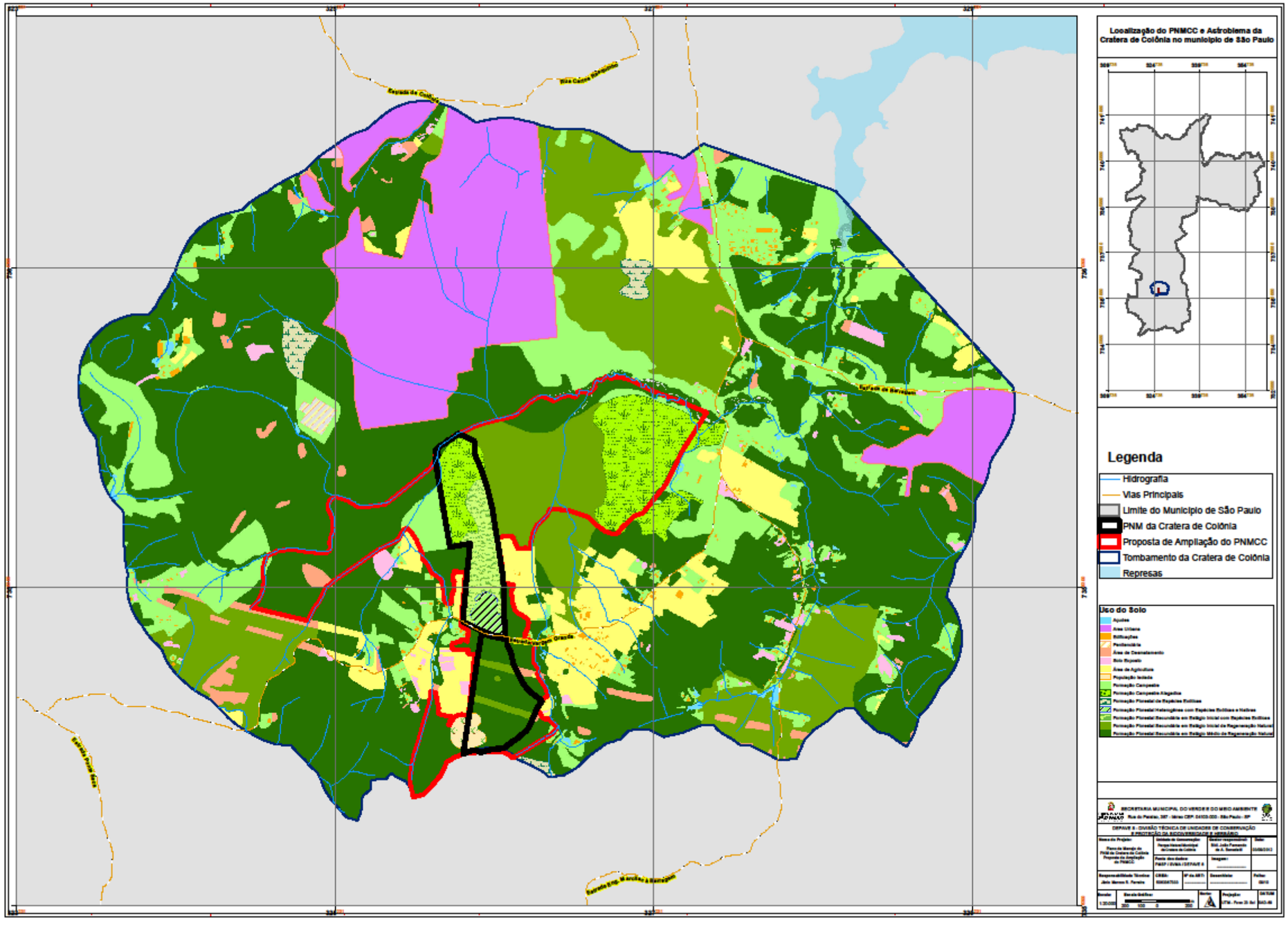
O Plano ainda cita pesquisa do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de 1996 que afirma que muitas das áreas do loteamento Vargem Grande apresentam severas restrições à ocupação humana. Estas áreas dizem respeito às planícies aluviais, com solos de baixa capacidade de suporte, sujeitos à inundações; e à encosta declivosa da cratera, suscetível a deslizamentos.

É destacada a necessidade de regularização fundiária para a implantação efetiva das UCs de modo que cumpra com os objetivos de conservação/preservação e manejo dos recursos naturais, além de proporcionar atividades recreativas de baixo impacto ambiental. Veja no mapa a seguir a situação fundiária atual do parque e do seu entorno.



Mapa 3: Situação Fundiária da Cratera da Colônia. Fonte: Plano de manejo do PNMCC.

Além de apontar a necessidade de uma regularização fundiária que possibilite a sua preservação o poder público defende a ampliação da sua área total, defende-se que o aumento da área é de extrema importância na definição de um manejo efetivo a longo prazo. O mapa a seguir mostra a área de ampliação, é possível verificar que ele chegará bem próximo ao bairro de Vargem Grande, apontando assim o processo oposto do avaliado nos documentos e políticas públicas, não é a área urbana que está ameaçando a preservação da natureza podendo se expandir, mas é as políticas de preservação que avançam sobre os moradores de Vargem Grande.



Mapa 4: Expansão do PNMCC. Fonte: Plano de manejo do PNMCC..

Em contrapartida a instabilidade que o Parque Natural gera aos moradores de Vargem Grande há o Programa Guarapiranga. Ele foi criado em 1992 com o objetivo de recuperar a qualidade da água dos mananciais da zona sul de São Paulo. A compreensão desse projeto é importante para nós, pois o Programa Mananciais, que hoje propõe as intervenções em Vargem Grande, é uma ampliação do Programa Guarapiranga.

Coordenado pela Secretaria Estadual de Energia e Saneamento o programa se destaca pela participação do Banco Mundial (BIRD) no seu financiamento. Por causa dos recursos destinados para o projeto a instituição financiadora pôde influenciar na estrutura, formulação, nos prazos e instrumentos técnicos.

O programa para dar conta da preservação e requalificação das águas da bacia e da melhoria imediata da qualidade de vida das populações residentes se dividiu em subprogramas: serviços de água e esgoto; coleta e disposição de lixo; recuperação urbana; proteção ambiental; e gestão.

O ponto de partida foi o levantamento dos loteamentos clandestinos e das favelas que sofreriam intervenção do programa. Foram cadastros 185 loteamentos clandestinos e 189 favelas, as obras foram efetivadas já nas gestões municipais seguintes de Paulo Maluf e Celso Pitta, mas se realizaram de forma parcial.

Tabela 2: Loteamentos clandestinos e favelas

Formas de atendimento	**Metas N° Famílias**	**Executado N° Famílias**	**Executado %**
Urbanização de favelas	25.139	8.137	32,50%
Readequação de Loteamentos	35.000	14.432	41,20%
Unidades novas	2.981	1.752	58.8%

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Relatório de atividades, fev. 2000.

A requalificação das águas seria efetivada através da ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário e coleta de lixo. Apesar dos avanços e do alcance das metas ainda em 2000 a cobertura dos serviços de saneamento atingiu 61% do total de domicílios, quando a meta percentual era 89%. Uma das avaliações que a prefeitura faz desses números é o adensamento das ocupações, os novos domicílios que surgiram durante as obras teriam impedido chegar a meta estabelecida.

O Programa Guarapiranga entrou em conflito com a Lei de Proteção aos Mananciais que continuava em vigor e define a irregularidade de grande parte das áreas que seriam regularizadas por essa iniciativa. O Ministério Público decidiu por considerar o Programa Guarapiranga nas áreas que as obras estavam sendo executadas, mas nas áreas que obras estavam previstas, as não tinham começado a ameaça de desocupação era constante. Se por um lado a iniciativa garantiu a regularização de algumas áreas na bacia da represa Guarapiranga por outro deixou os moradores de loteamentos e favelas na região da Billings mais vulneráveis as ações judiciais de desocupação.

Com o objetivo de estender as ações para a Bacia da Billings na gestão Marta Suplicy (2001-2004), o programa passou a ser chamado Programa Mananciais. Com o fim do financiamento do Banco Mundial em 1998 essa gestão enfrentou uma diminuição drásticas dos recursos para o programa. Com a pressão do Ministério Público para a prefeitura respeitar a Lei Estadual dos Mananciais, que impede as ocupações urbanas adensadas em áreas protegidas, a gestão Marta optou pela continuidade ao programa e destinou verba para reurbanização de favelas no orçamento municipal. O programa seguiu com o seu planejamento com as obras previstas e se voltou também para a implantação de equipamentos públicos nas regiões desprovidas de infraestrutura, como escolas e CEUs.

Ainda nesses quatro anos a pressão do Ministério Público deu origem ao plano Emergencial 2, que determinava as áreas prioritárias para intervenção e o prazo de resolução da situação de risco que viviam os moradores dessas áreas, seja com o realocamento, com a manutenção das pessoas nos locais ou com a desapropriação seguida de indenização.

A gestão Serra/Kassab (2005-2008) assumiu a prefeitura e continuou o programa, nesses anos foram destinados 35 milhões de reais no programa e mais 47 milhões de reais nas emendas feitas pelos vereadores do município, são 82 milhões de reais, mais que o dobro dos anos anteriores.

Em 2008 o descompasso entre as obras e a criação de novos núcleos urbanos e o adensamento dos já existentes persistia. Além disso, a urbanização com saneamento não estava sendo acompanhada pelas obras da SABESP que tinham o objetivo de transferir o esgoto para ser tratado, assim tanto os novos núcleos quanto aqueles já existentes e com saneamento continuaram jogando poluentes na represa. A situação ambiental permanecia inalterada.

O plano para o período de 2009 a 2012 previa a urbanização de 81 áreas com participação do Governo do Estado e do Governo Federal através do PAC Mananciais, o

número de famílias que serão beneficiadas pelo PAC Mananciais (Guarapiranga e Billings, entre 2008-2010), conforme divulgado pela SSE é de 44,9 mil famílias.

Na gestão Haddad, as obras e projetos estão parados estão sendo revistos. Em 11 de fevereiro de 2015 o Jornal *Estado de São Paulo*[12] divulgou a pretensão da prefeitura de suspender R$3,5 bilhões em contratos firmados com construtoras na gestão Kassab. Esses contratos referem-se às obras do Programa Mananciais previstas para áreas da Billings e da Guarapiranga. O prefeito Haddad entendeu os valores destinados como abusivos.

No site da HABISP[13], apesar de ainda não haver nenhuma obra no bairro, a intervenção do Programa Mananciais em Vargem Grande está "em andamento" e que irá beneficiar 6000 famílias, o ano de previsão para a finalização das obras é 2016.

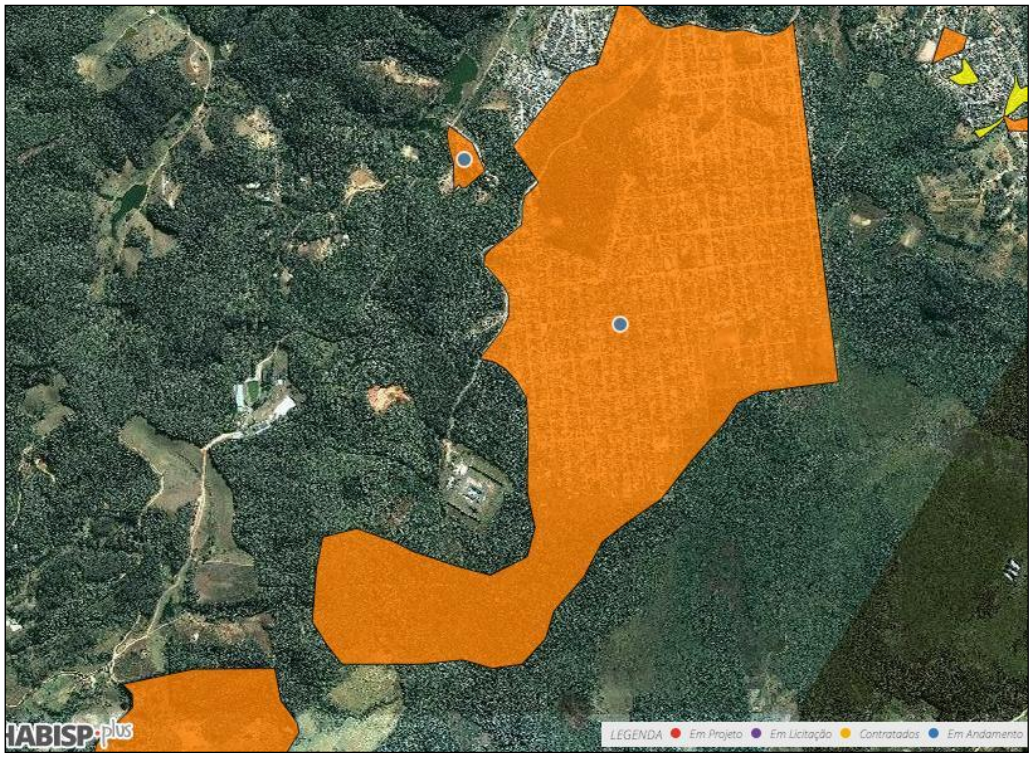


Figura 9: Área de atuação da Habisp. Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/f157a47c-ad99-48a9-acb7-8eee7bfbf9fc/Unifag%20-%20Cond.%20Vargem%20Grande>. Acesso em 15 jan. 2015.

O Programa Mananciais possui um projeto para transformar radicalmente o bairro da cratera. A proposta é que seja construído o Museu aberto da Cratera de Colônia, o objetivo do Museu seria explorar o potencial turístico do patrimônio tombado. O Plano Regional

[12]Jornal Estado de São Paulo. *Haddad pretende suspender R$3,5 bi de empresas*. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-pretende-suspender-r-3-5-bi-de-empresas,1632529>. Acesso em: 11 fev. 2015.

[13] <http://www.habisp.inf.br/programa/79582dda-370a-3c5a-a358-589ff78d0067/mananciais>. Acesso em: 25 fev. 2015.

Estratégico da Sub-prefeitura de Parelheiros apresenta detalhes do projeto que seria implementado junto à outras obras que constituiriam o polo eco-turístico da cratera. O mapa a seguir apresenta alguns pontos importantes para o projeto, é importante destacar a reativação do trem para turismo pelo projeto "Polo e trem turístico Evangelista de Souza".

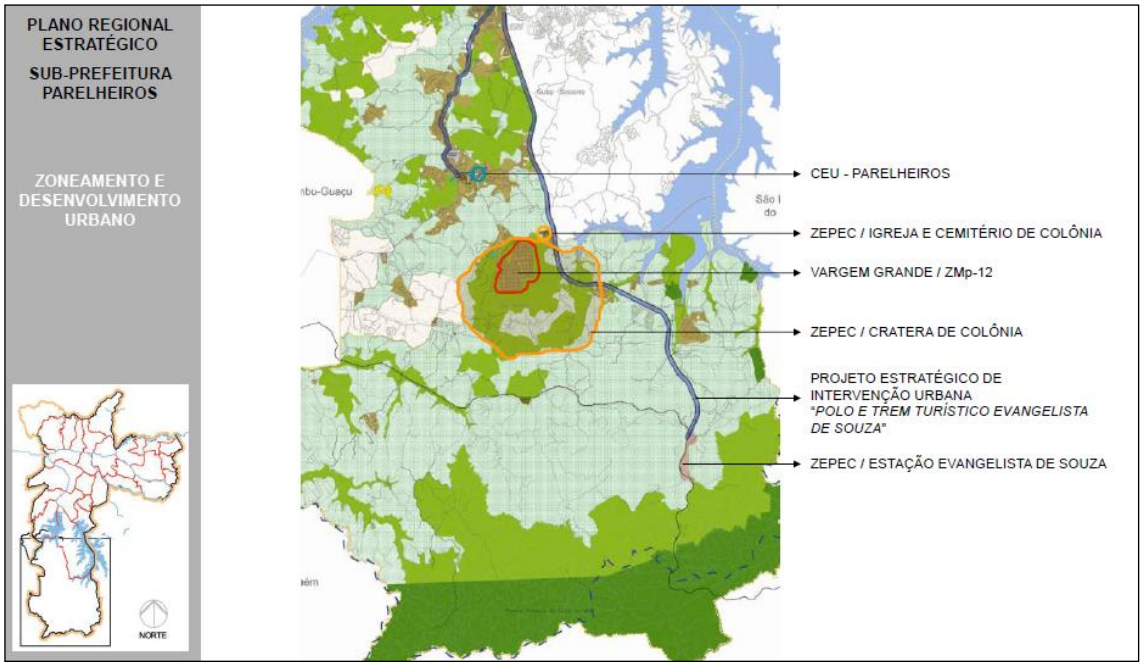


Figura 10: Projeto de implantação do Museu a céu aberto. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

O plano apresenta o levantamento dos dados da Cratera de Colônia. Vargem Grande teria 5.5585 lotes, sua área total aproximada seria 1.948.370 m², 64% da sua área está comprometida com os lotes, 24,5% corresponderia a estrutura viária e 14,5% a área verde ainda disponível. Os mapas a seguir mostram a rede hídrica que está presente no bairro, os equipamentos existentes e o uso do solo em Vargem Grande.

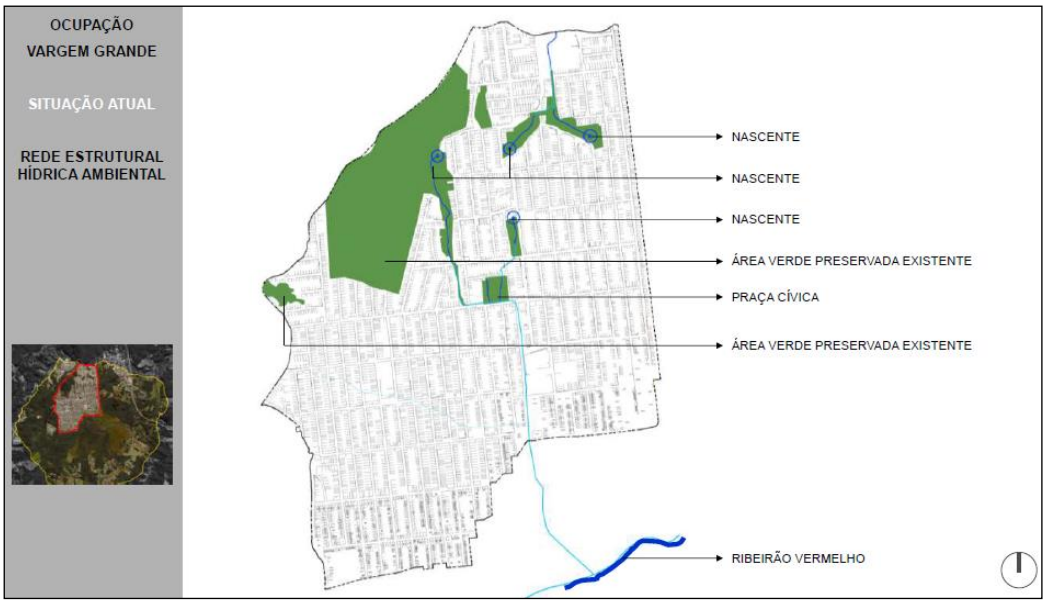


Figura 11: Rede hídrica ambiental. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

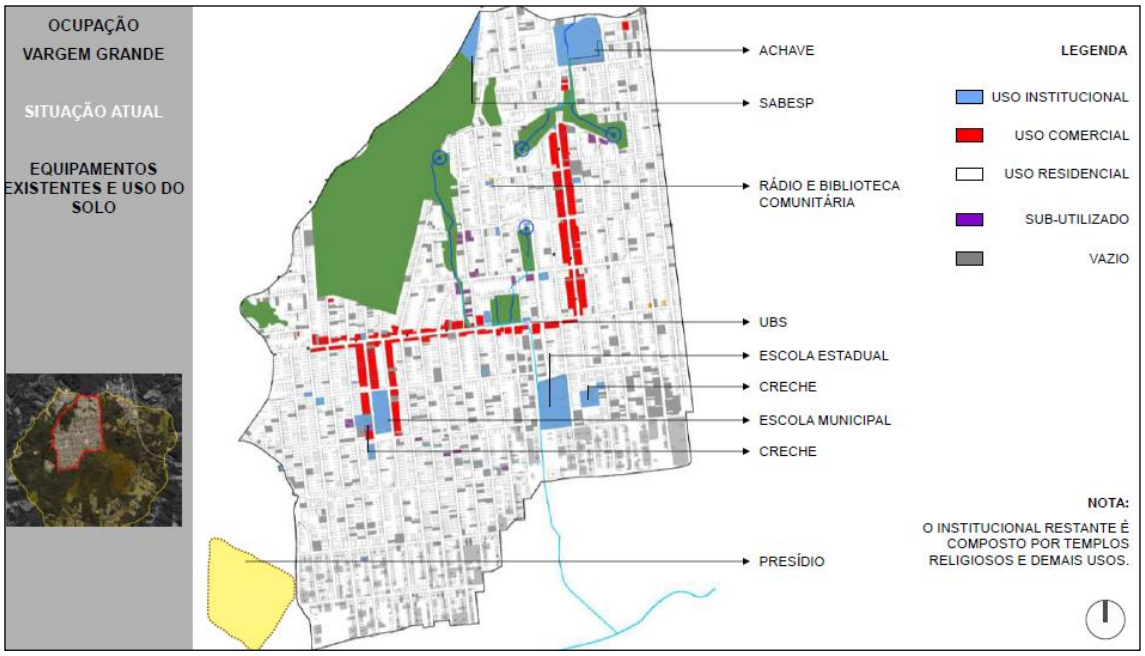


Figura 12: Equipamentos existentes e uso do solo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

O projeto do Museu aberto da cratera foi solicitado a empresa de arquitetura Levisky Arquitetos, o projeto foi considerado inovador e a empresa recebeu prêmios como reconhecimento. A seguir a ficha do projeto.

Dados do projeto

Empresa: Levisky Arquitetos

Responsável: Programa Mananciais – Secretaria da Habitação do Município de São Paulo

Ano do projeto: 2010

Ano da construção: 2010 – em andamento

Localização: Vargem Grande / São Paulo / SP

Área: 2.460.000m²

Projeto Premiado

Prêmio Master Imobiliário 2011 / FIABCI / BRASIL e SECOV

Prêmio IABISP 2010 Menção Honrosa na categoria Urbanismo

Figura 13: Projeto Museu da Cratera

As ilustrações a seguir vão mostrar as propostas de mudanças no bairro. A figura 14 nos mostra a infraestrutura proposta pelo projeto para viabilizar o acesso ao museu, ela engloba a implantação de ciclovia e o projeto de uma linha de trem exclusiva para o turismo. A Figura 15 evidencia a área de reconstituição do verde no projeto, são 359.000 m² de novas áreas verdes localizados principalmente na região sul do loteamento, mostra também e a rota destinada ao passeio público de pedestres, ciclovia e o novo trajeto que será feito pelo ônibus.

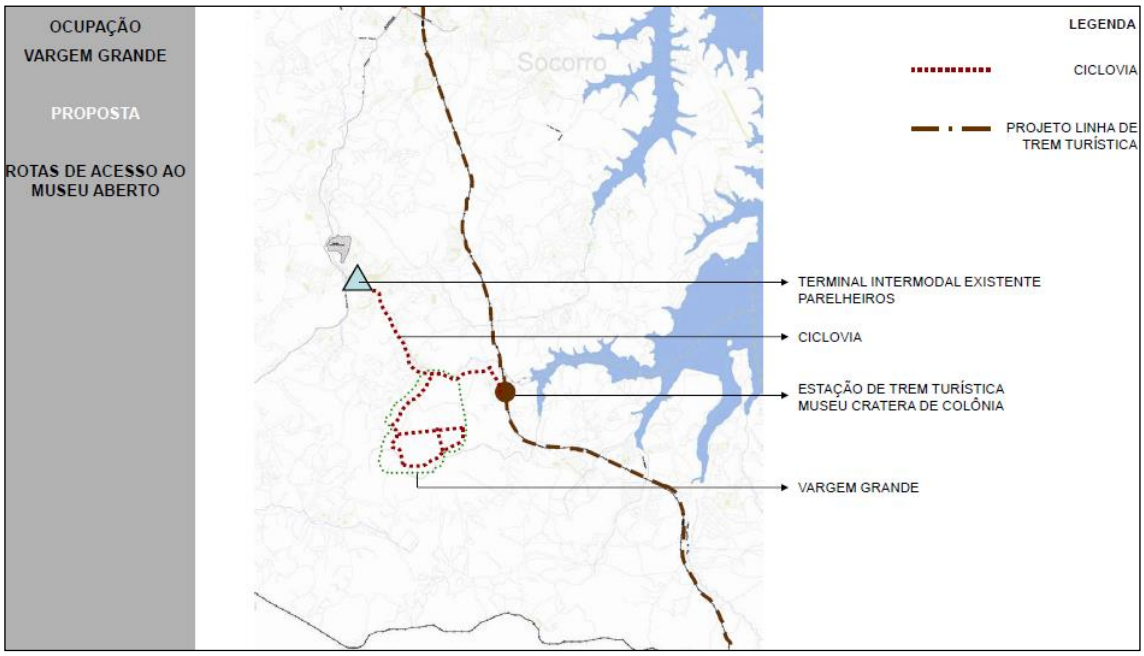


Figura 14: Proposta de rotas de acesso ao Museu aberto. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

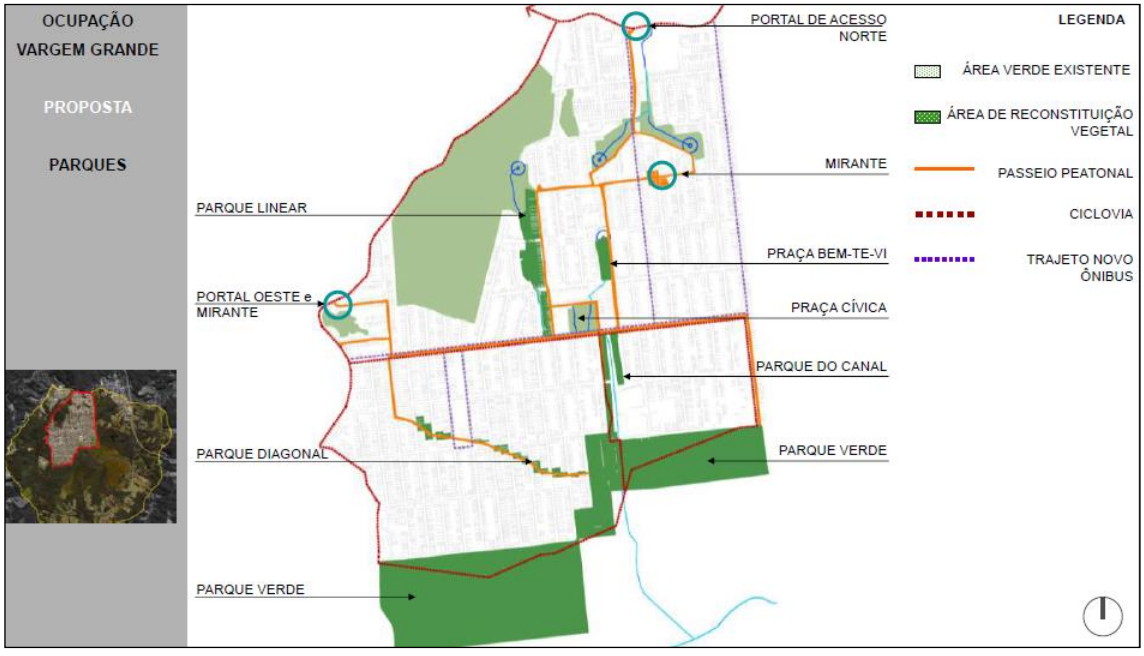


Figura 15: Proposta de parques. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

As mudanças ficam claras nas duas imagens a seguir que mostra o antes e um prospecto do depois, é possível notar além da implantação nas áreas verdes uma reorganização dos lotes e das vias.

Figura 16: Situação atual. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 17: Situação após a implantação do projeto. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

As imagens a seguir fazem parte dos detalhes do projeto apresentado pela Levisky Arquitetos.

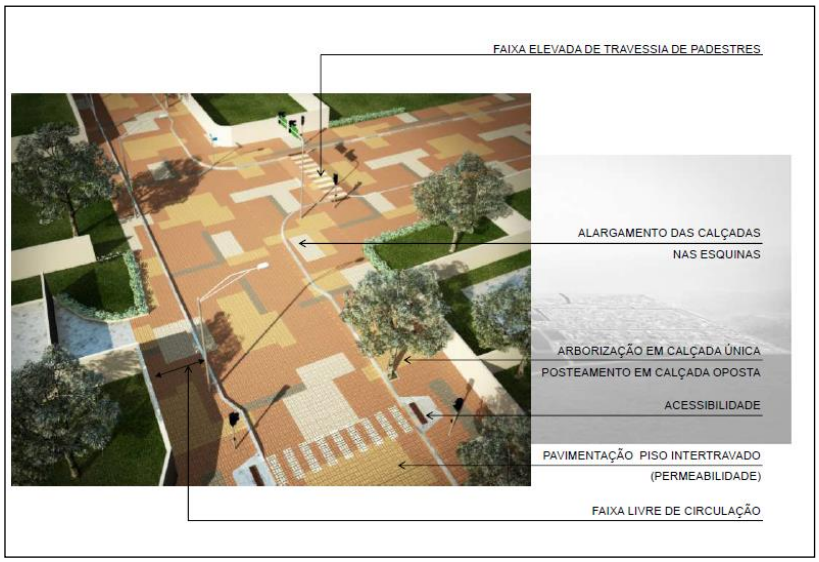


Figura 18: Proposta de Museu aberto 1. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 19: Proposta de Museu aberto 2. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. *2015.*

Figura 20: Proposta de Museu aberto 3. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 21: Proposta de Museu aberto 4. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 22: Proposta de Museu aberto 5. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 23: Proposta de Museu aberto 6. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

Figura 24: Proposta de Museu aberto 7. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

O conteúdo do projeto propõe uma mudança radical no espaço do bairro e na vida dos seus moradores. Apesar das melhorias que viriam junto com as obras é importante ressaltar que os moradores souberam que haveria obras em Vargem Grande através de cartas de desapropriação. O projeto prevê ao todo a desapropriação de 798 lotes. Os imóveis seriam substituídos por parques como é possível ver na imagem a seguir.

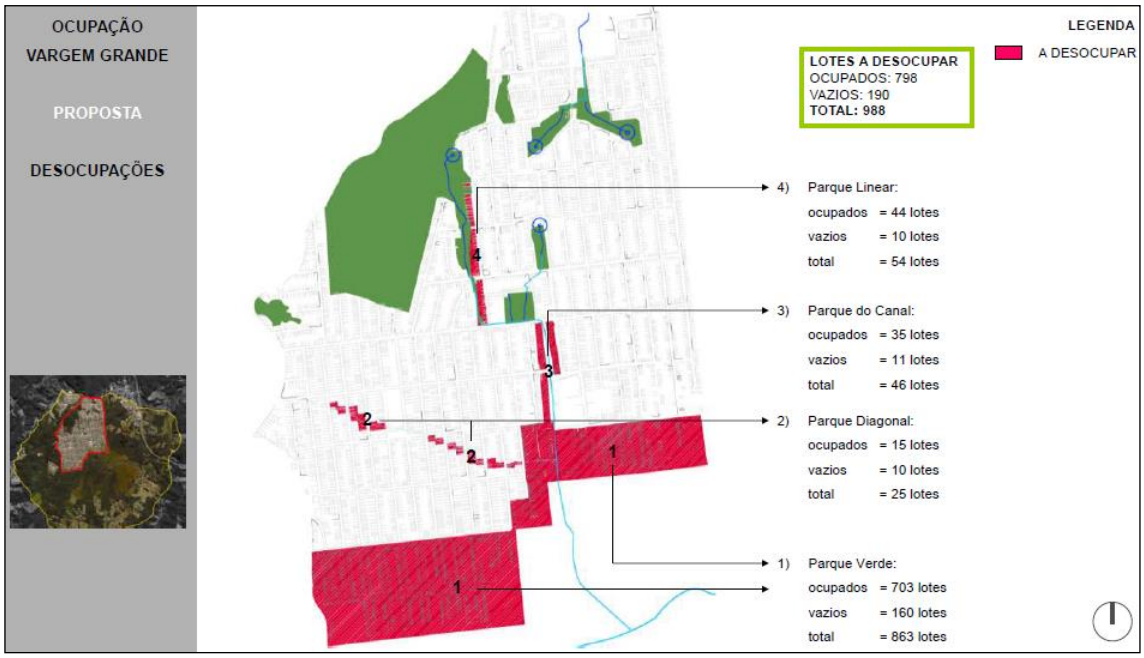


Figura 25: Proposta de desocupações. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

A proposta é remover essas famílias para moradias populares construídas no terreno em destaque na imagem a seguir.

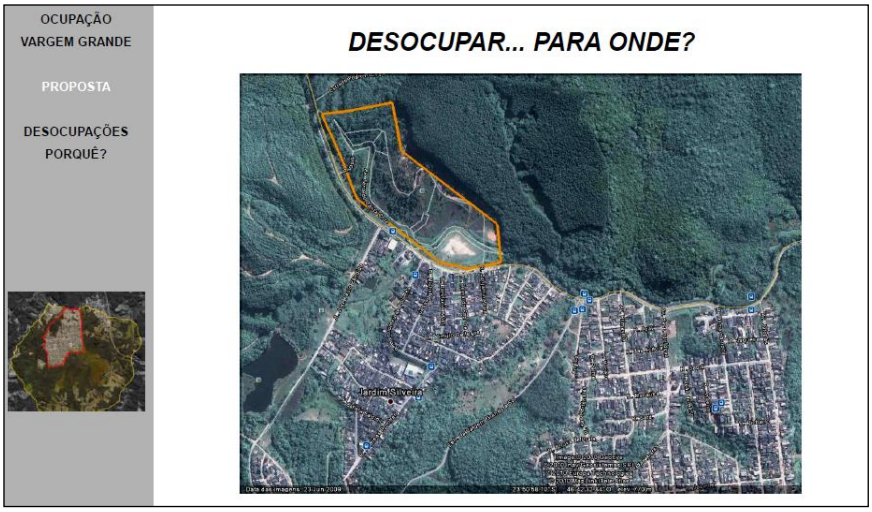


Figura 26: Proposta de destino para as desocupações. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/museu_aberto_cratera_vargem_grande.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

A falta de diálogo e o plano das desapropriações levaram os moradores a desacreditarem nos benefícios do projeto. Os moradores nas áreas de remoção afirmam que não querem sair de suas casas, Dona Lúcia afirma em reunião dos moradores organizada pela UNIFAG que "não quer morar em um *apertamento*, que lutou muito para construir sua casa e nem ela e nem ninguém morará nesses *apertamentos*". Dona Cássia, é a dona da única academia de Vargem Grande que possui 200 frequentadores, ela recebeu uma carta dizendo que seu negócio faz parte junto a outras dez casas da área destinada ao estacionamento, ela afirma que "isso não faz sentido, querem construir o bairro para os outros e tirarem de nós", fala ainda que "Nem os comerciantes acreditam mais em lucrar com esse tal de complexo turístico. Quem viria passear por essa periferia pobre? "

Com base na análise desses planos de gestão e na gestão efetiva que acompanhamos nesses anos foi possível ver que depois de quase 30 anos de construção cotidiana em Vargem Grande as políticas de preservação seguem, primeiramente, direcionando a ocupação do espaço. Ela direciona quando eles recebem um "não" para o aumento da coleta de lixo no bairro, quando ninguém na subprefeitura responde sobre o que ocorreu com o projeto de pavimento ecológica aprovado e implementado em apenas duas ruas. Ela direciona quando condiciona que os moradores não têm alternativas para o saneamento se não as saídas individuais de cada um construir e pagar pela sua própria fossa.

Para compreendermos o histórico de ocupação e como ocorreram as negociações para regularização da área é importante relacionarmos com as políticas de preservação e atuação do Estado em Vargem Grande. Foi possível compreender como as políticas de preservação podem ser flexibilidades de acordo com interesses políticos e econômicos. A construção, sem previsão ou qualquer medida para diminuir os impactos ambientais, da Casa de Detenção é o melhor exemplo para evidenciar como a ocupação das áreas de mananciais pode ser, quando for interessante, promovida pelo Estado.

Outro elemento interessante são as políticas de incentivar o turismo ecológico na região, um turismo construído com base na valorização da natureza e degradação da população empobrecida que é vista como culpada dos impactos ambientais na área. Os documentos e discursos deixam claro que o turismo está sendo promovido apesar da população ocupante e não com a presença dela.

Assim, vemos atuação da preservação da natureza atuando na periferia como um instrumento da urbanização crítica. A negatividade do urbano permanece presente mesmo após a construção da moradia, através da falta de infraestrutura e da instabilidade da área não regularizada, a preservação dos mananciais é o discurso utilizado para legitimar essas condições que reafirmam a lógica da urbanização crítica naquele espaço.

O Museu da Cratera é a política mais atual de urbanização de Vargem Grande. Ela utiliza o discurso da valorização do verde e do patrimônio para levar infraestrutura e investimento para a região. Mas, é importante notar como ele foi proposto sem a participação dos moradores ou a preocupação de respeitar a organização deles, a localização do estacionamento, por exemplo, em uma área que necessita de desapropriações, nos faz questionar os objetivos do projeto. Outro elemento que precisa ser levantado é a construção de habitações populares em área que precisará ser desmata para abrigar as famílias desapropriadas nas obras.

.

3.1 O Patrimônio e a legitimação da negação do urbano

"O que atrapalha mesmo é o patrimônio, ele congela a vida da gente". O Senhor Marcos, autor da frase, mora em Vargem Grande há mais de 20 anos. A conversa informal na casa dele, ainda em 2014, foi a primeira vez que ouvi dos próprios moradores sobre o bairro ser um Patrimônio Geológico. Marcos tem três filhos e trabalha como pedreiro no bairro de Santo Amaro, a sua mulher é faxineira em uma empresa no Morumbi. Ele construiu a sua própria casa e diz que "agora que ele terminou o último cômodo a casa ficou arrumadinha". Depois de contar sobre seus recentes problemas de saúde acrescentou que a sua casa "é o seu patrimônio".

"O patrimônio que congela". Ouvimos frases semelhantes a essa, muitas vezes, durantes esses mais de três anos de pesquisa. Ela nos surpreendeu, pois não encontramos nenhuma influência direta – novas restrições na área - do Patrimônio Geológico, aprovado em 2003, no bairro de Vargem Grande. Mas se por um lado o "o tombamento foi necessário, pois as políticas de preservação não eram efetivas", por outro a sua força ficou presente no imaginário dos moradores.

"Tudo ficou mais difícil de se conseguir depois do tombamento", "Parece que o manancial ficou mais importante". Essas frases, são da Ângela e da Amanda, duas mulheres com pouco mais de 30 anos que se mudaram para Vargem Grande quando ainda eram adolescentes. Elas conversaram comigo na entrada da Cratera, quando o ônibus começa a descer em direção à planície. O conteúdo dessas frases nos pareceu bastante simbólico das perspectivas que o poder público tinha com o tombamento possui na cratera.

Apesar do tombamento ter sido efetivado em 2003, a primeira solicitação para se fazer um estudo com essa finalidade foi em 1991, ano em que o deputado Adriano Diogo do Partido dos Trabalhadores – PT, levou essa demanda para a ALESP. Foi em 1994 que o processo de estudo de tombamento começou.

No estudo do Condephaat está registrado que a iniciativa de tornar a Cratera um Patrimônio Geológico está baseada na avaliação de que as políticas de preservação não são efetivas. Era necessário em "reforço" devido a importância da área.

Na solicitação, em 10 de maio de 1994, para se dar início ao estudo de tombamento há a constatação de que a Cratera de Colônia apresenta valor ambiental-paisagístico e científico-cultural. A justificativa para essa solicitação é a possibilidade da Cratera ser um astroblema, uma estrutura formada pelo impacto de um corpo celeste. Além disso a Cratera apresenta preenchimento sedimentar que atinge mais de 400 metros de espessura máxima, esses

sedimentos guardam o registro das transformações ambientais ocorridas desde a transformação da cratera, constituindo-se, portanto, num local excepcionalmente favorável para o desenvolvimento de estudos paleoclimáticos, sobretudo para o Quaternário.

O estudo destaca a raridade da estrutura. São 150 estruturas dessa natureza no mundo, a maioria no hemisfério norte e em condições climáticas temperadas ou frias. No Brasil há 6 estruturas de impacto (comprovadas ou não): Domo de Araguainha (GO-MT), Serra da Cangalha (TO), Colônia (SP), São Miguel do Tapuio (PI), Riachão (MA), Vargeão (SC).

A notícia[14] a seguir apresenta o debate que estava sendo feito, em torno do tombamento sobre a sua necessidade, já que a legislação de proteção dos mananciais não era o suficiente. Ela está anexada ao processo de estudo de tombamento e destaca a reivindicação do tombamento por cientistas: "Cientistas querem tombamento de cratera".

É a primeira vez que aparece no processo de tombamento a informação da existência do loteamento clandestino. A notícia afirma que o tombamento seria um reforço já que a cratera já está em área de proteção a mananciais.

A notícia destaca também a irregularidade do loteamento:

"Nessa área próxima às represas da zona sul a lei permite a ocupação por lotes de 20 mil metros quadrados. O loteamento está sendo feito com lotes de 250 metros quadrados em média. A invasão começou em 1989. Há três anos, fiscais da prefeitura estimavam que já havia cerca de 500 moradores. Hoje são cerca de 5.000. "

A casa de detenção é colocada na notícia como uma ajuda indireta do Estado para viabilização da "invasão". "A estrada para a cadeia, que está sendo asfaltada serviu de magneto para os sem-teto. " O vereador Adriano Diogo do PT, proponente do tombamento, destaca que a venda do terreno foi criminosa: "pegou gente pobre, despreparada, e socou lá". O vereador também responsabiliza o Governo do Estado pelo loteamento existir por causa da construção do presídio e da estrada.

Nesse momento, na década de 1990, o secretário estadual de Administração Penitenciária José de Mello Junqueira diz que há a possibilidade de construírem mais presídios na área. O Secretário municipal de cultura – Rodolfo Konder – questiona se o tombamento resolve ou se ele não prejudica os proprietários e "engessa" o desenvolvimento. A notícia traz outro dado muito interessante. Ela conclui apontando a importância da cratera para avaliar a ação humana no clima e justifica apontando para as mudanças climáticas globais.

[14] Notícia anexada ao estudo de tombamento. Processo n° 32939/95. Não foi possível identificar a fonte original da matéria.

Cientistas querem tombamento de cratera

Da Reportagem Local

A legislação de proteção aos mananciais não foi suficiente, por isso técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico da prefeitura paulistana estão estudando uma opção inédita para preservar um patrimônio científico: tombar uma cratera feita por um meteoro na zona sul da cidade.

A cratera de Colônia tem 3,64 km de diâmetro e profundidade de cerca de 450 metros. Cientistas da USP acham que ela foi formada entre 25 milhões a 30 mil anos atrás. Seu valor à ciência vem de ela ter sido preenchida pouco a pouco por sedimentos desde então. Hoje ela está sendo preenchida por loteamentos clandestinos.

"O processo já está quase pronto", diz o sociólogo Claudio Fernando Fagundes Cassas, que estuda o impacto ambiental da invasão para a Secretaria Municipal de Cultura, como parte dos estudos para o tombamento. Quem eventualmente decidirá o caso é o Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico da Cidade).

"O tombamento seria um reforço, pois a cratera já está em área de proteção a mananciais", diz o geólogo Astolfo Araujo, que também estuda o tombamento.

Nessa área próxima às represas da zona sul a lei permite a ocupação por lotes de 20 mil metros quadrados. O loteamento está sendo feito com lotes de 250 metros quadrados em média. A invasão começou em 1989. Há três anos, fiscais da prefeitura estimavam que já havia cerca de 500 moradores. Hoje são cerca de 5.000.

A invasão teve ajuda indireta do Estado, que construiu na cratera a Casa de Detenção de Parelheiros e quer colocar mais presídios no local. A estrada para a cadeia, que está sendo asfaltada, serviu de ímã para os sem-teto.

"O loteamento é irregular. Foi uma venda criminosa, que pegou gente pobre, despreparada, e socou", diz o vereador Adriano Diogo (PT), que propôs o tombamento. "A irresponsabilidade começou com o governo do Estado, que construiu o presídio e a estrada."

O secretário estadual de Administração Penitenciária, José de Mello Junqueira, diz que a decisão de instalar a cadeia na região foi de um governo anterior, mas que há possibilidade de se construir "mais um ou dois" presídios ali.

O secretário municipal de Cultura, Rodolfo Konder, tem dúvidas sobre a conveniência do tombamento. "Será que resolve? Qual o poder da fiscalização? É nenhum." Konder diz que "no ocaso" da gestão petista o Conpresp iniciou muitos processos de tombamento, prejudicando proprietários e criando "manchas de entropia" na cidade, locais cujo desenvolvimento ficou "engessado".

Marcos Faerman, presidente do Conpresp, diz que a discussão no conselho deve ser feita em 94.

A cratera interessa à ciência pois é uma espécie de "lata de lixo", segundo Claudio Riccomini, do Instituto de Geociências da USP. "É das poucas do hemisfério sul preenchidas", diz. Os sedimentos que recobriram o local ao longo do tempo preservaram registros da vida antiga. Essa sedimentação é uma referência aos geólogos. Quanto mais se cava, mais se volta no tempo. O pólen e os sedimentos indicam como eram clima e vegetação antigos: terreno argiloso indica época mais úmida; faixa arenosa mostra época de clima mais seco, com vegetação mais rala.

Estudo feito por Maria Lorscheitter, da UFRS, em uma profundidade de 7,5 a 6 metros, mostra a existência de vegetação de floresta típica de clima ameno. Posteriormente a temperatura foi esfriando. A partir de 28.000 anos atrás, a vegetação campestre foi substituindo a floresta.

Os registros ajudam a ciência a entender como poderá ser a alteração do clima, ainda mais diante de uma variável nova, a ação humana. A emissão de gases que aquecem o planeta poderá agilizar uma mudança global no clima que, no passado, levaria muito mais tempo e seria registrada aos poucos, como na cratera paulistana.

(Ricardo Bonalume Neto)

ONDE FICA

Editoria de Arte/Folha Imagem

São Paulo
Rio Tietê
Centro
Rio Pinheiros
Represa de Guarapiranga
Represa Billings
Colônia
Ribeirão Vermelho
Represa Billings
Colônia
Cratera

Rochas cristalinas mais antigas (quartzitos, gnaisses, dioritos etc)

Sedimentos do Terciário (período geológico entre 65 a 2,5 milhões de anos atrás)

Sedimentos do Quaternário (período geológico de 2,5 milhões de anos atrás até hoje)

Figura 27: Notícia fotocopiada do processo de tombamento do Condephaat.

Os estudos científicos e a perspectiva de descobertas inéditas sobre as transformações ambientais em São Paulo aparecem no processo como a justificativa principal para o tombamento.

Por volta de 1986 foi elaborado o primeiro roteiro de excursão na Cratera de Colônia, nos anos seguintes os estudos se intensificaram. O processo de estudo de tombamento apresenta uma síntese do Roteiro de excursão apresentado no 37º Congresso Brasileiro de Geologia, com ele pretende-se verificar o atual estágio de conhecimento da cratera.

Nesse estudo é possível destacar a descoberta que a análise da matéria orgânica vegetal presente no testemunho, bem como da vegetação atual, permite a avaliação do impacto das mudanças paleoclimáticas na cobertura vegetal da área. Dessa forma, os estudos não apenas fornecem indicações das condições ambientais pretéritas, como também podem fornecer subsídios para a avaliação das transformações impostas à vegetação pela influência da atividade humana sobre o meio ambiente.

Nas considerações finais desse estudo afirmasse que apesar de, naquele momento, ainda não haver evidências conclusivas sobre a origem da Colônia, os dados já acumulados convergem para a hipótese de impacto de um corpo celeste. Além disso, os estudos geofísicos confirmam a presença de mais de 400 metros de sedimentos.

Por último conclui-se que:

> "Enfim, a Cratera de Colônia constitui-se num sítio extremamente favorável às pesquisas científicas, verdadeiro testemunho das transformações ambientais ocorridas na região da Grande São Paulo durante o Quaternário. A continuidade das investigações depende da manutenção da manutenção das características originais da região. (CONDEPHAAT, nº 32939, 1995).

No estudo de tombamento da cratera há o documento "Preservação e Ocupação na Região dos Mananciais: o caso da Cratera de Colônia (SP) ", elaborado pelo DPH/SMC/PMSP – ECO URB's, em 1993.

Outro documento importante que para a nossa pesquisa que está no estudo de tombamento é o "Preservação e Ocupação na Região dos Mananciais: o caso da Cratera de Colônia (SP) ", elaborado pelo Departamento do Patrimônio Histórico, a Secretaria de Cultura e a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1993.

Esse documento começa com uma afirmação bastante interessante: "Entendo a questão ambiental em uma perspectiva mais ampla de preservação, não somente dos recursos naturais, mas também das informações prospectivas de caráter científico e cultural (...)" (CONDEPHAAT, nº 32939, 1995).

Ele destaca a raridade da Cratera de Colônia, sendo a única cratera preenchida com preenchimento sedimentar de turfa no Hemisfério Sul. Até aquele momento a análise estratigráfica de 9 metros já haviam registrado diversas mudanças climáticas dos últimos 28.050 anos (Período Quaternário). Ressalta, também o valor paisagístico e ambiental, por causa de sua particular forma colinosa circular e significativa presença de Mata Atlântica, diversidade de fauna e flora. Há ainda a informação que ela está inserida na área de proteção da Billings, a sua drenagem percorre 1,5 Km para desaguar diretamente na represa Billings.

Após apresentar um histórico da ocupação o processo conclui que:

> "A preservação da área para os usos socialmente relevantes colocados, ou seja, com preservação ambiental e paisagística, lazer, proteção de mananciais, pesquisa científica moradia, depende, além do tombamento, do cumprimento da legislação já existente, da elaboração

> de uma legislação específica de controle e uso que poderia culminar com a implantação de um parque, aliás já proposto quando da elaboração de um plano para a região elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento em 1985". (CONDEPHAAT, nº 32939, 1995).

Apesar do parecer para tombamento ter sido expedido em 1995, foram feitas solicitações para rever a área tombada e apenas anos depois, em 2003, o processo foi retomado e a Cratera tombada como patrimônio geológico.

É possível verificar na pesquisa como, de fato, o tombamento geológico da cratera foi importante para legitimar as políticas de preservação já existentes na região. A sua origem está relacionada a um mecanismo de defesa do poder público para reafirmar que aquela área é destinada para outros fins que não o de moradia da população empobrecida. Além disso, não há no estudo de tombamento o indício de nenhuma iniciativa de conversar com os moradores de Vargem Grande sobre o tombamento, seu significado e suas consequências.

A Resolução SC 60/03, de 20 de agosto de 2003, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 do mesmo mês e ano. Ela diz que considera:

"Que a Cratera de Colônia é testemunho do impacto de um meteorito que provocou uma depressão formando uma pequena bacia de 15 km², diâmetro de 4,4 km. Que deste impacto, certamente, resultaram modificações importantes, na estrutura geológica e nas características geofísicas da área, que os estudos sobre os efeitos do fenômeno são de extrema importância científica devido à raridade de sua ocorrência, resolve:

> Artigo 2o – Para intervenções na área tombada deverão ser atendidas as seguintes diretrizes:
>
> Evitar intervenções de envergadura, no relevo da Cratera, tais como minerações, movimentos de terra (corte e aterro) o limite da cota não superior a 1,5m;
>
> Para exploração de água potável através de poços artesianos, semi-artesianos e rasos, serão exigidas análises químicas completas da água;
>
> Não é recomendável a execução de obras com fundações profundas, considerando a necessidade de se evitar descaracterização do relevo e das camadas do perfil geológico da bacia;
>
> Fica estabelecida a altura máxima de 8 m (oito metros) para novas intervenções na área sempre medidas a partir do perfil natural do terreno.
>
> Artigo 3° – Ficam isentas de restrições por parte do Condephaat toda e qualquer obra na área envoltória de 300 metros, definida pelo artigo 137 do

> Decreto Estadual no 13.426, de 16 de março de 1979, mantido em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto no 20.955, de 1º de junho de 1983, tendo em vista localizar-se em área de proteção dos recursos hídricos da região metropolitana de São Paulo e também protegida pela lei de zoneamento Z8-100 que determina parâmetros especiais para ocupação do solo e inclusive pela lei de tombamento da Serra do Mar, na porção Sul da Cratera de Colônia. (CONDEPHAAT, nº 32939, 1995).

Com base na resolução do tombamento podemos ver que não há nenhuma menção a população da área, assim como nenhuma indicação sobre a regularização do loteamento. Assim, verificamos que o tombamento da Cratera de Colônia não é um instrumento que exclui, necessariamente a população da área, mas que está no seu uso do poder público o seu poder de legitimar as outras leis de preservação, ele foi, na sua origem, um instrumento para "defender" a área da precarização do loteamento e preservá-la para estudo científico.

Esse uso do patrimônio vem na contramão da origem do Patrimônio Natural no Brasil. Simone Scifoni, destaca que no país o Patrimônio Natural tende, diferente da sua origem no cenário internacional - que visa ser expressão da grandiosidade e da beleza -, representar um patrimônio que faz parte da vida humana e é produto de conquistas sociais. A autora afirma que "(...) o patrimônio natural passou a ser entendido como conquista da sociedade, com significado ligado às práticas sociais e à memória coletiva; portanto, um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não algo que se opõe. " (SCIFONI, 2006, P. 58).

Scifoni não deixa de debater como esse processo é desigual e que, apesar dessa tendência do patrimônio natural no Brasil ser apropriado e reivindicado pela sociedade, os bens considerados monumentais ou destinados ao mercado turístico são a maioria dos tombamentos no país. "Não há um único discurso, nem consenso. São diferentes concepções de patrimônio que podem ser compreendidas sob dois princípios: o da "monumentalidade" e o do "cotidiano"". (SCIFONI, 2006, P. 58).

A Cratera de Colônia foi tombada para preservar as suas características originais para estudo científico, mas em conversar com o professor da EACH-USP e pesquisador da cratera, Victor Velazquez, nos disse que o tombamento não resultou em nenhuma forma de incentivo para os estudos científicos na cratera, nem através da sua divulgação e nem como atrativo para o financiamento. A única função do tombamento foi fortalecer as políticas de preservação que estavam sendo utilizadas para barrar o loteamento.

O patrimônio traz novos elementos a nossa problemática enriquecendo o debate proposto neste trabalho. Como já mencionamos, vamos trata-lo separado, pois acreditamos que apesar de ser mais uma das políticas de preservação da natureza na área estudada a origem do

patrimônio é distinta e a construção social em torno dessa prática também é específica o que transforma o papel que ele cumpre no bairro, assim como as possibilidades abertas a partir de sua construção.

Diferente das outras políticas de preservação na área, que apenas restringem a ocupação na área e têm como consequência real tornar mais difícil a vida dos moradores, dificultando o acesso aos serviços sociais e urbanos, o patrimônio possibilita a apropriação sociais desse espaço. Scifoni afirma sobre o discurso do patrimônio do cotidiano que: "Do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, e a natureza como componente das práticas socioespaciais. " (SCIFONI, 2006, p. 59).

Outro elemento que não pode ser desconsiderado na nossa análise é a potencialidade turística que o patrimônio atribui a Cratera, a sua existência é, sem dúvida, um atrativo para o polo turístico de Parelheiros, além disso é o patrimônio que guiou a principal proposta de urbanização do bairro o "Museu da Cratera".

Acreditamos que o patrimônio na cratera pode ser um instrumento de disputa, que pode ser uma via de apropriação popular daquele espaço, onde os moradores podem se reconhecer e se realizar ou ser um elemento de valorização e atração da iniciativa privada no bairro. Scifoni problematiza a potencialidade de valorização que o patrimônio apresenta com os questionamentos de Lefeuvre:

> Para Lefeuvre (1990), a Convenção do Patrimônio evidencia uma estratégia elitista de excepcionalidade e raridade que, apesar de necessária num momento da história, não foi suficiente no trato da questão, pois não basta apenas preservar esta ou aquela reserva natural, deixando a expansão da urbanização e industrialização no mundo ocorrer de forma desordenada e sem critérios. Para ele, essa estratégia reforçou a ideia de que existem duas categorias de natureza: uma de valor de a preservar, a verdadeira natureza como aquela não socializada – a natureza natural -, e uma que se opõe – a natureza ordinária -, aquela que pode ser degradada. (SCIFONI, 2006, p. 67).

No próximo capítulo veremos como essa disputa se dá no âmbito do cotidiano dos moradores.

4. A PRESERVAÇÃO NO COTIDIANO DE RESISTÊNCIA

Neste capítulo, buscamos compreender como a reprodução da metrópole, marcada pela urbanização crítica (DAMIANI, 2009), está presente no cotidiano dos moradores de Vargem Grande. Procuramos entender como, os processos estudados nos capítulos anteriores, se desenvolvem no nível do vivido. Para nós, essa perspectiva é muito importante, pois este trabalho não trata apenas sobre o capital, o Estado com as suas políticas de preservação e sobre o a negatividade do urbano. Ele se trata dos resíduos, de um bairro e de seus moradores, da resistência para sobreviver. Nós buscamos o viver, dentro desse sobreviver. Apenas o cotidiano é capaz de abarcar essa totalidade.

Vargem Grande será compreendido aqui como o nível das práticas sociais, onde ocorre as relações de vizinhança, de compadrio e de parentela, as relações de qualidade a partir das experiências vividas em um mundo de tantas quantidades (SEABRA, 2003, p. 2). Neste bairro, loteado e construído, produzido pela negatividade do urbano e resistindo a ela, os moradores, não construíram apenas suas casas, com os anos, construíram a primeira escola, o posto de saúde, a igreja e o posto policial.

Nosso olhar nas próximas páginas será sob o nível do vivido, buscando compreender como a dominação do modo de produção capitalista se reproduz no cotidiano dos moradores e como a resistência a essa dominação aparece nesse âmbito. Primeiramente vamos abordar o cotidiano como nível de análise, suas potencialidades e particularidades.

Henri Lefebvre (1977) evidencia a importância do cotidiano como um nível[15] fundamental para entender as relações sociais no neocapitalismo, afirmando que este se reproduz no e através do cotidiano. O autor ainda revela a importância desse conceito para a compreensão das relações sociais que se tornam claras com a análise crítica desse cotidiano.

Ele contextualiza essa análise, afirmando que apenas no pós II Guerra Mundial, mais precisamente no final da década de 1960, que as relações sociais tornam-se objeto de reflexão, onde "o conceito de reprodução incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade no nível global". (LEFEBVRE, 1977, p.225).

O desenvolvimento do capitalismo, necessário para a superação de suas crises nos levou ao capitalismo financeiro e a expansão desse modo de produção para outros setores, para outras dimensões da vida e da sociedade. Assim a exploração não ocorre mais apenas e de forma central na fábrica, mas em todo os espaços que se tornam sede do poder dessa dominação. O

[15] Henri Lefebvre (2001) aborda a totalidade com base em três níveis, o Global, da superestrutura, o Urbano e o cotidiano.

espaço é fundamental para essa reprodução do capital e a divisão do trabalho se expressa na produção de espaços desiguais e funcionais.

Ainda é importante destacar o papel do cotidiano nessa perspectiva de análise, com a expansão do capital ele se torna central tanto para a sua realização como para a sua contestação, é o lugar da dominação, da exploração, do controle, mas é também onde se dá o conflito.

Lefebvre retoma a forma com que Marx trabalhou essa problemática. Já em sua maturidade, Marx utiliza o conceito de "reprodução total" ao observar que o processo capitalista, mesmo em crise, "não se interrompe, pois reproduz as suas próprias condições. (...). Já não se trata, portanto, da reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações sociais". (LEFEBVRE, 1977, p. 222).

O autor localiza o cotidiano como uma problemática central para a compreensão de mundo, capaz de ser um local de encontro das ciências parcelares[16]. Para isso, ele parte da Filosofia, questionando a separação do filosófico e do não-filosófico e destacando, que nesse sentido, a separação primeira: entre o racional e o irracional, entre a ideia e o real, assim a unidade entre esses aspectos deve ser retomada.

Partindo de Marx, Henri Lefebvre questiona como se pode compreender a sociedade atual sem perder a totalidade. Lefebvre destaca (1991) que os métodos científicos, o funcionalismo, o formalismo, o estruturalismo, o cientificismo etc., são ideologias que escondem o que é de fato central: tudo. O autor defende que: "(...) tudo importa, tudo tem peso sobre a cotidianidade, que revela o "tudo" em questão (ou seja, que sua crítica mostra o "tudo" colocando-o em questão). " (LEFEBVRE, 1991 p. 81). É a busca pela totalidade dos processos que coloca o cotidiano a luz das suas análises.

Lefebvre (1969) argumenta que o cotidiano não deve ser visto como o lugar do superficial, mas sim analisá-lo a partir de sua dupla dimensão dialética, construindo o cotidiano como o lugar da miséria e da passividade, mas também da riqueza e da criatividade. O estudo do cotidiano permite a reflexão da produção no sentido mais amplo, a maneira como se produz a existência social. É através do cotidiano que ser humano se realiza enquanto obra e a impossibilidade dessa realização gera descontentamentos, desconfortos e contestações. Nesse sentido o cotidiano é onde os sujeitos são dominados, onde eles sentem os reflexos dessa dominação e por isso mesmo é o resíduo dessa dominação.

[16] A fragmentação da ciência e a impossibilidade da compreensão da totalidade é uma das questões colocadas por Henri Lefebvre (1969). Ele coloca como o parcelamento das ciências contribuiu para a reprodução do capitalismo, que produz um mundo fragmentado, pois cada ciência passa a vê-lo dentro de sua perspectiva e perde-se o todo do modo de produção e com isso a potencialidade da crítica transformadora.

É importante destacar a construção que o autor faz da relação entre cotidiano e modernidade, destacando que um "mascara o outro, legitima-o e compensa-o" (LEFEBVRE, 1969, p. 39). Nesse sentido o autor define toda ideologia que está sob o cotidiano moderno, no sentido de evidenciar as imagens, signos, valores e estratégias que iludem o cotidiano constituindo a dominação da sociedade que Lefebvre chama de sociedade burocrática de consumo dirigido.

O autor propõe a análise crítica do cotidiano, defendendo, que é o caminho para evidenciar as ideologias que estão no seu torno:

> Tratando-se do quotidiano, trata-se, pois, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que engendra a quotidianeidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de esclarecer as suas mudanças e a suas perspectivas, mantendo alguma coisa de essencial e ordenado nos factos. A quotidianeidade não é apena um conceito, mas podemos encarar esse conceito como um fio condutor para conhecer a sociedade, situando-o no global: o Estado, a técnica e o tecnicismo, a cultura (ou a decomposição da cultura), etc. (LEFEBVRE 1969, p. 44).

Apenas com essa perspectiva apresentada pelo autor que, através do cotidiano podemos chegar ao conteúdo da sociedade.

O cotidiano se realiza no espaço urbano, nele ocorre o controle, é onde o capitalismo divide o tempo do vivido em tempo de consumo. O ser humano se volta para o trabalho, para a família e para o lazer — até o divertimento, o escape à exploração do trabalho, é programado pelo capital, é tomado pela mercadoria—. Porém, o cotidiano, ao ser espaço da realização do capitalismo, se torna o lugar das contradições, é também, no âmbito do vivido que a lógica imposta é contestada, que as rachaduras são evidenciadas, o cotidiano é onde ocorre o conflito. O cotidiano, serviu a exploração capitalista, pois se coloca como um respiro, o descanso da produção, esse cotidiano contribui na alienação do trabalhador que através da cotidianidade repressiva e opressiva, através da ideologia do consumo no vivido se mantém longe da contestação e da crítica.

Lefebvre (1999, p. 79) exemplifica essa apropriação do vivido pelo capitalismo através da relação entre o habitar e o habitat. Onde o habitar está relacionado com a realização do ser humano, é o morar, criar relações, se estabelecer. O habitat é a mercantilização e precarização desse ato, o morar se torna apenas um elemento necessário para a reposição do trabalhador enquanto mão de obra. As casas se tornam todas iguais, frias e sem identidade, com isso o trabalhador, não cria raízes e pode estar à disposição do capital, se mudando para onde for necessário. Essa mudança revela a repressão de características elementares da vida humana, é

a homogeneização da vida cotidiana, onde o vivido é preso em gaiolas.

> O espaço urbano não exclui a produção, as empresas, as relações industriais: mas a compreensão do termo e do conceito, com temática e com problemática correspondentes, é mais amplo. É, portanto, o território onde se desenvolvem a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno. O conceito foi elaborado para substituir por análises dialéticas (levando-se em conta a complexidade dos fatos assim como contradições e conflitos) as representações simplificadas, as constatações, o estudo de questões reais mas parciais, a repartição e as transferências de propriedade, as especulações, a demografia, etc. O conceito sublinha aquilo que se passa e tem lugar fora das empresas e do trabalho, se bem que ligado por múltiplos liames à produção. Ele põe a ênfase no cotidiano na vida das cidades. (LEFEBVRE, 1986, p.2).

A potencialidade da crítica à vida cotidiana é reforçada pelo autor, ele afirma que o cotidiano não abarca toda a práxis da época industrial, mas dela retém resultado: a constituição de uma cotidianidade. A cotidianidade não se instala no seio do urbano como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades.

Mostrar como as pessoas vivem, criticar a vida cotidiana pode levar ao movimento da crítica ao processo que determinou essa realidade. Assim, esse movimento nos leva a compreender a necessidade de outra prática social, uma prática que não é mais industrial, mas sim urbana.

Assim, o movimento de transformações do cotidiano revela as transformações na realização do capital e a crítica a esse processo nos leva a evidenciar como a exploração e a alienação desse sistema estão cada vez mais inseridas em todos os momentos dos nossos dias, que é no vivido onde essa exploração é mais latente e é nesse âmbito que a contestação pode e deve ser construída no projeto do possível/impossível, visando a revolução urbana.

É importante diferenciar o cotidiano aqui estudado, em um bairro em São Paulo, com o cotidiano da obra de Lefebvre, construído a partir da realidade francesa. Na França o desenvolvimento do capitalismo possibilitou a constituição do bem estar social, instrumento importante para o controle do tempo do trabalhador para fora da fábrica pelo capitalismo, para a transformação do tempo livre em lazer, em consumo.

Volochko (2011) reflete sobre o cotidiano em um país desigual como o Brasil, que não passou pelo processo de consolidação do bem estar social, ele pensa:

> (...) nos termos da produção como uma forma contraditória e desigual do cotidiano para grande parte dos brasileiros, não como uma forma incompleta ou subdesenvolvida, mas como uma forma mesma necessária do cotidiano inscrito em nossa sociedade desigual. Sociedade esta que, no entanto, apresenta ao cabo das décadas algumas "melhoras" nas condições materiais

> de vida da população. Portanto, não se trata de definir se as frações populares e frações inferiores das classes médias (...) estariam ou não vivendo o cotidiano a partir do (ou de algum) acesso à propriedade privada do solo e a uma habitação formalizada (e das implicações que isso gera), mas de admitir que sim elas vivem cada vez mais a cotidianidade, mas uma cotidianidade que se realiza como desigualdade, como nova pobreza. (VOLOCHKO, 2011 p. 203 e 204).

Em São Paulo vivemos esse processo de produção de um cotidiano desigual, marcado pela melhoria de vida de alguns e a intensificação da pobreza da maioria, marcado pela segregação socioespacial e pela luta pela sobrevivência que vem antes da busca pela realização da humanidade enquanto obra, da busca pela vida cotidiana.

Vargem Grande é a espacialização do cotidiano desigual, consequência da produção da metrópole, o bairro contém a afirmação e negação do urbano. Seus moradores, vivem cotidianos apropriados pela lógica do capital, mas essa apropriação ocorre de uma maneira bastante específica, a partir da sobrevivência, da urbanização crítica, da intensificação da pobreza e das mudanças constantes. O cotidiano na periferia empobrecida da metrópole tem em seu conteúdo o "não" do urbano e a resistência ao "não" e a lógica que o produziu.

Ao mesmo tempo em que as suas ruas são produto e reproduzem a lógica que os levou até a beira dos mananciais, ela também é o espaço do vivido, das relações próximas e qualitativas, é o espaço da vida, da construção de um *lugar*. Vamos então, refletir sobre esse cotidiano desigual em torno da luta por moradia e a preservação da natureza.

4.1 Cotidiano e memória

Estudar o cotidiano impõe muitos desafios. O primeiro deles é o pesquisador não fazer parte do cotidiano estudado. Como estar presente no nível do vivido, tendo experiências de vida tão diferentes? Como analisar e interpretar um cotidiano distante? Um dos objetivos nesse estudo, ao buscar no nível do vivido as respostas para as nossas perguntas, é entender a problemática estudada sob a perspectiva moradores de Vargem Grande, que sofrem com a negatividade do urbano.

A classe trabalhadora é sempre vista a partir do outro, do dominante, nunca a partir dela mesma. Essa realidade traz consequências para a vida e para o cotidiano dessas pessoas. Será que isso ocorre na interpretação e na visão de mundo do pesquisador ou de quem analisa ou está presente nos discursos?

Assim, a metodologia usada nos trabalhos de campo foi buscar relatos de vida e como

essas trajetórias se entrelaçam com a história do bairro. Buscamos também relatos do dia-a-dia, tentando entender como Vargem Grande e seus moradores estão inseridos no contexto da cidade. Onde eles vão ao médico? Onde vão ao banco? Onde vão ao mercado? Quais são os seus espaços de lazer? Qual é a centralidade urbana deles?

Nos surpreendemos em um dos nossos trabalhos de campo, ao conversar com uma senhora que vendia cachorro quente em uma das ruas do bairro. Ela morava no Jardim Silveira, bairro próximo à Vargem Grande, mas ela ia montar seu carrinho lá, porque tem "mais coisas", "aqui tem mais movimento", disse ela. Ela destacou que vai à Vargem Grande fazer várias atividades, como ir ao mercado e comprar algumas roupas. Quais processos o bairro, que tem poucos serviços, passa para se tornar o centro de atividades de uma região? Quais são os seus atrativos e suas oportunidades? O que isso muda no cotidiano de seus moradores?

Assim, nos últimos anos, passamos diversos dias em Vargem Grande buscando relatos como esse, vendo a fila de jovens às 18 horas da tarde esperando o ônibus que os leva para a escola no bairro vizinho. Acompanhamos as manifestações quando tiraram a passagem gratuita dos estudantes do EJA e as conversas entre eles nas ruas cheias de indignação. Vimos as crianças e jovens jogando bola no campinho de futebol, a fila no posto de saúde e da entrega do leite às quartas e sextas. Vimos as crianças indo para a escola de manhã. Acompanhamos as mobilizações para evitar os danos das enchentes em dia de chuva.

Figura 28: Jogo de futebol no campinho construído recentemente no espaço de lazer, chamado bosque. Foto da autora.

Figura 29: Aula feita ao ar livre. Foto da autora.

Nessas experiências tentamos ouvir sempre, ouvimos o lado positivo de morar no bairro "aqui parece interior, é muito calmo, não tem barulho, só o som dos passarinhos", disse a Dona Clara, que tem um salão de cabelereiro no bairro. Ouvimos também as demandas, três foram as mais frequentes, o sinal do celular, o asfalto e a falta de luz diária. Ecléa Bosi diz que a narrativa "É a via privilegiada para chegar até o ponto da articulação da História com a vida quotidiana". (BOSI, 2013, p. 19 e 20).

São tantas as vivências e experiências que é difícil passar para o papel a riqueza desses momentos. Para refletir sobre tudo que vimos e ouvimos utilizamos a *memória* dos moradores, assim tentamos chegar mais perto desse cotidiano desigual. Além das conversas e entrevistas com os moradores organizamos também *Rodas de memória*. Foram dois espaços coletivos, onde os moradores do bairro contaram, a partir de um objeto escolhido por elas, a história das suas vidas, das suas moradas, a história de Vargem Grande.

A obra de Ecléa Bosi (2013) foi nossa guia nessa empreitada. A autora nos mostra como a memória está diretamente relacionada com a reprodução do espaço. "A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais às evoluções e às relações entre as coisas". (BOSI, 2013, p. 16). Estando a memória enraizada no concreto ela reflete uma relação importante entre a memória dos moradores e o espaço construído por eles em Vargem Grande. Assim, se ela se enraíza no espaço, traz consigo a sua transformação.

Ecléa relaciona a memória com o enraizamento e com a formação da identidade: "Do vínculo com o passado se extraí a força para a formação da identidade". (BOSI, 2013, p. 16). Se a memória tem potencialidade para a compreensão da identidade, as histórias dos moradores de Vargem Grande podem mostrar a importância da construção do bairro e da luta por moradia

na formação das identidades.

Essa relação se fez bastante presente ao longo dos trabalhos de campo e nos momentos de debate em torno da instabilidade das condições de moradia do bairro. Os moradores falam da construção e suas moradas como se fosse a construção da vida de cada delas. Os cômodos construídos, marcaram os filhos e netos nascendo, ou até mesmo a conquista de um emprego que possibilitasse aquele cantinho a mais para o lazer.

Quando a Dona Lúcia, já citada aqui, em reunião da UNIFAG, para discutir as remoções por causa do Museu da Cratera, disse que "não quer morar em um *apertamento*", ela não está apenas preocupada com o espaço que ela tem para os seus dias, está afirmando que não quer que a vida dela seja comprimida em um *apertamento*, um imóvel que não é o que ela construiu, que não marcou as etapas da sua trajetória de vida, um imóvel longe do seu vizinho, Senhor Mario, que ajudou na construção de sua casa e cuidou da sua filha quando ela precisou sair.

Ecléa Bosi nos coloca a importância da casa para as pessoas diante do mundo hostil: "Criamos sempre ao nosso redor espaços expressivos sendo o processo de valorização dos interiores crescente na medida em que a cidade exibe uma face estranha e adversa para seus moradores. São tentativas de criar um mundo acolhedor entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora. " (BOSI, 2013, p. 25).

Quando Fernando "Bike" conta, com orgulho, de sua bicicletaria na avenida principal ela conta também os seus prêmios das corridas pelo entorno da cratera. O que ele faz, faz parte do bairro, está no bairro e no nome dele, faz parte de sua identidade. A primeira vez que fui sozinha à cratera perguntei para a cobradora do ônibus se ela poderia me orientar a descer no ponto da bicicletaria, perto do supermercado Ayumi. A mulher prontamente me respondeu "A biciletaria do 'Bike'? Lógico, é o terceiro ponto".

Ecléa Bosi nos mostra também que, quando trabalhamos com memória não podemos ficar a penas atentos ao que se é lembrado e falado. O esquecimento, o que não se narra nas histórias contadas é tão importante para se compreender o significado da memória na compreensão do mundo que vivemos, quanto o que se é calado.

"Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimento, omissões os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato no quotidiano das pessoas, dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época. ". (BOSI, 2003, p 18).

Vamos partir dessas primeiras reflexões da Ecléa Bosi para construir as nossas análises das rodas de memória.

4.2 Rodas de memória

As rodas de memória foram um desafio dentro da pesquisa. Foi difícil conseguir envolver os moradores, tão atarefados, em uma atividade. A princípio tínhamos a proposta de fazer cinco rodas temáticas, fazendo uma só de mulheres, uma com jovens, uma só com homens, uma com todos e a última com os moradores mais velhos do bairro. Mas essa proposta não de efetivou. Houve muita dificuldade de reunir as pessoas no mesmo dia, no mesmo horário. Além disso muitos moradores hesitaram a exposição coletiva.

Em uma conversa com o Professor Victor Velazquez, geólogo e estudioso da Cratera de Colônia há muitos anos, ele disse que estudar a relação entre os moradores e o poder público tem um desafio difícil, que para resolvê-lo é necessário "Ser atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo". Ele destacou a falta de confiança dos moradores, fruto da instabilidade. Há um medo de exporem suas vidas que já são muito frágeis.

Acreditamos que esse medo da exposição, foi um fator importante para a realização de apenas duas rodas, mesmo assim elas ocorreram de forma bastante informal para tentar deixar os participantes mais à vontade para falar de suas vidas e da história do bairro.

A primeira Roda de memória ocorreu em 17 de janeiro de 2016, ela contou com cinco participantes. A pedido deles, os nomes aqui estão trocados. Mario (52 anos), Katia (30 anos), Janice (48 anos), Mara (27 anos) e Cláudio (47 anos), tinham em comum o fato de serem comerciantes no bairro, todos eles já se conheciam. A roda foi formada ao ar livre na área de lazer do bairro chamada de "bosque". Sentamos todos em torno da mesa e começamos a conversar.

Foi um momento muito rico, descobrimos que eles tinham muito mais em comum do que a profissão de comerciante, os cinco eram migrantes de outras regiões do país. Mario veio de Curitiba, Mara de Alagoas, Katia e Janice eram mineiras, Claudio era de Goiás. Todos vieram buscar emprego na metrópole, uns por iniciativa própria, outros acompanhando a família. Mara fala de sua cidade, Adão Colares, como muito carinho, ainda tem família lá e às já foi visitá-los uma vez. Mara veio para São Paulo com seus pais, ainda pequena. Antes de chegar à Vargem Grande com o marido, ela morava no Jabaquara de aluguel.

Claudio descobriu Vargem Grande pelo tio de sua esposa, que tinha comprado um lote e estava precisando de ajuda na construção da casa. Claudio veio ajudar e nos conta que "era tudo mato, não tinha nada envolta e nada por perto". Claudio era jovem e o loteamento estava

começando, mas não lembra dos conflitos com a prefeitura, ele diz que lembra das coisas demorarem a chegar, de precisarem colocar a iluminação em alguns pontos por conta própria.

Janice não se lembra sua cidade, veio muito pequena para o estado de São Paulo, já morou em Sorocaba, na cidade, morou no Ipiranga e no Grajaú, até chegar à Vargem Grande. Chegou a morar em uma favela com a filha no Grajaú e hoje conta que: "ter seu canto direitinho para morar" foi a melhor coisa que lhe aconteceu, mas que hoje tem planos de se mudar, de estar mais próxima da linha do trem e do centro da cidade. Ela diz que "os negócios na pastelaria não vão bem e eu preciso correr atrás de novas oportunidades "não dá para ficar parada".

Mario também não nos conta detalhes das outras moradias que teve, diz que "o trajeto para chegar até aqui foi necessário para sobreviver", "não posso reclamar de nada que Deus me deu".

Ouvindo a trajetória de vida dessas pessoas foi possível perceber a importância do enraizamento e da construção do bairro em Vargem Grande, quando o sistema econômico os pressiona ao desenraizamento. "Condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade, perdemos a crônica da família e da cidade mesma em nosso percurso errante. O desenraizamento é condição desagregadora da memória. " (BOSI, 2003, página 28).

Simone Weil (BOSI, 2003, p. 175), trabalha o enraizamento / desenraizamento do trabalhador e a importância da sua relação com o espaço. Ela afirma que o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

> O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada 'código restrito" pelos linguistas, seu jeito de viver, "carência cultural", sua religião, crendice ou folclore. (BOSI, 2003, p. 175).

Ecléa nos mostra como Simone Weil aborda o migrante já desenraizado que vai passar novamente por esse processo na indústria, no nosso caso na metrópole. "(...) Nenhum pensamento revolucionário nos fornece a descrição concreta dos sofrimentos dos trabalhadores a não ser que eles mesmos tomem a palavra". (BOSI, 1996, p. 180).

A segunda roda de memória ocorreu em 13 novembro de 2016, dessa vez estavam presentes quatro jovens do bairro. Douglas (19 anos), Marta (18 anos), Ivone (20 anos) e

Daniela (18 anos). Foi interessante ver a diferença das histórias desses jovens como aquelas contadas pelos moradores um pouco mais velhos. Os quatro moraram a vida inteira no bairro, estudaram nas escolas da região e não conseguem imaginar como seria morar em outro bairro. Eles contam que o principal problema de Vargem Grande é não ter emprego para os jovens. Ivone começou a trabalhar como Menor Aprendiz em uma empresa em Santo Amaro, com 16 anos. Ela trabalha no mesmo lugar até hoje, diz que "eu gosto do meu trabalho, não consigo imaginar o que faria se saísse de lá".

Eles dizem que eles não têm muito o que fazer no bairro, precisam sair da cratera para se divertirem nos bairros vizinhos. Santo Amaro e o centrinho de Parelheiros são algumas das referências de lazer. "Aqui só rola se encontrar para ouvir uma música e ficar na rua conversando até tarde".

4.3 A relação cotidiana com a preservação

Vamos agora abordar e analisar algumas entrevistas e conversas que fizemos nesse período de estudo com objetivo de continuar avançando na compreensão esse cotidiano desigual. Para facilitar as análises, separamos os relatos e experiências em três temas, cultura, mulher e natureza. Os relatos apresentam, na maioria das vezes, mais de um desses temas, fizemos a divisão pelo o assunto predominante, ao fim, tentaremos fazer uma análise conjunta dessas temáticas.

4.3.1 A vida das Mulher no cotidiano desigual

As mulheres de Vargem Grande merecem de uma análise particular, a negatividade do urbano tem características próprias, a construção de gênero e as responsabilidades colocadas nas costas dessas mulheres fazem com que seus relatos de vida sejam admiráveis. Primeiramente, é necessário admitir uma facilidade maior da pesquisadora em abordar as mulheres do bairro para conversar e fazer os convites para as entrevistas e para as rodas de memória. Mas termos mais entrevistas mulheres do que homens evidencia um movimento no bairro de que os homens saem mais para trabalhar fora de Vargem Grande enquanto as mulheres desenvolvem atividades no bairro. Conversamos com muitas mulheres que trabalhavam fora, mas é um fato de que os dias no bairro são predominantemente femininos.

Elas são diaristas e têm os horários flexíveis para cuidar da rotina dos filhos. Elas ficam responsáveis pelos comércios no bairro durante o dia enquanto o marido está fora a trabalho,

elas buscam o leite na associação de moradores, fazem costura, cozinham para casa e para fora. São mulheres que tiveram filho ainda muito jovens como Sandra, Cátia e Katilin, que cuidam da casa e enfrentam o marido para estudar a noite.

São as mulheres as maiores responsáveis por placas como essa da figura 30 a seguir.

Figura 30: Divulgação de atividade econômica feira em casa. Foto da autora.

São também para as mulheres a maioria dos cursos oferecidos pela associação e moradores, curso de cabelereira, manicure e esteticista. Marta, presidente da ACHAVE, conta com espanto que são também as mulheres a maioria do público nos cursos de construção civil, eletrônica e mecânica oferecidos por eles.

A conversa feita com Kaitilin e com Grace Kelly, no começo da pesquisa, é muito significativa do que queremos dizer sobre as particularidades das mulheres no bairro.

Em 7 de fevereiro de 2015, parei na perfumaria, lá estavam Katilin trabalhando de vendedora e caixa, Grace Kelly e sua filha que estavam passeando no sábado à tarde. Começo a conversar com Katilin, ela não me diz sua idade, mas acredito que não tenha mais de 30 anos, é solteira e tem um filho de 6 anos. Ela me conta que está no bairro há 8 anos e que foi o aluguel caro que fez ela mudar muitas vezes até chegar em Vargem Grande e adquirir sua casa própria.

Já morou na Mooca, em Campo Limpo, no Grajaú e no bairro vizinho, o Colônia. Sua casa fica "lá para trás" e diz que sofre com as chuvas, "tudo alaga, para vir para o trabalho só com bota e chegando aqui tem que trocar".

Katilin relata que sempre trabalhou nos comércios do bairro e que está na perfumaria há 8 meses. Ela conta que deixa seu filho na creche, mas que foi uma briga conseguir uma vaga nas três creches do bairro, muitas mães inscrevem seus filhos na lista, mas acabam conseguindo vaga apenas nas creches de outros bairros e isso faz com que tenham que pagar transporte, que pode chegar a custar 200 reais por mês, isso encarece muito a vida e deixa muitas mães sem alternativa para poder trabalhar e estudar.

Nesse momento Grace Kelly que acompanhava a conversa me conta da sua batalha para terminar os estudos, ela parou de estudar quando teve uma filha, mas fez questão de voltar, fez o ensino médio no EJA que era oferecido na escola do bairro da Colônia, ela trabalhava em um restaurante em Santo Amaro, largou o trabalho e conseguiu uma vaga em um restaurante dentro de Vargem Grande, isso facilitou muito, diz Grace.

Ela conta que mesmo trabalhando perto era muito difícil trabalhar, estudar e cuidar da casa, "chegava do trabalho, fazia janta correndo e saia para a escola", "meu marido não gostava, achava que eu saia para fazer outras coisas". Mas diz que conseguiu, no último semestre pode largar o trabalho no restaurante e se dedicar somente aos estudos. Quando pergunto como ela fazia para ir à escola no outro bairro ela me diz que no final da tarde passa um ônibus escolar para levar os alunos para as escolas dos bairros próximos, mas que para os estudantes de EJA o ônibus era pago então ás vezes tinha que ir caminhando, outras vezes conseguia, junto com ouros colegas, entrar escondido no ônibus.

Katilin diz que esse não foi o caso dela e que mulheres como a Grace Kelly são raras no bairro, a maioria para de estudar, "as vezes mesmo antes de ter filhos elas param". Grace Kelly diz que uma vaga para trabalhar na creche, que exigia o fundamental completo, ficou muito tempo para ser preenchida, pois é difícil mulheres que tenham concluído essa etapa do estudo. Grace Kelly diz ainda, que o EJA saiu da escola da Colônia e que isso torna praticamente impossível para os moradores de Vargem Grande concluírem os estudos.

Quando pergunto sobre o que fazem para se divertir elas dizem que precisam sair do bairro, mas que com bastante frequência visitam áreas turísticas da represa com os amigos.

O relato dessas duas mulheres nos mostra como a vida na periferia da metrópole é uma batalha diária, como a busca por serviços básicos, como educação para elas e para seus filhos, são muito precários e que as possibilidades de trabalhar são pequenas. O interessante é notar

como os serviços oferecidos não são adequados para a realidade do bairro, o transporte para a creche e para o EJA pagos, o fechamento do EJA. A falta de estudo, as obrigações em casa impostas pela sociedade, a falta de creche para os filhos, são diversas as dificuldades para essas mulheres buscarem uma transformação das realidades vividas.

4.3.2 A cultura da e na Cratera

Tivemos a oportunidade de participar de diversas iniciativas culturais em Vargem Grande. Quando começamos nossas visitas em Vargem Grande, em 2012, nas primeiras terças-feiras de cada mês acontecia o Cine na Esquina. O Fernando "Bike" coloca um projetor em frente a sua bicicletaria e divulgava o filme do dia para os moradores do bairro, após o filme aconteciam debates sobre o enredo. Era uma experiência que enriquecia o cotidiano dos jovens na cratera que não tem muita alternativa de lazer por perto.

Era uma atividade muito atrativa, muitas das crianças menores viram ali o filme ampliado na telona pela primeira vez e o hábito de se conversar sobre o filme depois, era bastante desafiador. Algumas vezes o debate não se prolongava por falta de assuntos, outros filmes instigavam a curiosidade do público que se animava para dar a opinião.

Figura 31: Cine da esquina. Foto de Fenando "Bike".

Em 2015 o cinema foi substituído pelo Sarau da esquina que mais recentemente se tornou o "Agita Cratera", também organizado pelo Fernando. Esse evento foi inserido na agenda oficial da secretaria de cultura depois que ele já estava acontecendo com a organização dos moradores. O objetivo era incentivar a valorização das iniciativas culturais do bairro, os músicos, poetas e atores participavam dando suas contribuições.

Nem sempre os eventos eram cheios, as vezes não aconteciam por dificuldade de fazer a divulgação, as vezes por falta de interesse. Em conversa com o Fernando ele disse que o evento era importante, pois a vida política no bairro estava desanimada, “as pessoas entraram nas suas vidas e não se importam mais”.

Figura 32: Festival Agita Cratera. Foto de Fernando “Bike”.

É importante refletir sobre essas atividades culturais, como atividades coletivas em uma vida submetida a lógica do indivíduo, onde sobreviver é a prioridade. Para o bairro um escape da rotina massacrante de trabalho e escola e as dificuldades de deslocamento, de comunicação, de acesso à serviços básicos.

4.3.3 A natureza no cotidiano

Esse é um tema bastante importante para este trabalho, pois ele é a nossa ponte entre os nossos diferentes níveis e análises. A preservação da natureza está na crise mundial do meio ambiente e nas novas formas adotadas pelo modo de produção capitalista, para se apropriar dessa crise e continuar se reproduzindo. Ela está na urbanização crítica ao se tornar raridade no espaço e instrumento de valorização da especulação imobiliária na metrópole. A preservação da natureza está na reprodução da periferia e na intensificação da pobreza. Mas ela está também, e principalmente, presente no nível do cotidiano dos moradores de Vargem Grande. Essa presença se dá sob formas extremamente contraditórias.

Vimos que a preservação da natureza é a negatividade do urbano na periferia ao ser utilizada para não regularizar o bairro e mesmo para não levar à região infraestrutura urbana. Agora vamos buscar compreender o papel da natureza no cotidiano dos moradores de Vargem Grande.

Primeiro, é necessário esclarecer, que quando estamos falando da natureza na vida dos moradores, estamos falando das áreas verdes preservadas, fontes hídricas, fauna e flora da região. Estamos partindo da concepção reproduzida em Vargem Grande da separação entre natureza e sociedade, esse processo de separação é fundamental, pois os moradores desse bairro são colocados a todo momento como os grandes vilões do meio ambiente. Essa caracterização dificulta, mas não impossibilita, a construção de outra concepção de natureza no bairro, mas reproduzindo os processos que os levara, até ali, eles se sentem o "outro" da natureza.

Construir um bairro, sem estrutura em uma região ainda preservada, como a Cratera de Colônia, faz com ocorram diversos conflitos com a natureza. Em Vargem há uma questão bem particular que envolve os trajetos dos moradores para fora do bairro, o terreno pantanoso impõe para os moradores a necessidade de saírem com dois sapatos, um que servirá para o transporte e será coberto de lama e o outro para o uso durante o dia. Essa questão nos parece simbólica, à medida que o fato do terreno não ter características geológicas apropriadas para moradia, fica marcado o dia todo nos pés dos seus moradores.

Outro elemento importante são as ruas abertas na planície que recorrentemente são inundadas quando chove. As enchentes são um problema grave em Vargem Grande, a implantação do asfalto ecológico foi aprovada há mais de 10 anos, mas até hoje o asfalto só foi colocado no trajeto dos ônibus que passam pelo bairro. Mesmo quando não chove as ruas são repletas de desníveis e buracos, comprometem a circulação de automóveis e bicicletas, por exemplo.

Figura 33: Rua de Vargem Grande alagada. Março de 2014. Foto de Fernando “Bike”.

Figura 34: Terreno irregular, com muitos desníveis e buracos. Dezembro de 2015. Foto de Fernando “Bike”.

Mas o convívio com a natureza não é só negatividade, ela dá abertura para possibilidades de apropriação do espaço e construção do lugar. Um exemplo que já vimos aqui foi a frase de Clara afirmando que o bairro parece ser no interior da cidade, “é muito calmo, com as árvores e muitos passarinhos cantando”. Outro exemplo de como a natureza faz parte da identidade do morador de Vargem Grande são a Figura 35 a seguir. Elas nos mostram o muro da EMEI Vargem Grande I, são desenhos feitos pelas crianças da escola representando suas casas, em quase todas as representações há elementos da natureza presentes, as casas possuem árvores ao lado e em outras representações há situações de lazer envolvendo a natureza.

Figura 35 Muro da EMEI Vargem Grande I. Foto da autora.

Para além da representação das crianças, as alternativas no bairro que possibilitam inserir a população em atividades econômicas atrativas para o modo de produção capitalista estão associadas à natureza e também as diferentes formas que o capitalismo se apropriou do discurso de preservação da natureza. A compreensão de que o turismo pode inseri-los e não excluí-los. Atividades de hortas sustentáveis, orgânicas, reciclagem. Iniciativas como essas estão por toda a Vargem Grande, organizadas principalmente pelas ONGs que atuam no bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo de contribuir para a compreensão da produção do espaço na metrópole, nos fez refletir sobre a complexidade do sistema capitalista, que em seu movimento contínuo de reprodução, gera suas próprias contradições. Esse processo, impõe a necessidade ao modo de produção capitalista de estar sempre se reinventado para superar essas contradições, e com isso superar as crises inevitáveis que esse sistema enfrenta, para continuar sobrevivendo.

A cada movimento de superação, vemos novas formas de dominação e de exploração, novos âmbitos da vida sendo submetidos a lógica por ele imposta. O questionamento à degradação da natureza e ao espaço produzido no movimento crescente de transformação da natureza em mercadoria é um exemplo de como o capitalismo supera suas crises se apropriando das suas contradições em um processo de produção de novas contradições.

As consequências de grandes dimensões globais, que a degradação da natureza nos levou, faz com que a necessidade de questionarmos a raiz do modo de produção capitalista e buscarmos a transformação dessa lógica se torne urgente, mas cada vez mais distante. Ao longo das últimas décadas o movimento de reprodução do sistema capitalista foi afastando de suas bases a responsabilidade pela degradação da natureza. Esse deslocamento da crítica se deu, com base na construção do discurso da sustentabilidade que permitiu a apropriação da crise ambiental, mas que não supera a degradação da natureza, pelo contrário a agrava.

A nossa pesquisa nos fez refletir sobre os conteúdos da apropriação da crise ambiental e concluímos que, foi fundamental para esse movimento estar sendo bem sucedido, a separação entre natureza e sociedade. Essa separação, que não é nova, já estava nas bases desse modo de produção, permitiu com que os conteúdos da crise ambiental fossem separados da crise social. Vimos que há o movimento contrário, de intensificar a crise social à medida que a crise ambiental é utilizada para gerar mais e mais mercadorias, mais e mais lucro.

Esse processo se espacializa no urbano e nele fica mais claro os seus conteúdos. A crítica à degradação da natureza na metrópole, feita sob a lógica do capitalismo, fez com que a valorização das áreas verdes se tornasse uma mercadoria central para a atualidade. Como toda produção de mercadoria, a mercadoria verde, segue precisando explorar o trabalhador e gerar a pobreza. As áreas verdes se tornaram um importante instrumento da especulação imobiliária, se tornando conteúdo da urbanização crítica e intensificando a segregação socioespacial e a pobreza. Nesse movimento, a única crise superada é a do capital, nem a crise ambiental, nem a

crise social são solucionadas. É por isso que afirmamos como é importante para o capital a separação entre natureza e sociedade. À medida que não se percebe que os conteúdos que produziram a crise ambiental, são os mesmos da crise social, se permite a intensificação da precarização das condições de vida do trabalhador. Esse movimento ocorre ao se relegar a população empobrecida a contradição da degradação da natureza. O movimento de expansão do urbano periférico para as áreas de mananciais coloca no cotidiano dos moradores das favelas e loteamentos a culpa pela degradação da pobreza, tornando a vida deles, mais instável, mais precária e a luta pela sobrevivência mais dura.

Nesse cenário, a busca por compreender o processo de reprodução do capital, no nível do cotidiano, se faz fundamental. E aqui percebemos, ao longo da pesquisa dois movimentos importantes. Vimos que a contestação a relação com a natureza ganha força, no mundo, nos anos 1960, em uma conjuntura bastante específica, onde estão tomando a centralidade os movimentos sociais que questionam o modo de vida e não mais o modo de produção. Esse deslocamento da fábrica para os outros âmbitos da vida também ocorreu, e não por acaso, no processo de produção capitalista que se reproduz de forma central no cotidiano, movimento que se espacializa no urbano. O urbano se torna central para o capital e não mais apenas a produção.

O problema que identificamos é que o capitalismo se expande para os outros Âmbitos da vida, mas nãos ai da fábrica, da produção de mercadoria, da exploração do trabalhador, enquanto os movimentos de contestação a ele se fragmentam, não há a compreensão de que o questionamento do modo de vida está intrinsicamente relacionado com o modo de produção. Essa separação se torna perversa à medida que leva esses movimentos de contestação, muitas vezes, não questionarem os conteúdos da intensificação da pobreza e reafirmarem a lógica de exploração do trabalhador.

Nesse sentido, a crítica ao cotidiano, elaborada por Henri Lefebvre, se torna central. Pois ela evidência como é possível entrar no nível do cotidiano com o objetivo de se alcançar a totalidade dos conteúdos do modo de produção capitalista e não de fragmentá-lo. Na nossa experiência de exploração desse nível, pudermos compreender a sua potencialidade. Essa potencialidade se dá, ao vermos o cotidiano como um espaço central, mas não único, de reprodução do capital, onde nele, ao se reproduzir, o capitalismo reproduz também as suas contradição, assim está no cotidiano a dominação e a resistência ao modo de produção capitalista.

Foi nas ruas de Vargem Grande que encontramos a produção de relações que contestam a dominação do capitalismo. A luta contra essa lógica não se dá, nesse espaço, apenas na luta pela moradia, se dá na luta pela sobrevivência cotidiana, na busca para se ter mais do que dominação e para se ter o viver no movimento de sobreviver.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In.: _____(Org.) **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70

ACSELRAD, H. MELLO, C. BEZERRA. G. **O que é Justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERTOLLOTI, F. **Os Conteúdos Sociais da Crise da ecológica: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga**. São Paulo: GESP, 2011.

BRASIL. Lei n.° 6766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 3 ed. São Paulo, Estação Liberdade, FAPESP, 2002.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BURGOS, R. **Parques públicos urbanos na metrópole paulistana: concepção e uso na produção do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

BURGOS, R. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. Tese (Doutorado em Geografia)– Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARLOS, A.F.A. A Reprodução da Cidade como negócio. In.: CARLOS A.F.A.; CARRERAS, C, (Orgs.) **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 29-37.

CARLOS, A.F.A. Da "organização" à "reprodução" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In._____Org. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 53-73

CARLOS, A.F.A. **A Condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. v. 1, Petrópolis, Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. v. 2, Petrópolis, Vozes, 1996.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, v. 16, 2003. p. 39-75.

DAMIANI, A. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. OLIVEIRA, A. (Orgs.). **Geografias de São Paulo. Representação e crise na Metrópole**. São Paulo. Editora Contexto, 2004. P. 19-58

DAMIANI, A. A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana. **Revista da ANPEGE**, n. 5, p. 39-53, 2009.

FIX, M. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma" nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15. Ed, Editora Contexto, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais**. 2008

KOWARICK, L. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Editora Loyola. 1976.

KOWARICK, L. **A espoliação Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2ª. Ed.1993.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, L. **Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica** *e civil.* São Paulo: Editora 34. 2009.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa, Ulisseia, 1969 [1968].

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: Martins, J. S. e Foracchi, M. (orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 219-252

LEFEBVRE, H. O Urbano. In: LEFEBVRE, H. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris, Messidor/ÉditionsSociales, 1986, (tradução de Margarida Maria de Andrade, versão preliminar)

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. O direito à Cidade. in.: _____ **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. P. 105-118

LEFF, E. Estratégias do Ecodesenvolvimento e do Desenvolvimento Sustentável: racionalização do capital ou reaproximação social da natureza. In.: _____**Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integraçãoregional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO C.A.; GALVÃO A.C. Org. **Regiões e Cidades, Cidades nasRegiões. O desafio urbano-regional.** SãoPaulo: Ed. Unesp, 2003.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei n.º 9413, de 30 de dezembro de 1981. Dispõe sobre parcelamento do solo Município de São Paulo, e dá outras providências.

RODRIGUES, A.M. A matriz discursiva sobre o "meio ambiente": produção do espaço urbano

– agentes, esclas, conflitos. In.: CARLOS, A.F.A. Org. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 207-230

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento Sustentável. Dos conflitos de classes para o conflito de geração. In. SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. Orgs. **Panorama da Geografia Brasileira**. Editora Annablume. 2006. p. 77-100.

RODRIGUES, A. M. A abordagem ambiental unifica as geografias. In. MENDONÇA F.; LOWEN-SAHAR C.I.; SILVA M. Orgs. **Espaço Tempo – Complexidades e Desafios do pensar e do saber geográfico**. Curitiba: 2009. P. 167-180).

SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAND, H. . (Org.) **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.171 - 193

SÃO PAULO. Lei n° 898 de 18 de setembro de 1975. Disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Lei n° 1172 de 17 de novembro de 1976. Delimita as áreas de proteção a mananciais e dá outras providências.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.

SCIFONI, S. Os diferentes significados do patrimônio natural. **Diálogos –Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, vol. 10, número 3, Universidade Estadual de Maringá. Paraná. 2006, p. 55-78.

SEABRA, O. C. de L. **Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo. 2003.

VOLOCHKO, **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da Metrópole**. Tese de Doutorado do Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

Documentos

CONDEPHAAT. Estudo de Tombamento da Cratera de Colônia. Processo número 32938/95. São Paulo, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Plano de Manejo Parque Natural Municipal Cratera de Colônia. São Paulo, 2012.

Sítios eletrônicos visitados:

Projeto do arquiteto Carlos Bratke para as margens da represa Guarapiranga: http://www.carlosbratke.com.br/ (acesso em: 10/04/2013).

REDE BRASIL ATUAL. Revista do Brasil. A saga do povo da Cratera. Número 53, novembro,

2010. http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/53/a-saga-do-povo-da-cratera (acesso em 15/03/2013)

Revista FAPESP: revistapesquisa.fapesp.br/2012/05/11/um-retrato-profundo-da-cratera-de-colonia/ (acesso em 15/03/2013).